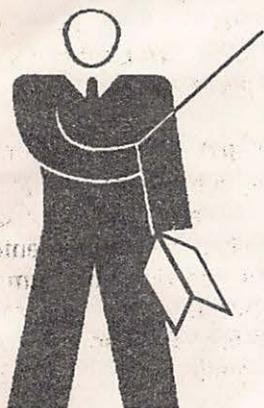


ADINFORMA

ADUEFPB-JP/SSind
da ANDES-SN
Filiada à CUT

Vem aí:
AULA EXTRA

ISONOMIA JÁ!



A ANDESSN e as associações de docentes seções sindicais continuarão exigindo dos dirigentes uma ação mais efetiva para o restabelecimento da isonomia salarial.

ADUEFPB-JP
Convoca



ASSEMBLÉIA GERAL

Dia: 24.01.94 (2ª Feira)
às 09:00h- Aud. da Reitoria

Pauta:

- 1) ISONOMIA SALARIAL
- 2) XIII CONGRESSO DA ANDES-SN

Compareça! Participe!

Nesta Edição:

Editorial:

1994: O QUE NOS
ESPERA?

Seções:

De Olho Vivo

De Olho na Justiça

Opinião

1994: O QUE NOS ESPERA?

Ano novo e salário, pelo menos nominalmente, também novo. No entanto, é preciso que tenhamos clareza que o índice concedido, fruto de um trabalho político das entidades sindicais de SPFs, apenas representa a reposição das perdas - medidas pelo índice oficial - relativos a 1993. Além disso, existem alguns motivos sérios para que nos preocupemos:

- a aceleração inflacionária que vem ocorrendo corroerá muito rapidamente o reajuste recebido e os outros determinados pela nossa política salarial que, é bom lembrar, só está definida até junho:

- continua pendente o problema da restauração (?) da isonomia dos SPFs, de modo geral, e dos docentes das IFES em particular, que não tem recebido do governo, apesar das ações firmes do movimento, o tratamento plenamente satisfatório.

É preciso, ainda, que não percamos de vista a importância política das eleições do final deste ano. Cujas amplitude e caráter colocam responsabilidades adicionais para o movimento sindical. É necessário que tenhamos a competência de elaborar e apresentar programas alternativos que

abordem as grandes questões nacionais, sob a nossa ótica, uma abordagem democrática e popular e confrontar a disposição dos candidatos em comprometer-se com eles.

As tarefas são árduas. Mas as possibilidades podem ser promissoras. Algumas conquistas, como as que estão elencadas neste **ADInforma** por exemplo, nos fazem ver que a luta vale a pena, sobretudo neste ano.

O sofrido povo de nossa terra merece um **FELIZ 141** Nós, como trabalhadores intelectuais e parte dele, também. Nossas melhores condições de luta, nesse momento, têm que ser colocadas a serviço de uma ação cujo resultado possa ser, mesmo que não imediatamente, a eliminação da exclusão social e a efetiva emancipação cidadã de todos os brasileiros.

Diretoria Executiva da ADUFPB-JP/SSind

Aos professores não contemplados com os 84,32%

A diretoria da ADUFPB-JP/SSind foi procurada por professores do Departamento de Geociências que colocaram as dificuldades vividas pelos docentes em início de carreira e que não foram contemplados na ação vitoriosa dos 84,32%, solicitando da ADUFPB-JP apoio para reverter esta situação.

A diretoria assegura aos sindicalizados que encaminhará junto com eles as propostas referendadas pela categoria nas suas instâncias decisórias e que visem a conquista dos 84,32% e a restauração da isonomia salarial na UFPB, compromisso já declarado na carta programa com a qual apresentou-se para concorrer às eleições em 1993.

De imediato sabemos da existência de grupos que tentam organizar-se em função da necessidade da conquista dos 84,32%. Sabemos, também, da necessidade de ampliar esta luta para o conjunto dos docentes pois a isonomia, conquista das nossas lutas por um Regime Jurídico Único, além de hoje concretamente não existir no conjunto das IFES e, em particular, na UFPB, encontra-se profundamente ameaçada, tanto pela revisão constitucional (ver matéria *GT Seguridade Social*) quanto pelo projeto de seguridade já no Congresso.

Convocamos uma Assembléia Geral para 2ª feira (24.01), e estaremos realizando uma reunião com os interessados em fortalecer a luta da ANDES/AD para a recuperação da Isonomia, hoje, 6ª feira (21.01.94), às 15 horas, na sede da ADUFPB-JP/SSind.

COMPAREÇA!

UM CONVITE PARA O DIA DE ONTEM

José de Melo Neto*

O país está diante de uma situação de crise, das mais agudas já vividas. Crise de ordem econômica em que os agentes da economia não respondem ao crescimento necessário. Crise de ordem política em que os agentes políticos, sobretudo muitos com mandatos partidários, não respondem às expectativas da realização de seus mandatos políticos. Crise de ordem institucional em que, após quatro anos de existência de um "contrato" expresso na Constituição de 88, pretende-se reformulações. Crise de ordem social onde quarenta milhões de analfabetos gritam expressando-se pelo seu silêncio. Mais de trinta milhões de famintos de alimentação básica e outros tantos milhões de famintos de outras tantas necessidades, também básicas. Crise ética e moral em que nem as leis contratuadas são respeitadas, ferindo a moral e por cima de tudo um desequilíbrio do ser humano existente no homem tornando-o mero animal, implantação da "lei de Gerson", a derrota da ética. Esta crise se coloca como que "consensual" ou progressivamente "consensual" e já invade mais outra década.

Ao que está posto não se faz necessário uma solução de crise, pois não se pode permanecer na mesma situação anterior geradora da mesma crise. Parece imperioso sim a superação da crise, superação esta que busque propostas para o futuro, porém com bases naquilo que se faz hoje e, sobretudo, sob a luz da análise do que se fez no passado. Este é um percurso convincente para todos aqueles que podem entender que este país não pode e o povo não merece mais outra década perdida. Pensar o Brasil para daqui a dez, vinte ou trinta anos é uma atividade para a sociedade civil e ninguém fará isto para ela.

Neste sentido, é que várias universidades brasileiras, entre elas a UFPB, e entidades outras promoveram em parceria uma CONFERÊNCIA NACIONAL sobre "Projetos Alternativos e Estratégicos para o Brasil", em Brasília, em novembro último. Foram apresentados cinco projetos que evoluem nesta direção: "A Revolução das Prioridades" de Cristovão Buarque (UnB); "Um projeto para o Brasil" da Força Sindical; "Brasil 2000" do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (Rio); "Brasil Futuro e Presente" de Augusto Franco

(UnB) e "Meio Ambiente e Desenvolvimento" da FASE (RJ). Além desses, outros tantos projetos específicos que, juntos, podem também constituir, de forma efetiva, as tentativas que estão sendo feitas pelos rincões do país e que atestam a positividade de tantos setores da sociedade civil na superação da crise, bem como a certeza que é delas que virá a superação destes obstáculos engendrados sobretudo pelas elites brasileiras.

A iniciativa do evento se constitui também como um momento gerador de tantos outros com aquela finalidade - PENSAR O BRASIL. Partindo este evento de Universidades Federais começa-se a dizer, inclusive, que este setor social não está rendido ao descalabro que passa o país e vem reafirmar seu compromisso para com as questões sociais deste tempo. Pensar o país, um plano estratégico é de urgência ímpar para o momento, como elemento de ir-se além das simples iniciativas setorizadas que, mesmo sendo importantes, não têm caráter de solução.

Para as Universidades está colocado o desafio e, falar de Universidade se diz docentes; não docentes e discentes que constituem o seu "corpus organicum". É algo mais como um duplo desafio que está colocado: um plano alternativo estratégico para o Brasil e neste algo mais desafiador e componente deste plano que é a questão regional, a questão nordestina. As universidades da região têm uma contribuição na organização e elaboração de saídas da crise. A UFPB precisa pensar também a Paraíba, o Nordeste (UFPB propondo às demais universidades), o Brasil, além de promover um movimento onde venham participar os sindicatos, associações e demais setores que representem a sociedade. Cada um, agora, é um convidado para se evitar que mais uma década seja perdida. Este é um convite para o dia de ontem.

* Professor do Departamento de Habilitações Pedagógicas-CE - GTPE

O FILME CONTINUA....

José de Araújo Madeira*

Preparemos os nossos bolsos para as imensas dificuldades e os nossos espíritos para os embates que teremos no curso de 1994.

Uma situação lamentável que teremos que contrapor, com todas as nossas forças e capacidade, é a famigerada revisão constitucional, em pauta no Congresso Nacional e que nada mais reflete do que reformas, precisamente nos dispositivos que trouxeram alguns avanços sociais, como aposentadoria por tempo de serviço e com salários integrais, corrigidos, concomitantemente, com os civis e militares, e a estabilidade do servidor público.

Em segunda instância, também de igual dimensão e com sérios prejuízos para nossa categoria, é a prioridade dada pelo governo no combate à espiral inflacionária, às expensas dos assalariados, com drásticas repercussões sobre o nosso poder de compra.

Com respeito a essa última questão, o ministro Fernando H. Cardoso, da economia, seguindo os princípios de próceres do passado, a exemplo do Delfin Netto, Zélia Cardoso, Roberto Campos, Dilson Funaro e outros de tristes memórias, vislumbrou no déficit público a raiz de tão graves distorções da economia brasileira. Neste ponto até que não devemos levar a efeito discussões estéreis, jamais compactuando com um Estado perdulário, torrando suas divisas em projetos que nada têm a ver com as necessidades do povo, mormente, com obras superfaturadas à bel-prazer das empreiteiras. Os responsáveis pela ascensão desenfreada dos preços devem ser punidos e taxados severamente. Todos somos pais e temos contas a pagar, devemos estar atentos à sobrevivência da família que constituímos. A inflação vem se transformando numa chaga crônica a nos consumir em todos os instantes. Brutalmente vem corroendo as esperanças do nosso povo de ver um amanhecer mais ameno e mais próspero, hoje impedido de adquirir os bens mais elementares e essenciais à própria manutenção da vida, como os alimentos.

Multidões passam fome, sem as mínimas condições de cidadania. A nossa inflação grassa às raias da intolerância, ninguém discorda. Todos reclamam, mas a chave do seu equacionamento está nas mãos dos seus verdadeiros beneficiados, que não esboçam, com atitudes, os menores sinais de sensibilidade. Os grandes grupos financeiros e empresariais encastelados em seus cartéis, nas surdinas das noites, apostam na elevação de juros, na majoração dos seus preços e decidem pela baixa produtividade para não perderem a pleiteada margem de lucro. Assim, embora pareça ingenuidade da nossa parte, mas, acredito, se tomam oportunos e respeitados os nossos questionamentos. Como iriam esses grupos cerrarem fileiras contra esse gigante devorador da economia, se através dele estão auferindo crescimento astronômico, em curto espaço e sem maiores esforços, com aumento de suas riquezas e, conseqüentemente, ficando mais poderosos? Haja patriotismo nisso, homem!...

Como o governo não tem outra linha mais eficiente, nem forças para ir direto à fonte geradora da inflação brasileira, vem na direção dos assalariados, buscando mais recursos para uma administração, historicamente, sem sentido. Em miúdos, somos, novamente, responsabilizados pelos desmandos da economia do governo e teremos, outra vez, perdas consideráveis nos nossos salários, além da elevação e da indexação da carga tributária. Vamos, de novo, pagar a conta do governo, que não cumpre o seu papel, mas está metido na mais das desgraçadas falências. Os tributos que pagamos vão para uma espécie de areia movediça, cujo epicentro é o planalto e seus ramos se propagam por estados e municípios, afunilando entre PCs e Anões que malversam o orçamento da União.

No que concerne a reforma constitucional existem evidências claras de que se houverem transformações, essas não serão as do aprimoramento dos nossos benefícios, mas para



**DE
OLHO
VIVO**

Informes da CNESPF

Pagamento no mês trabalhado

Meses de abril, maio e junho - até o último dia útil do mês de competência.

A partir de julho/94 - até o segundo dia útil após o dia 20 do mês de competência.

Política Salarial dos SPFs

Permanece a proposta de política salarial com reajuste mensal de acordo com a inflação do mês anterior, a ser vigorado ao término da Lei 8676/83.

Benefício Alimentação Dec. 969/93

Será concedido a todos os servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, sujeitos à jornada de trabalho de 40 horas semanais, na seguinte modalidade: fornecimento antecipado de talonário com 22 cupons ou tiquetes. O percentual a ser pago pelo servidor incidirá sobre o valor unitário da refeição e não sobre os vencimentos (mínimo de um por cento e máximo de vinte por cento).

Setor dos Docentes das IFES

Relatório Audiência SAF/ANDES (11.01.94)

Liberação FGTS dos S P F

A CNESPF vem solicitando ao governo o anúncio das normas a serem adotadas para liberação do FGTS dos servidores públicos, a partir de dezembro. A proposta é pela liberação imediata, tendo a SAF se comprometido a fornecer essas normas o que não cumpre (saque no mês do aniversário).

Isonomia

Medida Provisória 409, 6.01.94

Abre possibilidades concretas para início efetivo das negociações, objetivando a materialização da isonomia entre os três poderes. Será constituída uma comissão com a participação de representantes sindicais (03), do Executivo (02), Legislativo (02) Judiciário (02) TCU (01), Ministério Público (01), com prazo de 90 dias para conclusão dos trabalhos.

Informes ADUFPB-JP

84,32% - Separação nos contracheques

O Reitor da UFPB, respondendo à ofício da ADUFPB-JP/SSind, informou que os 84,32% constarão nos contracheques com a rubrica específica "decisão judicial", em razão de o sistema SIAPE estar programado de forma a não aceitar um registro de vencimentos diverso do estabelecido para a carreira do magistério.

Aquisição de computadores

Os professores que estiverem interessados na aquisição de computadores deverão procurar o Prof. Rubens Freire, na FUNAPE.

Espaço para o Sindicalizado

A Diretoria da ADUFPB-JP/SSind está estudando a criação de um espaço, na sede da entidade, onde o sindicalizado possa ler jornais, revistas e consultar a biblioteca e arquivo da entidade. P.S. Com direito a cafezinho!...

GT Carreira

O GT Carreira da ANDES-SN reuniu-se em Aracaju, nos dias 11, 12, e 13 de janeiro p.p., para discutir e formular propostas sobre Capacitação Docente a serem incluídas no projeto de Carreira Única do Movimento Docente, aprovado no Congresso de Manaus (fev/93). Discutiu-se propostas de Plano e Programas Institucionais de Capacitação. Essas questões são fundamentais para negociarmos com o governo e viabilizarmos a implantação da carreira que queremos. Discutiu-se, ainda, a relação entre a nossa proposta de Carreira e a LDB que tramita no Senado e a política de transição para a futura carreira.

**Dia 09 de fevereiro tem
MURIQOCAS DO MIRAMAR.**

HISTÓRIA E CIÊNCIA

Para **SÍLVIO FRANK ALEM**, *in memoriam*

Wojciech Kulesza*

Sou do tempo em que se queria transformar a ciência em história. Unidos da teoria - cuja cientificidade não questionávamos - queríamos enquadrar o Brasil em nossas reflexões. Com o tempo e depois de atentarmos com mais cuidado nos fundamentos epistemológicos de nossas idéias, queríamos, ao menos, tentar, na prática, testar nossas idéias de um ponto de vista lógico. Tal como Glauber, queríamos fazer história com uma idéia na cabeça e, no lugar da câmara, estávamos todos enfrentando a realidade com técnicas sociais. Da retórica, até a militar. Deu no que deu e aprendemos todos: nós e o Brasil.

Hoje vejo atônito se perguntarem sobre a cientificidade da história. Recusando a rica pré-socrática disputa sobre se tudo muda ou se não há nada de novo sob o sol, cai-se num solipsismo vulgar que retira da história qualquer objetividade. Pior, nega-se até o tempo como categoria ontológica da história. Todos os momentos são iguais e, se tiver alguma dúvida, não se preocupe pois, afinal, haverá sempre um eterno retorno ao mesmo. É isso aí: os discursos históricos são mesmices. É claro que estou convicto que se trata de uma escalada ideológica contra o movimento que faz sobressair a ética em toda as atividades humanas. E a razão disso é que a ética também não pode ser concebida sem o tempo, pois é aí futuro que ela pretende alcançar. Não o que passou, mas o que será.

Mas o passado, como dizia Faulkner, não morreu: ele nem mesmo **é passado**. Imagine você ouvindo falar do que aconteceu, digamos, há dezenas, dez anos. E, para ir logo ao argumento em causa, considere que não se trata de algo distante e sem importância mas de sua própria vida. Um acontecimento com a sua presença física e psíquica. Experimente: fale do passado. Você fez ou não fez história? Está

fazendo agora? Peço-lhe, simultaneamente, um discurso e uma leitura. Ambos, com certeza, estarão impregnados do que aconteceu **depois** do acontecido. É isso que faz com que a história mude. Principalmente para você, como já indicava o jovem poeta Pessoa: que sei eu do que serei, eu que não sei o que fui?

Mas não é só isso. Suponhamos - e fazendo isso estamos assumindo absolutamente que não há ciência sem história - que haja outra pessoa que também tenha presenciado o acontecimento. Surpresa para você que não sabia e curiosidade por parte de quem se tenha dado conta. De qualquer maneira, a presença do outro traz consequências tanto para seu discurso, como para sua leitura. É o caso clássico da figura da testemunha no direito e, por extensão, do testemunho histórico proporcionado pelas diferentes fontes de pesquisa do historiador. E, veja bem, não se trata de estabelecer a verdade, matéria do direito, mas de compreender a lógica, matéria da história.

Ora, separemos agora seu discurso sobre o acontecimento, de sua leitura deste mesmo (para nós) acontecimento, sempre acompanhados da presença metodológica do outro. A matriz da leitura são os fatos, a matriz do discurso são as palavras. Fatos de ontem nas palavras de hoje. Tudo pleno de significado e de sentido. Mas eu, como historiador, acredito se quiser. Aliás, todos nós, cotidianamente fazemos isso com as leituras e, principalmente, com os discursos da realidade. E, ao proceder assim, também estamos fazendo história. Como sujeitos. A diferença para o sujeito historiador é que ele toma o discurso e a leitura como seu objetivo e, portanto, detém a cientificidade de saber o que vai para o lixo da história, mesmo consciente de que outros virão depois a resolver os seus dejetos.

20 horas
+ GAE (100%) + 84,32% - JAN

Espec	Mestre	Doutor
212.258		
222.871		
234.014		
245.715		
270.286	301.659	
283.801	316.742	
297.991	332.579	
312.890	349.208	
344.179	384.128	460.954
361.388	403.335	484.002
379.457	423.502	508.202
398.430	444.677	533.612
498.038	555.846	667.015

40 horas
+ GAE (100%) + 84,32% - JAN

Espec	Mestre	Doutor
424.515		
445.741		
468.028		
491.430		
540.572	603.317	
567.601	633.483	
595.981	665.158	
625.780	698.415	
688.358	768.257	921.908
722.776	806.670	968.004
758.915	847.003	1.016.404
796.861	889.353	1.067.224
996.076	1.111.692	1.334.030

DE
+ GAE (100%) + 84,32% - JAN

Espec	Mestre	Doutor
657.999		
690.899		
725.444		
761.716		
837.887	935.142	
879.782	981.899	
923.771	1.030.994	
969.959	1.082.544	
1.066.955	1.190.798	1.428.958
1.120.303	1.250.338	1.500.406
1.176.318	1.312.855	1.575.426
1.235.134	1.378.498	1.654.197
1.543.918	1.723.122	2.067.747

TABELA SALARIAL
1ª E 2ª Graus

	Grad.	Aperf.	Espec	Mestre	Doutor
A 1	68.285	71.699	76.479		
A 2	71.699	75.284	80.303		
A 3	75.284	79.048	84.318		
A 4	79.048	83.001	88.534		
B 1	83.791	87.961	93.846	104.739	
B 2	87.961	92.390	98.538	109.976	
B 3	92.390	96.999	103.465	115.475	
B 4	96.999	101.848	108.639	121.248	
C 1	102.819	107.960	115.157	128.523	154.228
C 2	107.960	113.358	120.915	134.950	161.939
C 3	113.358	119.025	126.961	141.897	170.036
C 4	119.025	124.977	133.309	148.782	178.538
D 1	126.167	132.475	141.307	157.709	189.251
D 2	132.475	139.099	148.372	165.594	198.713
D 3	139.099	146.054	155.791	173.674	208.649
D 4	146.054	153.357	163.581	182.568	219.081
E 1	160.660	168.692	179.939	200.824	240.969
E 2	168.692	177.127	188.936	210.866	253.039
E 3	177.127	185.983	198.382	221.409	265.691
E 4	185.983	195.283	208.301	232.479	278.975
Tr	223.180	234.339	249.962	278.975	334.770

	Grad.	Aperf.	Espec	Mestre	Doutor
A 1	136.570	143.398	152.958		
A 2	143.398	150.568	160.606		
A 3	150.568	158.097	168.636		
A 4	158.097	166.001	177.068		
B 1	167.582	175.961	187.692	209.478	
B 2	175.961	184.760	197.077	219.952	
B 3	184.760	193.998	206.931	230.949	
B 4	193.998	203.687	217.277	242.497	
C 1	205.637	215.919	230.314	257.047	308.456
C 2	215.919	226.715	241.830	269.899	323.879
C 3	226.715	238.051	253.921	283.394	340.073
C 4	238.051	249.954	266.617	297.564	357.076
D 1	252.334	264.951	282.614	315.418	378.501
D 2	264.951	278.198	296.745	331.188	397.426
D 3	278.198	292.108	311.582	347.748	417.297
D 4	292.108	306.714	327.161	365.135	438.162
E 1	321.319	337.385	359.877	401.649	481.979
E 2	337.385	354.254	377.871	421.731	506.077
E 3	354.254	371.967	396.765	442.818	531.381
E 4	371.967	390.565	416.603	464.958	557.950
Tr	446.360	468.678	499.924	557.950	669.540

	Grad.	Aperf.	Espec	Mestre	Doutor
A 1	211.683	222.267	237.085		
A 2	222.267	233.361	248.939		
A 3	233.361	245.050	261.386		
A 4	245.050	257.302	274.456		
B 1	259.753	272.740	290.923	324.691	
B 2	272.740	286.377	305.469	340.925	
B 3	286.377	300.696	320.743	357.972	
B 4	300.696	315.731	336.780	375.870	
C 1	318.738	334.675	356.986	398.422	478.107
C 2	334.675	351.409	374.836	418.344	502.012
C 3	351.409	368.979	393.578	439.261	527.113
C 4	368.979	387.428	413.256	461.224	553.469
D 1	391.118	410.674	438.052	488.897	586.677
D 2	410.674	431.207	459.954	513.342	616.010
D 3	431.207	452.768	482.952	539.009	646.811
D 4	452.768	475.406	507.100	565.960	679.152
E 1	498.044	522.947	557.810	622.556	747.067
E 2	522.947	549.094	585.700	653.683	784.420
E 3	549.094	576.549	614.965	686.368	823.641
E 4	576.549	605.376	645.735	720.686	864.823
Tr	691.858	726.451	774.881	864.823	1.037.788

NÃO ADIANTA ESBRAVEJAR

Graziela de Oliveira*

A sociedade brasileira experimenta um processo de transparência que põe às claras o descompromisso de parlamentares, empresários e funcionários públicos com os destinos da Nação. Ao mesmo tempo, reafirma-se o direito democrático de contestação da ordem (caótica e de privilégios) e da impunidade.

A luta pela cidadania e pela ética também está presente em micro-organismos como a universidade. A articulação de diversas instâncias da sociedade desperta na comunidade universitária o zelo por um comportamento fidedigno com a cidadania e a civilidade.

O compromisso com o ensino de qualidade e com a honestidade profissional requer dos críticos da academia e do movimento docente um comportamento transparente e baseado no "trabalho produtivo", ou seja, na renovação constante da literatura indicada aos alunos e dos métodos de trabalho. Este compromisso exige ainda a defesa da carreira docente por titulação e posicionamento crítico em relação às aulas, entre outros elementos.

Tanto ao nível da academia quanto do movimento docente (MD), qualquer que seja a orientação político-ideológica do/a professor/a, ele/ela deve primar pela honestidade e fineza de caráter. A discordância, a polêmica ou mesmo a divergência são salutares, pois permitem o confronto de idéias, contribuindo assim para o avanço do conhecimento. Para polemizar,

contudo, é preciso que se tenha idéias e argumentos fundamentados na teoria e na prática. Em nada adianta esbravejar.

As causas do distanciamento de parte do corpo docente e na prática em relação ao MD precisam ser analisadas. Enquanto alguns colegas afirmam estar muito ocupados com as atividades docentes para se dedicarem ao MD, outros sequer podem aventar uma tal explicação. Resolver os problemas que se colocam ao MD requer o diálogo, a discussão e a vontade política de se (re)construir um movimento engajado nos destinos da educação e da sociedade.

As oportunidades de diálogo e de debate estão presentes em várias instituições do MD. As Assembléias Gerais (AGs), os diversos Grupos de Trabalho (GTs) e o Conselho de Representantes (CR), são fóruns privilegiados da veiculação de idéias e de posicionamentos políticos. Entre as atribuições e poderes do CR estão, por exemplo, a de crítica aos encaminhamentos dados pela liderança sindical. A unidade do MD se faz na pluralidade, na convergência e na divergência de encaminhamentos. Para convergir ou divergir, contudo, é preciso participar das AGs, dos GTs, do CR e... não menos importante, das atividades docentes de ensino, pesquisa e extensão.

* Profª Deptª Economia/CCSA/UFPB

ENCONTRO DA REGIONAL NORDESTE II DA ANDES-SN

Está previsto para realizar-se aqui em João Pessoa, na ADUFPB-JP/SSind, nos dias 7 e 8 de fevereiro próximos, o Encontro das ADs/SSind da Regional NE-II da ANDES-SN.

Este encontro tem como objetivo principal preparar a participação do MD de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte no XII Congresso da ANDES-SN a ser realizado em Viçosa, MG, de 21 a 26 de fevereiro de 1994.

TABELA SALARIA JAN/ DOCENTES NÍVEL SUPERIOR

20 horas				
Vencimentos + GAE(100%) - JAN				
	Grad.	Espec	Mestre	Doutor
Aux 1	102.819	115.157		
Aux 2	107.960	120.915		
Aux 3	113.358	126.961		
Aux 4	119.026	133.309		
Ass 1	130.928	146.640	163.660	
Ass 2	137.475	153.972	171.843	
Ass 3	144.348	161.670	180.436	
Ass 4	151.566	169.754	189.457	
Adj 1	166.722	186.729	208.403	250.084
Adj 2	175.059	196.066	218.823	262.588
Adj 3	183.811	205.869	229.764	275.717
Adj 4	193.002	216.162	241.253	289.503
Tit	241.253	270.203	301.566	361.879

Vencimentos	
	Grad.
Aux 1	189.516
Aux 2	198.992
Aux 3	208.941
Aux 4	219.388
Ass 1	241.327
Ass 2	253.393
Ass 3	266.063
Ass 4	279.366
Adj 1	307.303
Adj 2	322.668
Adj 3	338.801
Adj 4	355.741
Tit	444.677

40 horas				
Vencimentos + GAE(100%) - JAN				
	Grad.	Espec	Mestre	Doutor
Aux 1	205.638	230.314		
Aux 2	215.920	241.830		
Aux 3	226.716	253.922		
Aux 4	238.051	266.618		
Ass 1	261.857	293.279	327.321	
Ass 2	274.949	307.943	343.687	
Ass 3	288.697	323.340	360.871	
Ass 4	303.132	339.507	378.915	
Adj 1	333.445	373.458	416.806	500.167
Adj 2	350.117	392.131	437.646	525.176
Adj 3	367.623	411.738	459.529	551.434
Adj 4	386.004	432.325	482.505	579.006
Tit	482.505	540.406	603.131	723.758

Vencimentos	
	Grad.
Aux 1	379.032
Aux 2	397.983
Aux 3	417.882
Aux 4	438.776
Ass 1	482.654
Ass 2	506.787
Ass 3	532.126
Ass 4	558.732
Adj 1	614.606
Adj 2	645.336
Adj 3	677.603
Adj 4	711.483
Tit	889.353

DE				
Vencimentos + GAE(100%) - JAN				
	Grad.	Espec	Mestre	Doutor
Aux 1	318.739	356.987		
Aux 2	334.675	374.837		
Aux 3	351.409	393.578		
Aux 4	368.980	413.257		
Ass 1	405.878	454.583	507.347	
Ass 2	426.172	477.312	532.714	
Ass 3	447.480	501.178	559.350	
Ass 4	469.854	526.237	587.318	
Adj 1	516.840	578.860	646.049	775.259
Adj 2	542.682	607.803	678.352	814.022
Adj 3	569.816	638.193	712.269	854.723
Adj 4	598.306	670.103	747.883	897.460
Tit	747.883	837.629	934.854	1.121.824

Vencimentos	
	Grad.
Aux 1	587.499
Aux 2	616.874
Aux 3	647.717
Aux 4	680.103
Ass 1	748.114
Ass 2	785.519
Ass 3	824.795
Ass 4	866.035
Adj 1	952.639
Adj 2	1.000.271
Adj 3	1.050.284
Adj 4	1.102.798
Tit	1.378.498



**De
Olho
na
Justiça**

Relatório da Assessoria Jurídica

1) 1155/91 - 4ª JCJ
(Plano Collor, 84,32%)

Em fase de liquidação. Aguardando apresentação de relatório final dos cálculos. O recurso na Ação Rescisória

interposta pelo Ministério Público encontra-se no TST aguardando julgamento.

2) 0974/91 - 1ª JCJ (Plano Bresser, 26,06%)

Em fase de liquidação. Aguardando apresentação de relatório final dos cálculos. Encontra-se pendente julgamento de Agravo de Instrumento, visando destrancar o Recurso de Revista para o TST.

3) 0355/92 - 4ª JCJ (Plano Verão, 26,05%)

Em fase de liquidação. Encontra-se pendente julgamento de Agravo de Instrumento, visando destrancar o recurso de Revista para o TST

4) 2630/91 - 1ª JCJ-(URPs - 16,19%)

Em fase de liquidação. Encontra-se pendente julgamento de Agravo de Instrumento, visando destrancar o recurso de Revista para o TST.

5) Processo nº 0843/93 - 4ª JCJ

(Plano Collor 84,32% - REMANESCENTES)

Julgado improcedente. Prazo até 24.01.94 para interposição de Recurso Ordinário, que está sendo agilizado pela Assessoria Jurídica da ADUFPB-JP.

6) Processo nº 13709-3 (Plano Collor)

Ajuizado perante a Justiça Federal, visando a isonomia entre os docentes, decorrente do pagamento dos 84,32% a apenas 90% dos professores.

7) Proc. nº 94.00555-5 - (28,87% concedido aos militares). Em fase de conhecimento.

Precatórios

Por solicitação da ADUFPB-JP/SSind estão sendo atualizados no NPD/JP, com base em 01/01/94, s cálculos dos precatórios referentes aos processos: 1) 1155/91 - 4ª JCJ (Plano Collor, 84,32%); 2) 0974/91 - 1ª JCJ (Plano Bresser, 26,06%); 3) 0355/92 - 4ª JCJ (Plano Verão, 26,05%) e 4) 2630/91 - 1ª JCJ (URPs abr/mai/88 - 16,19%).

Esses valores serão apresentados em cruzeiros reais com o total por docente indicado também em UFIRs. A listagem nominal resultante será encaminhada à justiça para as providências cabíveis com vista à inclusão desses valores no Orçamento da União para 1995.

Observemos, neste processo todo, o papel desempenhado pelo outro. Comparo-o a aquele desempenhado pelo outro observador na ciência positiva. Ele sabe o que procura e sistematiza o que acha. Para nós. Nós que instauramos a intersubjetividade necessária para que surja a ciência da história. Se ela já está lá é outra questão. Mas questão própria de qualquer conhecimento que se pretenda científico. Não é um prolegômeno. Prolegômeno é, justamente, a garantia da presença metodológica do outro para que se construa a ciência da história. Senão ficaremos só nas reminiscências. Matéria prima da psicanálise e do idealismo, sem adjetivos.

Voltando aos tempos em que se queria transcender a ciência com a história - e como única ciência - devo dizer que aprendemos agora a incorporar desde o início em nossa ciência da sociedade. E é por isso que instrumentos como as histórias de vida e o estudo do cotidiano ganham força em nossas ciências sociais. Trata-se de incorporar o(s) outro(s), não digo nem em nossas idéias, mas já a partir dos nossos sonhos, não como objetos, mas como sujeitos da mesma história. Talvez seja por isso que as tentativas de acabar com a história venham muitas vezes da economia. Como uma ciência que se pretende cada vez mais *hard* - não traduzo o termo para o português, pois na verdade os "duros" somos nós - a economia procura negar o seu pecado original de ciência do *oikos*, lugar por excelência do variável, mas também da tradição, para compor cenários mundiais cada vez mais spielbergianos.

Neste momento, mais do que duvidar de nossas certezas, o que nos falta é a coragem de radicalizarmos nossas leituras para que nossos discursos expressem visceralmente nossa compreensão da realidade. É quando o privado se torna público que a história passa a ter sentido. Para todos.

João Pessoa-PB, Natal de 1993.

* Prof. DFE/CE/UFPB

Opinião

VAMOS REDIMIR A CIDADANIA

Severino Augusto dos Santos*

No limiar de 1994, reaçendem-se as esperanças de um país melhor, resultante de uma sociedade mais politizada, engajada em pequenas e grandes transformações.

Da desordem política, econômica e social vivenciada, certamente, emergirá um Brasil diferente, de consciência despertada pelo ecoar do velho refrão - *"Verás que um filho teu não foge à luta"*.

Então, basta aos abusos, à exploração, à corrupção, à opressão, à roubalheira, à dependência, à fome, à doença, à miséria. Existe um limite para tudo. Est modus in rebus, no dizer dos antigos.

"Povo! Desperta do sono teu!..."

Sansão derroca as colunas,

Quebra os ferros, Prometeu!... (C. Alves)

Vamos redimir a cidadania para que floresça a grande Nação. *"Se necessário, no cantar do poeta referenciado, quebre-se o cetro do Papa, faça-se dele uma cruz, a púrpura sirva ao povo para cobrir os ombros nus."*

Temos que aproveitar o momento presente - CPI, possibilidade de mobilização e participação popular, revisão constitucional, eleições...

Não podemos ficar à margem dos acontecimentos. A História não fala dos ausentes. Por isso, precisamos ficar de atalaia, ocupar espaços, libertar-nos do marasmo, da indiferença, do descompromisso.

Não esperemos milagres do céu nem obra do acaso. Eles não acontecem mais. Urge que trabalheemos, conservando acesa a flama da esperança, alimentados pela certeza da fé, guiados pelo facho da razão, embora, por vezes, sintamos o corpo cansado e a alma no chão... Não existe outra opção. Só *"se houvesse, nos versos do gondoleiro do amor, talismã bendito que desce ao pântano corrente pura, musgo ao rochedo, festa à sepultura, das águias negras harmonia ao grito."*

Lutar é preciso!

O futuro é hoje. O amanhã é agora. Quem sabe, é chegada a hora da materialização da profecia de Isaías: *"O povo que caminhava na escuridão viu um grande clarão e sobre aquele que habitavam a região tenebrosa começou a brilhar a luz"*.

*Prof. Deptº de Direito Privado/CCJ/UFPB

Opinião

SÍLVIO ALEM

Chico Monteiro

Quando nada mais poderia querer
e o caminho a percorrer estava findo
a HISTÓRIA da tua vida arden
e ainda arde

nos dias de quem querias
de quem quiseste
de quem quererias

por entre a barba ruiva
da tua angústia
a (é)terna dor que sorrias
eram os mistérios explícitos
dos teus segredos

pois:

viver

foi a vida que viveste

amar

foi ser pai como foste

lutar

foi a tua HISTÓRIA

e o que resta
é a gente que fica
honrando a tua lembrança
continuando a tua luta
a nossa luta

adeus irmãozinho...

07.12.93

XIII Congresso da ANDES

Viçosa (MG), 21 a 26.01.94

A) Proposta de Pauta:

Tema I - Conjuntura e MD

Tema II - Políticas: Educacional (LDB, Educação e Trabalho e de Plano Decenal), Agrária e de Seguridade Social.

Tema III - Projeto de Universidade: Carreira e capacitação docente; Avaliação Institucional e Autonomia; Ciência e Tecnologia.

Tema IV - Expansão do Sindicato.

Tema V - Organizações e Financeiras

B) A Diretoria da ANDES-SN propõe que o XIII Congresso seja denominado "Congresso Sílvio Frank Alem".

C) A Diretoria Executiva da ADUFPB-JP/SSind escolheu como delegada de Diretoria a presidente da entidade Vera Amaral. Além disso, temos direito a 9 (nove) delegados de base. Nossa Assembléia de 24.01 definirá os procedimentos para escolha desses delegados.

atenderem interesses financeiros e políticos de grupos, que ainda não absteram nossas conquistas. Por que tal empenho e tamanha excitação por parte destes? A Carta de 88 deixou, sem dúvidas, lacunas a serem preenchidas pelas leis complementares até hoje levadas ao mais completo descaso. Em hipótese remota, se a nossa atual Constituição apresentasse falhas nos seus textos e se criasse um clima de ingovernabilidade, como alardeam os arautos reformistas, nós até que poderíamos trabalhar, em campo político, pondo em aperfeiçoamento os novos rumos a serem tomados, depois de ampla discussão com toda sociedade brasileira, com plebiscito nacional e formação de uma Assembléia Constituinte exclusiva. Concordaria, da minha parte, com leis incisivas e rigorosas contra sonegadores, corruptores e esses indivíduos que hoje, sob a imunidade, cometem os mais hediondos crimes contra o nosso patrimônio. Investiria na modernidade e na agilidade do poder judiciário que muito deixa a desejar da sua prática e decisões anacrônicas.

Nós, professores universitários, temos a espinhosa missão de formação de recursos humanos para o futuro deste país. Anualmente devolvemos, à sociedade, médicos, advogados, nutricionistas, historiadores, jornalistas, engenheiros e demais profissionais para se integrarem à força de trabalho no engrandecimento deste país. Formamos, apesar das limitações e imposições, especialistas em todas as áreas do conhecimento humano. Somos veículos do desenvolvimento e desse modo, imprescindíveis à nação brasileira. Então, porque nós, justamente nós, vamos ser transfigurados e convertidos em "bode expiatório" dos graves problemas que afligem não só a economia, mas também, dos entraves legais que emperram o estado de direito. Particularmente, como cidadãos, temos o dever de nos envolver na solução das nossas dificuldades. A imensidão das nossas mazelas reclama posições e ações nossas, que representamos a camada mais esclarecida do povo que, do nosso lado, jamais como professores, devemos abdicar dos nossos deveres morais e éticos. Continuaremos, ativamente, dando as

nossas respostas aos desafios brasileiros, em primeiro plano, no preparo da nossa juventude. Como pano de fundo, não devemos abrir mão do engajamento político, não só na transformação da mentalidade da comunidade mas ficarmos postos na defesa dos nossos direitos, tão duramente conquistados, bem como na eleição de líderes capazes de conduzir os nossos destinos a portos seguros. No momento, faz mister não acatarmos passivamente posturas do governo e seus aliados. Este filme ainda não chegará ao seu final e nós permaneceremos na luta, para não sermos os vencidos.

* Prof. Dep^o Cirurgia-CCS/UFPB

GT Seguridade

O GT Seguridade Social (*GTSSocial*) esteve reunido em Aracaju/SE nos dias 12 e 13 p.p. Entre outras questões, duas foram analisadas com profundidade:

- o projeto de lei que dispõe sobre a Seguridade Social dos servidores públicos civis federais ativos e inativos e seus familiares e pensionistas de que trata a lei nº 8112/90;

- as emendas apresentadas pelo Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB/PE) que alteram as regras atuais de aposentadoria, que consubstanciam as propostas do governo para essa questão.

Na avaliação do *GTSSocial*, os mesmos são prejudiciais para os trabalhadores em geral e especificamente para os docentes das IFES.

Assim sendo, o *GTSSocial* submeteu à diretoria da ANDES-SN encaminhar as referidas propostas para análise pela Assessoria Jurídica do nosso Sindicato e continuar a pressão para barrar a Revisão Constitucional e aprovação do Projeto de Lei sobre Seguridade dos SPFs que se inserem claramente na necessidade de redução das obrigações do Estado imposta pelo FMI/projeto neoliberal.

O projeto da previdência já está no Congresso. Ele liquida com o RJU e pulveriza com a previdência. Precisamos garantir a perspectiva da manutenção da previdência estatal, contraponto a ele o RJU e o SUS.

Nossa atuação será discutida na AG de 24.01 (2ª feira), às 9h, no auditório da Reitoria. **Participe!**

AULA EXTRA

27 de janeiro de 94
(quinta-feira)
a partir das 17:00h
Centro de Vivência

Preparando as Muriçocas



**A questão dos 84,32% no âmbito da luta pela
isonomia dos docentes da UFPB e das IFES**

Documento da Diretoria Executiva da ADUFPB-JP/SSind aprovado na AG de 24.01.94.

A atual Diretoria Executiva (DE) da ADUFPB-JP/SSind foi empossada em Assembléia Geral (AG) no dia 16.12.93. No dia 22 do mesmo mês, dando continuidade à luta, foi por ela realizada consulta com a Assessoria Jurídica (AJ) com o objetivo de obter todas as informações necessárias acerca dos assuntos e ações jurídicas em tramitação que respondam às dúvidas trazidas pelos docentes à ADUFPB-JP e aos interesses dos docentes do Campus I da UFPB.

Da reunião com a AJ resultou o relatório publicado em nosso boletim de 21.01.94 que explicita que todas as ações iniciadas estão em andamento e um parecer acerca da extensão do Reajuste Salarial de 84,32% correspondente ao IPC de março de 90 (Plano Collor) aos docentes não beneficiados com a decisão judicial do Processo 1155/91.

Neste parecer a AJ apresenta uma análise do comportamento da Justiça a partir da edição do enunciado 315 do TST que caracteriza a inexistência de direito adquirido ao IPC de março de 90, "porque o direito ainda não se havia incorporado ao patrimônio jurídico dos trabalhadores, inexistindo ofensa ao inciso XXXVI do Art. 5º da Constituição da República". No exercício de suas atribuições e responsabilidades a DE vem apresentar uma proposta de ação para esta questão que aflige importante parcela de nossa base, tendo em vista que um significativo número de nossos sindicalizados não foi beneficiado com o ganho que, aliás, como o próprio relatório menciona, ainda está sendo questionado. Fica assim configurada uma

injustiça cuja reversão é tarefa de todos aqueles que fazem a ADUFPB-JP: base e direção. Vale lembrar que, como sempre ocorreu em nossa AD, o referido parecer da AJ encontra-se à disposição dos associados em nossa sede.

Tendo em vista contatos buscados por docentes que não recebem os 84,32% a DE convocou, através de nosso último boletim, uma reunião com esses companheiros que se realizou no dia 21.01.94. O presente documento ao apresentar a proposta da DE incorpora, como poderá ser visto, propostas originadas nessa reunião.

Antes de apresentarmos os encaminhamentos propostos pela DE a essa AG consideramos necessários *três esclarecimentos fundamentais*:

1. Com exceção de alguns docentes ingressados a menos de um semestre na UFPB, todos os docentes do Campus I que não recebem 84,32% estão cobertos por pelo menos uma ação judicial visando a sua obtenção. A exceção se deve à conveniência de formar grupos com um determinado número de pessoas (aproximadamente 30).
2. A correta intenção de unificação dessa luta na UFPB deve tomar como base, visando dotá-la de maior eficiência e eficácia, as identificações e diferenciações existentes nos diferentes casos. Por exemplo, a atual greve deflagrada nos *Campi* sob jurisdição da ADUFPB - Campina Grande/ SSind tem como palavra de ordem "A Justiça tem que ser respeitada" em função da existência de uma sentença judicial

já definida (prolatada) em instância intermediária, favorável aos docentes. Na base da ADUFPB-JP não existe nenhum caso juridicamente similar. Consideramos a questão política do direito a salário igual por trabalho igual como a essência do problema. No entanto, aplastar as diferenças existentes pode ter como consequência comprometer a efetividade de nossa ação política.

3. Ao sermos informados oficialmente pela Administração Superior da UFPB da separação do ganho judicial nos contracheques, a partir de 12.93, consultamos, no contato anteriormente referido, nossa AJ, e a Assessoria Jurídica da ANDES-SN que, numa primeira abordagem, tendo em vista o contexto em que a separação se deu (ingresso da UFPB no Sistema Integrado de Administração de Pessoa - SIAPE - e pós-enunciado 315), consideraram que o ocorrido não prejudicava a luta pela isonomia. Além disso, informações obtidas através de diversas fontes (Administração UFPB, algumas ADs e outras entidades sindicais de SPFs) colocam o risco real de uma situação caótica no pagamento dos salários, a partir do ingresso da UFPB no SIAPE, caso a nossa IES não esteja plenamente adaptada às normas do sistema, possibilitando inclusive o não repasse integral da folha.

II Encaminhamentos:

1. Reafirmação da AG como instância de deliberação para interposição de ação judicial pela entidade.

2. Reorganização da Comissão da Isonomia, instalada na gestão anterior, ampliando a mesma que passa a ser integrada por um representante - com suplente - por Centro e um membro da DE. Serão tarefas da Comissão a mobilização dos docentes para a questão da isonomia, a elaboração de propostas sobre o tema para deliberação em AG e, em conjunto com a DE, a implementação das deliberações da entidade sobre esse assunto.

3. **"Dia de Mobilização em Defesa da Isonomia na UFPB"** a ser articulado no Conselho Consultivo de ADs da UFPB ainda nesse período, antes de 01.02 (o Conselho Consultivo tem reunião marcada para o dia 25.01. Será tarefa da Comissão o processo de mobilização para esse evento.

4. Reafirmação do posicionamento da AD com relação a questão da incorporação dos 84,32% nos contracheques. Abertura de discussão sobre o assunto no Conselho Consultivo e nova deliberação sobre o mesmo - manutenção ou alteração do posicionamento - na próxima AG.

5. Apresentação na reunião do setor das IFES antes do Congresso de Viçosa de uma proposta de *"Dia Nacional em Defesa da Isonomia dos docentes das IFES"*, com paralisação, como parte de uma ação mais global na luta pela isonomia.

João Pessoa, 24 de janeiro de 1994.
Diretoria Executiva - ADUFPB-JP/SSind

EDITAL DE CONVOCAÇÃO **ASSEMBLÉIA GERAL DOS DOCENTES**

A Diretoria Executiva da ADUFPB-JP convoca todos os seus sindicalizados para uma ASSEMBLÉIA GERAL a realizar-se no dia 28 de janeiro de 1994 (sexta-feira), no Auditório da Reitoria, às 10:00h.

Proposta de Pauta: 1) Tirada de delegados para o XIII Congresso Nacional da ANDES-SN (Viçosa, 21 a 26.02.94); 2) Incorporação dos 84,32% aos vencimentos nos contracheques.

A ADUFPB-JP/SSind se responsabilizará pela reprodução de cartas-programas dos candidatos a delegados que apresentarem até o dia 26.01.94.

Os planos doentes de saúde

Há no Brasil mais de 30 milhões de associados a programas privados de saúde, negócio de 8 bilhões de dólares anuais. São pessoas que se protegeram do sucateamento da rede pública de hospitais vinculando-se a planos que oferecem maravilhas. Enfermeiras de romance, médico de seriado, ambulância de filme, até helicóptero.

Os planos variam como as batatas fritas. Quem paga mais recebe mais, quem paga menos recebe menos. O cidadão que não confia nos serviços públicos e acredita que pulou o muro do Terceiro Mundo ao assinar um contrato baratinho comprou apenas uma ilusão. Como essas empresas se destinam a gerar lucro, cada contrato tem suas restrições comerciais. Nem pensar em mais de um mês de UTI (Tancredo Neves), tratamento de linfoma (Dilson Funaro) ou cirrose (Garincha). Contam-se em dezenas de milhares as pessoas que se julgam protegidas pelos contratos e, desamparadas, pulam o muro de volta às filas e enfermarias congestionadas da rede pública.

Pois agora o Conselho Federal de Medicina apareceu com outra ilusão. Baixou uma norma pela qual quer obrigar as empresas a cobrir qualquer tipo de doença. Com que dinheiro, não diz. Se isso fosse pouco, do outro lado do guichê o presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados, a

Fenaseg, diz que "não somos contra o atendimento de casos não previstos atualmente, mas não vamos aceitar uma imposição de cima para baixo". Se a imposição viesse de baixo para cima as empresas aceitariam? Coisa nenhuma. Não aceitam porque não podem aceitar. Se aceitarem quebram. Porque um seguro que cubra qualquer tratamento não sai por menos de 400 dólares mensais nos Estados Unidos e de 500 no Brasil. Quem vende a roupa para pagar conta de hospital não se chama seguradora, chama-se pai. As

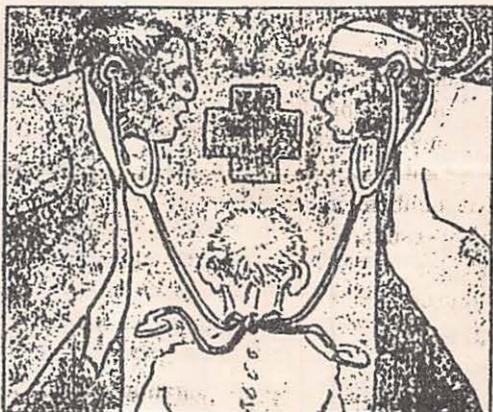


ILUSTRAÇÃO ELIZABETH TOGNATO

companhias privadas estão aí para ganhar dinheiro. Se por demagogia têm medo de dizê-lo, por dever de sobrevivência não o têm de fazê-lo.

Caso exemplar de mistificação da questão social. As empresas fingem que privatizam a saúde, quando na realidade despejam na rede pública as doenças mais caras. (Uma delas acaba de privatizar a reboqueterapia dos prefeitos que equipam ambulâncias para jogar doentes nos municípios vizinhos. Lançou um programa de assistência domiciliar informando que "estaremos necessitando da colaboração dos colegas dos serviços de emergência da rede pública para dar seguimento ao atendimento do paciente".) Entra o poder público e finge que socializa a falsa privatização. Sobre o contribuinte (do Estado e das empresas), escalado para o papel de bobó.

Os programas privados de saúde só terão vida longa se tiverem a coragem de se apresentar aos clientes como um complemento da rede pública. Até agora se apresentaram — falsamente — como substitutos. Já o cidadão que não se incomoda com o apodrecimento dos hospitais de sua cidade deve saber que medicina privada custa dinheiro e se não o tem, paciência. É uma situação cruel, mas ele ajuda a urdi-la ao tolerar a danação alheia através do sucateamento da medicina do Estado. Ao contrário do que pensa o pessoal do andar de cima, a conta do desmanche dos serviços públicos não fica só com os miseráveis. Sobem até as coberturas, onde vivem felizardos enjaulados, com medo dos ladrões da rua e das bactérias dos hospitais.

O patrono dessa espécie chama-se Carlos Salinas de Gortari, o grande reformador das Américas. Querendo transformar o México em sul dos Estados Unidos, deixou-o no norte da Guatemala.

Incorporação dos 84,32% nas rubricas dos contracheques

No sentido de instrumentalizar a categoria para uma ação mais incisiva sobre essa questão, conforme decisão da AG de 24/01/94, a Diretoria Executiva (DE) da ADUFPB-JP vem mantendo um processo sistemático de consulta com as Assessorias Jurídicas Nacional e Local e solicitou uma audiência com o Reitor a realizar-se no próximo dia 11 (sexta-feira), às 15h. Os informes sobre essa questão bem como a proposta da DE para o tratamento dessa questão serão apresentados à categoria na nossa Assembléia Geral de 15.03.94, às 9h, no Aud. da Reitoria.

Seguridade Social

O PL 4379/94 trata da Seguridade Social dos SPFs. A sua primeira versão, encaminhada pela SAF à Presidência da República, foi rejeitada pelo MD, no XXVII CONAD. Ao contrário do que aconteceu com a proposta de DPC o PL de Seguridade Social não é o resultado de uma negociação entre SPFs e a SAF, sua autoria é de total responsabilidade do governo. Ainda que trate da seguridade social O PL 4379/94 tem como proposta central a criação de um fundo de atendimento integral à Saúde do servidor - FAISS, que administraria as contribuições dos SPFs destinadas ao atendimento à Saúde (50% do total arrecadado, conforme disposição constitucional). Abre-se no PL a possibilidade de convênios com empresas de medicina de grupo, cooperativas médicas e outras, o que vai de encontro às deliberações da ANDES-SN, e do conjunto dos SPFs, pelas quais o atendimento à saúde deverá ser prestado pelo SUS.

Este PL se insere no conjunto de medidas que o Governo Federal vem tomando no sentido de minimizar sua responsabilidade na manutenção do Estado. O caráter ideológico de propostas como esta é o do Estado mínimo, isto é, da redução do serviço público.

Cumpra, portanto, encaminhar, juntamente com o conjunto dos SPFs, a luta pela rejeição do PL 4379/94 e pela imediata operacionalização do SUS. Sem dúvida, esta não será uma tarefa fácil, as dificuldades não estarão apenas no âmbito do governo ou do Congresso Nacional. Elas residem no interior do MD e do movimento dos SPFs. Contraditoriamente a defesa da educação pública como um direito de cidadania não coincide sempre com a defesa da saúde enquanto um serviço público destinado a toda a população.

Previdência

A proposta de emenda constitucional para a previdência social, do Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) se apoia sobre o relatório Antônio Brito (PMDB-RS) que já foi objeto de avaliação pelo GT Seguridade Social (GTSS)/ANDES-SN (INFORMANDES Especial agosto/92). Sua principal característica é a de criar um sistema de previdência social para o conjunto dos trabalhadores do setor público e do setor privado, separando o sistema previdenciário do sistema de saúde e assistência social. A Constituição Federal/88 sob o título "Seguridade Social" contempla previdência social, saúde e assistencial social. No que se refere aos SPFs significa o fim da aposentadoria integral e por tempo de serviço, propõe, em seu lugar a criação de um regime básico unificado de previdência social e de planos complementares de previdência pela União, Estados e Municípios para atendimento dos servidores públicos. Pela proposta em curso os SPFs contribuirão, obrigatoriamente, para um fundo complementar de aposentadoria e pensão, que será opcional para os trabalhadores do setor privado. Cria também uma problemática fórmula 95, que é o resultado da soma da idade do trabalhador e dos anos trabalhados, quando então a aposentadoria seria alcançada,

A emenda atinge os inativos, que também estariam remetidos ao sistema unificado de previdência e teriam seus direitos garantidos pela complementação de seus ganhos de aposentadoria pelo Governo.

ASSEMBLÉIA GERAL

DIA 15.03.94

- 1) INDICATIVO DE GREVE
- 2) GREVE GERAL DE 24 HORAS
- 3) INCORPORAÇÃO DOS 84,32% NOS CONTRACHEQUES

Às 09:00 horas - Aud. da Reitoria

AVISO

Solicitamos aos docentes sindicalizados que atingem o abatimento do teto da MP 408 dirigirem-se à sede da ADUFPB-JP para receberem ressarcimento de desconto a maior de sua contribuição sindical mensal.

(03/1994)

ADINFORMA

ADUFPB-JP/SSind
da ANDES-SN
Filiada à CUT

XIII CONGRESSO DA ANDES-SN

21 a 26 de fevereiro - Viçosa/MG

A ADUFPB-JP participou com 10 delegados no XIII Congresso da ANDES-SN, que contou com a presença de 286 participantes de 62 Seções Sindicais:

Da discussão do temário resultou um Plano de Lutas que a ANDES-SN e o conjunto do MD deve desenvolver neste ano de 1994, junto com a CUT e os Servidores Públicos Federais. Especificamente para os docentes das Instituições de Ensino Superior (IFES) foi aprovado um Plano de Lutas com os seguintes eixos:

- 1) Revisão Constitucional;
- 2) Plano FHC;
- 3) Seguridade Social;
- 4) Previdência;
- 5) Diretrizes dos Planos de Carreira e Carreira Docente;
- 6) Política Salarial
- 7) Isonomia, Autonomia e Financiamento.

Apresentação

A Diretoria Executiva da ADUFPB-JP/SSind ao realizar este ADInforma tem como objetivo atualizar os docentes sobre as diversas questões que estão em pauta na atual conjuntura. A relativa dificuldade de comunicar com os docentes no período de recesso escolar não pode ser um obstáculo para que encaminheamos coletiva e democraticamente deliberações sobre essas questões, que devem ser tomadas também de forma legítima e representativa.

Nesse sentido, chamamos a atenção para a conyocação de nossa Assembléia Geral (AG), no próximo dia 15/03, às 9:00, no Aud. da Reitoria. Como poderá ser visto, ao longo da leitura deste informativo, as frentes de luta que temos para enfrentar são múltiplas.

A participação de todos nós, docentes e sindicalizados, é essencial para que tenhamos condições de alcançar um êxito nesses enfrentamentos.

**23 março 94
indicativo de**

**GREVE
GERAL**

Calendário do Plano de Lutas dos SPFs

Data	Providência
07/03	Entrega pela ANDES-SN da Pauta de Reivindicações ao MEC
22/03	Prazo para MEC responder a Pauta
25/03	Resposta do MEC para as ADs pela ANDES-SN
28/03 a 06/04	Rodada de Assembléias Gerais (AGs) para avaliar respostas do MEC
08/04	Reunião do Setor dos Docentes das IFES, em BSB

Reunião do Setor das IFES

O Setor dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior reuniu-se na ANDES-SN (Brasília), no dia 4 deste mês para discutir encaminhamentos relativos ao Plano de Lutas aprovado no XIII Congresso da ANDES-SN (21 e 26/02/94 - Viçosa/MG) para este ano, o Plano FHC2/URV e o Indicativo de Greve Geral. Desta reunião saiu um calendário de mobilização que dá conta das questões específicas dos docentes e de questões mais amplas de interesse de todos os trabalhadores junto com a CUT e os Servidores Públicos Federais (SPFs).

O Setor discutiu ainda o Plano FHC2 (*encarte deste ADInforma*) e fez uma avaliação das perdas que todos os trabalhadores terão, especialmente nós, servidores Públicos Federais e os encaminhamentos necessários à luta que devemos travar contra tal plano.

Plenária Nacional dos SPFs

Brasília - 5 e 6 de março/94

Nesta Plenária Nacional dos SPFs estiveram presentes 385 delegados e 30 observadores de 17 entidades nacionais de servidores públicos, cuja pauta era a seguinte: 1) Avaliação da Conjuntura; Revisão Constitucional; Plano Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Plano de Lutas.

A partir da avaliação de que o Plano FHC está em consonância com a revisão Constitucional e o recetário da política neoliberal e que o mesmo é recessivo e imprime uma política de arrocho salarial na qual os servidores públicos federais serão os mais prejudicados, foram aprovados os seguintes encaminhamentos:

I - INDICATIVO DE GREVE GERAL de todos os trabalhadores de 24 horas, coordenada pela CUT, com indicativo do dia 23 de março com os seguintes eixos:

- 1) Contra a Revisão Constitucional;
- 2) Contra o Plano FHC2;
- 3) Contra os cortes das Verbas de interesse social no Orçamento/94;
- 4) Por uma política de recuperação do salário mínimo;
- 5) Pela não desvinculação das aposentadorias da política do salário mínimo;
- 6) Por uma política salarial com reajuste mensal que reponha integralmente a inflação
- 7) Por uma Reforma Agrária e Urbana e uma Política Agrícola sob o controle dos trabalhadores;
- 8) Não pagamento da Dívida Externa.

II - INDICATIVO DE GREVE GERAL DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS - por tempo indeterminado. Data de início: 24/03.

Eixos:

- 1) Política Salarial com reajuste mensal, que reponha integralmente a inflação;
- 2) Reposição integral das perdas
- 3) Pagamento dos passivos trabalhistas;
- 4) Contra as privatizações;
- 5) Isonomia Já;
- 6) Seguridade Social;
- 7) Reintegração de todos os demitidos nas estatais e no serviço público federal;
- 8) Contra a orivatização e a terceirização dos serviços públicos;
- 9) Melhores condições de trabalho e de atendimento à população.

Da reunião do Setor e da Plenária resultou o seguinte calendário:

Data	Providência
07 a 11/03	Rodada de Assembléias Gerais para deliberar sobre o Indicativo de Greve
9 a 11/03	Reunião Executiva da CUT para definir data da Greve Geral
11 a 13/03	Reunião Diretoria da ANDES
15/03	Reunião do Setor dos Docentes das IFES, em Brasília para preparar Ato Contra a Revisão Constitucional e o Plano FHC2
15/03	Dia Nacional de Luta. Ato em frente ao Congresso Nacional Contra a Revisão Constitucional e o Plano FHC2.
19 e 20/03	Plenária Nacional dos SPFs para avaliar o Indicativo de Greve
23/03	Indicativo dos SPFs de data para greve geral de 24 horas



A Quem Interessa o Plano FHC?

A edição da MP 434 (27 de fevereiro de 94) adiou o debate sobre o Plano Fernando Henrique Cardoso (FHC). As atenções estão postas sobre a criação da URV (Unidade Real de Valor) e a correlata conversão dos salários. O próprio Ministro faz questão de chamar a atenção para o fato de que esta é apenas uma parte e uma das fases deste plano. Com isto ele se refere explicitamente à proposta de orçamento 94 para a União e ao prosseguimento do processo de privatização, com a conseqüente desobrigação do Estado em relação a uma série de serviços (em especial na área social).

Ao analisarmos e enfrentarmos esta MP é indispensável, portanto, que tenhamos o máximo de atenção para a globalidade deste plano. Suas diretrizes políticas e principais implicações sociais concentram-se na peça orçamentária e nas propostas de reestruturação conservadora do Estado brasileiro que pode processar-se, sob o ponto de vista legal, através da revisão constitucional em curso.

Face às informações deformadas e ao caráter propagandístico das notícias veiculadas pela mídia, faz-se necessária a intervenção do conjunto do movimento social organizado, expressando as reais conseqüências deste plano e preparando nossa intervenção na luta social.

Monopólios, oligopólios e dívida interna - principais agentes inflacionários

No plano de elaboração do Orçamento Federal para 1994, o governo responsabiliza o desequilíbrio dos gastos públicos pelo processo inflacionário. Sem dúvida, o déficit público é um dos fatores inflacionários. É preciso, contudo, ressaltar que a sua principal fonte alimentadora é a dívida interna. Os cortes orçamentários realizados pelo governo atingem drasticamente as áreas sociais como educação e saúde, enquanto a dívida interna sequer é equacionada. Continua-se pagando juros reais em torno de 2% para os credores, em empréstimos de curto prazo - um patamar cerca de 4 vezes mais alto que os juros internacionais, explicando o porquê do ingresso de dinheiro do exterior como dívida interna.

Ao mesmo tempo, sobre os monopólios, oligopólios e o capital financeiro - agentes que têm maior responsabilidade pela inflação - o governo não apresenta qualquer mecanismo de controle. Reafirma, apenas, sua confiança nos constrangimentos impostos pelas regras de mercado e nada mais.

MP 434 - A Estratégia do governo

A votação da MP 434 na Comissão Mista do Congresso, prevista para 15 de março, não ocorreu porque o relator sumiu com o relatório, como parte estratégica do governo para não alterar a MP.

ASSEMBLÉIA GERAL DIA 22.03.94 (3ª feira)

- 1) GREVE GERAL DE 23/03; 2) INDICATIVO DE GREVE DOS SPFs POR TEMPO INDETERMINADO; 3) SEPARAÇÃO DO GANHO JUDICIAL DOS 84,32% NOS CONTRACHEQUES; 3) ELEIÇÃO DE DELEGADOS PARA O V CECUT E O V CONCURT. Às 9 horas Aud. da Reitoria

GREVE GERAL

CONTRA AS PERDAS SALARIAIS IMPOSTAS PELA URV

Mais uma vez o governo se prepara para fazer os trabalhadores pagarem o preço da sua incompetência e a ganância dos grandes empresários.

Sempre que se faz um plano econômico neste País os trabalhadores é que arcam com o prejuízo. Foi assim no plano Cruzado I, no plano Cruzado II, no plano Bresser, no plano Verão, no plano Collor, etc.

Por conta de todos esses planos os trabalhadores já acumulam uma perda no seu poder aquisitivo de 55%. E ninguém fala em nos devolver o que era nosso e nos tiraram.

Bem ao contrário, querem converter nossos salários em URV por uma média que irá impor mais perdas no poder de compra de nossos salários.

Para se ter uma idéia: mesmo as categorias que recebem a inflação integral todo o mês, terão uma perda de cerca de 26%, imaginem, então, os que recebem somente o reajuste determinado pela lei salarial.

Chega de pagar o pato. Se o governo é incompetente e os grandes empresários são gananciosos não é culpa nossa. Vamos dar um basta nessa situação.

Diga não às perdas salariais. Diga não às fórmulas que só caem na cabeça de quem trabalha.

VAMOS PARAR O BRASIL CONTRA AS PERDAS SALARIAIS.

CUT

♦ **Contra o Plano de Arrocho e Recessão de Fernando Henrique**

♦ **Controle Rigoroso dos Preços**

♦ **Reforma Agrária**

♦ **Não Pagamento da Dívida**

Externa

♦ **Contra a Revisão**

Constitucional

23

MARÇO

ADUFPB-JP/SSind

ADUFPB-JP/SEÇÃO SINDICAL DA ANDES-SN - FILIADA À CUT

João Pessoa, 19 de março de 1994
Do Setor das Federais
Para as ADs/SSind

Em reunião realizada em 18 e 19/03/94, o Setor das Federais da ANDES-SN, entre outras, tomou as seguintes deliberações:

1. Aprovar o dia 23/03, chamado pelas Centrais Sindicais como **DIA NACIONAL DE GREVE E MANIFESTAÇÕES**, como **DIA DE GREVE NAS IFES**, marcando desta forma a adesão da ANDES-SN a este movimento nacional.
2. Elaborar nota às ADs conclamando-as para o compromisso de construir efetivamente, o dia 23, na forma deliberada pelo setor.

Por que tais deliberações?

A adesão do movimento docente ao **Dia Nacional de Greve e Manifestações** é a resposta firme da compreensão de que a atual conjuntura exige um posicionamento unitário da classe trabalhadora contrapondo-se às investidas que o Governo Itamar e as elites que lhe dão sustentação vêm fazendo contra os interesses da maioria dasociedade brasileira, forçando uma ilegítima e danosa Revisão Constitucional, um Ajuste Fiscal que provoca corte de verbas nas áreas sociais, um Plano Econômico recessivo e uma Medida Provisória que provoca perdas salariais.

Assenta-se também, tal decisão, na resposta dada pelas próprias ADs através dos posicionamentos que tomaram em Assembléias Gerais quanto ao indicativo encaminhado pelo Sindicato: das 30 AGs realizadas, 22 optaram pela aprovação de adesão à **Greve no dia 23**, nenhuma foi contrária ao mesmo e 8 ainda não deliberaram.

Em função disso, entendeu o setor que, independente das dificuldades que se apresentaram para a construção da **GREVE GERAL** no país, a base do nosso sindicato demonstra condições de participar desse dia, assumindo-o como um **DIA DE GREVE NAS IFES**.

Essa deverá ser nossa contribuição à unidade da classe trabalhadora em sua difícil tentativa de alcançar níveis de organização e mobilização que garantam para o futuro novas formas de luta.

Esta nota, por sua vez, sintetiza e expressa a leitura que fez o Setor de que o momento exige das direções da ADs todo o esforço e empenho, no sentido de, efetivamente, realizar a greve nas IFES, marcando com ousadia e intensidade nossa participação no movimento nacional do **dia 23**.

**Ousar Lutar
Ousar Vencer
Dia 23/03
Greve Para Valer**

ADUFPB-JP/SEÇÃO SINDICAL DA ANDES-SINDICATO NACIONAL

Caixa Postal 5001 Centro de Vivência UFPB - 58.051-970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil (083) 224.3801

CGC nº 09.282.914/0001-671

Of. Circ. 055/ANDES-SN/94

Brasília, 14 de março de 1994.

Exmo. Sr.

Ministro da Educação e do Desporto

Prof. MURÍLIO DE AVELLAR HINGEL

BRASÍLIA - DF

Senhor Ministro,

O XIII Congresso da ANDES-SN, realizado em Viçosa, de 21 a 26 de fevereiro de 1994, deliberou, para os docentes das IFES, que *"quanto a nossa luta específica em defesa da universidade pública, gratuita, autônoma, democrática e de qualidade a ANDES-SN e as ADs Seções Sindicais centrarão seus esforços na conquista da isonomia entre as IFES e pela aprovação da LDB"*.

Como é do seu conhecimento, a isonomia salarial vem sendo rompida fundamentalmente, em consequência das decisões judiciais localizadas referentes aos planos econômicos e das incorporações de quintos de funções gratificadas ou cargos de direção. As consequências, sobretudo diante de uma realidade de baixos salários, são o descontentamento dos docentes e a quebra do plano de salários, base para a carreira docente.

O XIII Congresso definiu, ainda, proosta de carreira única para os docentes das IFES e também proposta para o plano nacional de capacitação docente, sobre o que este sindicato pretende estabelecer negociações com o MEC. A carreira única pressupõe isonomia salarial.

Para solucionar o problema da isonomia a ANDES-SN propõe:

- 1 - *Extensão administrativa em todas as IFES dos seguintes índices:*
 - 26,06% referente ao Plano Bresser (1987)
 - 26,06% referente ao Plano Verão (1989)
 - 84,32% referente ao Plano Collor (1990)
 - 28,86% concedido aos militares, legislativo e judiciário (1993).
- 2 - *Negociação do pagamento dos passivos trabalhistas referentes a cada um dos índices acima;*
- 3 - *Projeto de lei revogação os dispositivos legais que permitem a incorporação de quintos de funções gratificadas e cargos de direção.*
- 4 - *Definição de Plano Nacional de Capacitação Docente;*
- 5 - *Definição de Projeto de Plano de Carreira para o magistério superior das IES públicas e privadas.*

Solicitamos a Vossa Excelência que se pronuncie sobre os pontos acima e sobre a proposta de estabelecimento de um processo de negociações com vistas a solucionar os pleitos da categoria. Tendo em vista a realização de uma rodada de nacional de Assembléias Gerais nas IFES na última semana de março, solicitamos a manifestação do Ministro até o dia 22 de março de 1994.

Sendo só o que tínhamos para o momento, enviamos nossas

Saudações Sindicais e Universitárias
Prof. Márcio Antonio de Oliveira
Presidente da ANDES-SN

Setor Federal

04 de março de 1994

PLANO FHC

Atenção: recomenda-se a leitura da MP434; a propaganda que vem sendo feita sobre a URV é falaciosa.

Na Revisão Constitucional estão contidas as diretrizes do Plano FHC

O Plano de Fernando Henrique Cardoso significa a continuidade da política de transformação da estrutura do Estado brasileiro, segundo o receituário neoliberal que já vinha sendo adotado pelo governo Collor.

Ainda que a novidade seja a criação da URV, através da MP 434 de 27/fev./94, as maiores atenções dos setores conservadores permanecem na revisão constitucional. No conjunto de alterações propostas à Constituição é possível observar as medidas apresentadas no PRN (Plano de Reconstrução Nacional) e seu sucedâneo a PEC-52 (Projeto de Emenda

Constitucional-52), patrocinados pelo governo Collor - privatização do patrimônio público; quebra do monopólio Estatal do petróleo e das telecomunicações; privatização da previdência; redução ou aniquilação das vinculações de receitas para educação, Estados e Municípios; redução de direitos sociais, propondo em seu lugar a "livre negociação"; para os servidores propugna-se o fim da estabilidade e da aposentadoria integral; fim da gratuidade no ensino superior público; etc.

Inocentando monopólios e oligopólios

No plano da elaboração do Orçamento Federal para 1994, o governo responsabiliza o desequilíbrio dos gastos públicos pelo processo inflacionário. Poupano os monopólios, oligopólios e o capital financeiro,

principais agentes desse processo, adota medidas de contenção de recursos executando cortes orçamentários que atingem drasticamente áreas sociais como a educação e a saúde.

MP 434 - A ilusão da correção diária da inflação

A MP 434, tem um papel político a cumprir em meio a estas propostas que vêm patrocinando uma reestruturação neoliberal do Estado-brasileiro. Trata-se em primeiro lugar de um Plano cruzado disfarçado que procura combater o processo inflacionário, sem atacar suas causas estruturais, tendo em vista melhorar as possibilidades eleitorais dos partidos conservadores que dão sustentação a este projeto. Procura-se fazer frente à possibilidade de vitória de um governo democrático popular para o país nas eleições deste ano, bem como às reais possibilidades de vitórias do campo democrático popular em eleições para governos de Estado e na representação no Congresso Nacional e Assembleias Legislativas.

O caráter eleitoral da MP fica claro por suas características:

Não há qualquer mecanismo transparente e duradouro de controle da inflação. Portanto as manifestações que o governo vem fazendo representam mera retórica propagandística.

O governo será o avalista da estabilidade da nova moeda que está em processo de criação e isto é o que se oferece aos trabalhadores como se fosse reajuste mensal dos salários.

Todas as políticas salariais estão revogadas (art. 18, § 9 da MP 434), restando apenas a "livre negociação" (art. 25 da MP).

Assim, passadas as eleições ou a qualquer momento, o governo poderá retomar o mecanismo perverso de extração de rendas da classe trabalhadora via inflação. Como não estabelece nenhuma forma de controle sobre os preços, o que já se constata são evidências de inflação em URV: 1) O DIEESE constatou que o preço médio da cesta básica entre setembro e dezembro/93 foi de 80,79 URVs. No início de março/94 ele verificou que a mesma custava 95,86 URVs, um aumento de quase 19% em URVs. 2) Constatação idêntica pode ser feita em relação a algumas marcas de veículos, cujos preços relativos a fevereiro/94 cresceram 16,9% em URVs.

Perdas salariais são congeladas.

O preço desta pretensa estabilização é cobrado integralmente dos trabalhadores. Fixando os salários no valor médio em URV dos últimos 4 meses, faz-se um congelamento das perdas que vinham sendo impostas pelas políticas salariais quadrimestrais. Ao mesmo

tempo não se menciona as demais perdas que se acumularam ao longo deste e dos últimos anos (Gráfico anexo - Docentes das IFES). Uma avaliação preliminar da conversão efetuada pela MP 434, realizada pelo DIEESE entre 67 categorias, mostra que: não há perda

Ensino Público e Gratuito: Direito de Todos, Dever do Estado

inferior a 25%, a maioria perde entre 30 a 35% e os mais afetados sofrerão um desgaste de até 50% em seu poder aquisitivo. Os servidores públicos localizam-se nesta última faixa, com uma perda estimada de 49% em relação a 1/janeiro/94, uma vez que a inflação dos meses de jan e fev/94 esta sendo expurgada - 95,89% pelo

IRSM - (Quadro anexo). Aprofunda-se uma vez mais a superexploração da força de trabalho.

Frente a possibilidade de inflação em URV (ou em Real), a única alternativa oferecida é uma reposição salarial em jan/95, com base no salário médio de 1994!

Não ao Plano FHC!

Temos que nos opor frontalmente ao Plano FHC.

Em contraposição à reestruturação conservadora do Estado brasileiro é indispensável uma ampla mobilização que inviabilize o golpe da revisão constitucional.

Em contraposição a MP 434 devemos exigir mecanismos transparentes e duradouros de preservação dos salários, indispensáveis a qualquer iniciativa de contenção inflacionária:

1) Política de reajuste mensal dos salários, pela inflação integral, qualquer que seja a moeda corrente;

2) Implantação imediata do salários mínimo constitucional;

3) Reposição imediata das perdas salariais advindas da MP 434;

4) Política de recuperação das perdas salariais históricas;

Estas são tarefas fundamentais para que o movimento social organizado reverta um processo continuado de degradação das condições de vida da maioria da população.

Encaminhamentos

A reunião da coordenação da Executiva da CUT reuniu-se na última terça-feira (01/03/94) com as diretorias de entidades nacionais filiadas à Central. Avaliadas as perdas salariais que a MP 434 impõe aos trabalhadores e considerando o atual momento político decidiu-se por uma ampla mobilização do conjunto da classe trabalhadora brasileira, indicando-se a realização de uma GREVE GERAL para a segunda quinzena de março. A reunião da executiva da CUT que se realizará nos dias 9, 10 e 11 de março deverá analisar a data mais

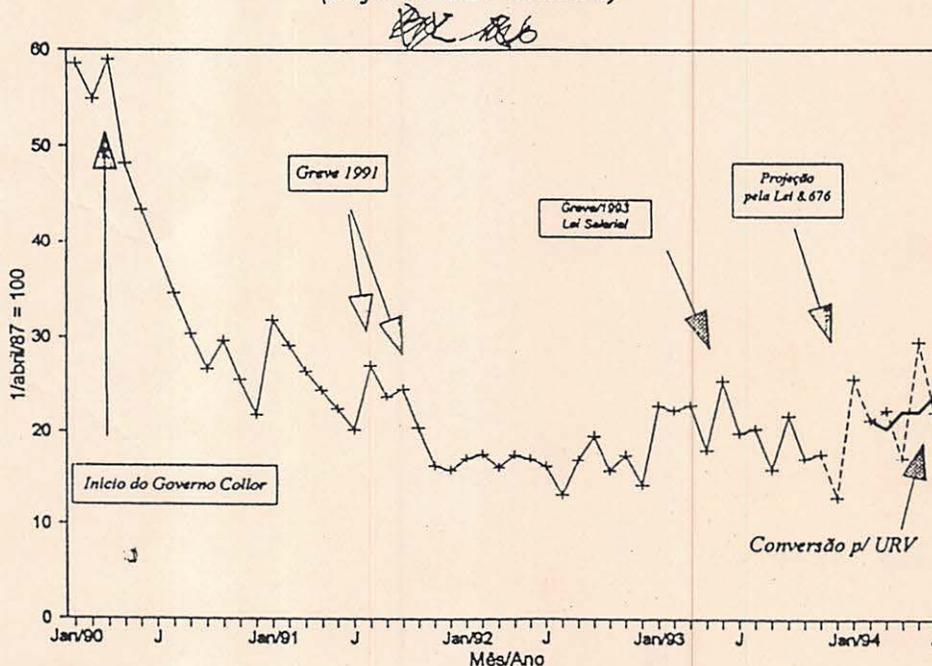
adequada, a partir das indicações encaminhadas pelas diferentes categorias.

Há também uma proposta da UNE, incorporada pelos petroleiros, de realizar um ato contra a revisão constitucional no dia 16 de março de 1994, em frente ao Congresso Nacional.

O Setor das Federais, considerando a importância deste momento político e a necessidade de uma luta unificada do conjunto da classe trabalhadora, indica a nossa efetiva participação na construção deste processo de mobilização nacional.

Projeção e Salário Real, Aux-1, 20h

(Deflator=ICV-DIEESE)



A expressão pública da Universidade brasileira no atual contexto nacional: A GREVE DOS SPFs

Uma vez mais os docentes das IFES enfrentam a necessidade de, juntamente com os servidores Públicos Federais, construir uma greve nacional para utilizar a sua capacidade de pressão política na realização de uma luta que ultrapassa a própria existência e sobrevivência da universidade pública. Os docentes participam de uma greve nacional dos Servidores Públicos Federais de enfrentamento de uma política econômica cujo objetivo mais imediato é visível para a maioria da classe trabalhadora, a partir da intensidade do arrocho salarial ao qual está submetida.

O objetivo mediato desta política vai-se tomando cada vez mais concreto e visível a partir do momento em que se começa a perceber os eixos, alguns deles com caráter claro de subordinação, entre as diversas iniciativas tomadas pelas classes dominantes, seja na esfera do Parlamento, seja no campo político-eleitoral. A Revisão Constitucional, criação do Fundo Social de Emergência (FSE), Plano FHC e a candidatura FHC articulam-se na perspectiva da implementação do projeto neoliberal em nosso país. Assim, a realização da greve neste contexto é uma tarefa de monta. Ela poderá alcançar um efeito extremamente politizador, caso exista o compromisso dos docentes das IES Públicas ou privadas de, no seu processo de luta, contra os avanços do neoliberalismo, promoverem debates que explicitem as características de um novo projeto alternativo democrático e popular que queremos ver implantado em nosso país. A mesma tarefa se coloca para os trabalhadores vinculados ao Serviço Público Federal, de acordo com suas especificidades. De uma forma mais abrangente, a jornada de lutas proposta pela CUT tem o mesmo objeti-

(04/1994)
vo ao visar envolver os trabalhadores em geral.

De fato, esta tarefa é inadiável se considerarmos que no bojo do Plano FHC e no projeto de governo da aliança conservadora PSDB-PFL, com certeza, estarão inscritos os princípios defendidos por FHC. No que se refere às Universidades Federais, seus discursos nos últimos meses são claros: pela sua estadualização e privatização.

A crise das Universidade Públicas Brasileiras já dura, pelo menos, duas décadas. Tendo alcançado patamares inusitados no Governo Collor e sendo corroborada pela ação de diversos governos estaduais, mostra a intenção deliberada de sucateá-la para, posteriormente, exibir sua incapacidade física e de produção científica, demonstrando, assim, a falência da educação pública de nível superior.

Mas a política neoliberal não produziu esses efeitos apenas no setor da educação. Na realidade, todos os serviços públicos foram submetidos à mesma lógica perversa. O capital é voraz. Quanto mais intensivo o processo de mercadização, melhor. Educação, saúde, seguridade, lazer, tudo isto é mercadoria em potencial e o capitalismo sabe como concretizá-las, embalando-as e vendendo-as no mercado, "livre mercado".

Aos trabalhadores brasileiros compete, uma vez mais, lançar mão de sua histórica capacidade de resistir, lutar e transformar. O neoliberalismo, ao exibir-se com maior clareza, demonstra por evidências nítidas - desemprego, pauperização, maior concentração de riquezas principalmente onde sua implantação está mais avançada, sua contradição essencial com a democracia. No presente momento, as reivindicações contidas em nossas pautas geral e específica ganham amplitude e inserem-se em um embate entre projetos: aquele que visando construir e o neoliberalismo.

A greve dos Servidores Públicos Federais, pelo lugar que ocupa no momento político, é então, um problema de todo o sindicato e não apenas do setor dos docentes das IFES. O Sindicato, em seu conjunto, deve envolver-se na sua construção. Nosso esforço em realizar uma greve forte e coesa é fundamental, desenvolvendo as ações que busquem o atendimento das reivindicações, o fim da Revisão Constitucional, a não aprovação da MP 457 e a inserção na jornada de lutas da CUT.

Avaliação da Diretoria da ANDES-SN, realizada de 20 a 22.04.94, em Brasília.

AS PAUTAS DE GREVE

PAUTA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

PAUTA ESPECÍFICA DA ANDES-SN

- 1) Reajuste imediato, calculado pelo índice do ICV-DIEESE;
 - 2) Política salarial com reajuste mensal que repõe integralmente a inflação;
 - 3) Reposição integral das perdas salariais;
 - 4) Pagamento dos passivos trabalhistas;
 - 5) Isonomia Já;
 - 6) Reintegração de todos os demitidos nas estatais e no serviço público federal;
 - 7) Contra a privatização e a terceirização dos serviços públicos;
 - 8) Melhores condições de trabalho e de atendimento à população;
 - 9) Pela aprovação do PL DPC (Diretrizes de Planos de Carreira), em tramitação no Congresso;
 - 10) Contra a aprovação do PL - Seguridade Social, em tramitação no Congresso.
- 1) Extensão administrativa em todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) dos seguintes índices: 1987 - Plano Bresser (26,05%); 1989 - Plano Verão (26,06%); 1990 - Plano Collor (84,32%); 1993 (28,86%) - concedido aos militares, legislativo e judiciário;
 - 2) Negociação do pagamento dos passivos trabalhistas referentes a cada um dos índices acima;
 - 3) Projeto de Lei revogando os dispositivos legais que permitem a incorporação de quintos de funções gratificadas e cargos de direção;
 - 4) Definição do Plano Nacional de Capacitação Docente;
 - 5) Definição do projeto de Plano de Carreira para o magistério superior das IES, públicas e privadas.

RELATÓRIO DO SETOR DAS IFES - 27.04.94 - BRASÍLIA

Greve dos SPFs:

Cerca de 50% em greve, movimento mais forte no Rio e em São Paulo e fraco em Brasília.

QUADRO GERAL NO SETOR DAS IFES

1) Afs EM GREVE (18)

ADUA; ADUFES, CPAD-AP; ADUFAC; ADFCAP; SEDUFMS; ADUFPB-PATOS; APRUMA; ADUFPI, ADCEFET-RJ; ADUFERPE, ADUFAL, ADUR-RJ; ADUFPA; ADUFG; ADUFF; ADUFPEL; ADUC/PB.

2) COM INDICATIVO (08)

ADUFMAT; ADCEFET-MG, ADUFMS (29.04); ADPM (03.05); ADUFOP, ADUFRJ (04.05); ADUFEPE (05.05); ADUNI-RIO (09.05).

3) Afs CONTRÁRIAS (08)

APUB, ASPESAL, APES-JF, ADUFSCAR, ADURGRS, APRUFURG, APUFSC, APUFPR.

4) SEM INFORMAÇÕES (09)

ADUNIR, ASDESAM, ADFMTM, APROEFEI, ADCEFET-MG, ADFUNREI, ADOCA, SEDUF-RR, ADAFA, ADCEFET-MG

5) SEM DATA (03)

ADUFC, SINDOCEFET-PR, ADCAC

6) SUSPENSÃO DA GREVE (01)

ADUFPB-JP

DELIBERAÇÕES DO SETOR:

1) instalação do Comando nacional de Greve (CNG); 2) Organização das atividades no Congresso com participação dos delegados presentes em Brasília em 28.04.94; 3) Reunião do CNG: 28.04, às 13:00h.

ADINFORMA Nº 05- ADUFPB-JP/SSind - Filiada à CUT - 28/04/1994

Caixa Postal 5001 Centro de Vivência UFPB - 58.051-970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil (083) 224.3801

As águas de março da Greve

Os Servidores Públicos Federais discutem, desde março, nas bases e em plenárias nacionais, a possibilidade de uma greve geral baseada na necessidade de recuperar as perdas salariais históricas e obter uma política salarial que recupere as perdas mensalmente.

Os diversos sindicatos de SPFs têm tentado negociações de suas pautas específicas e o governo tem ignorado.

O Plano FHC2, com o qual se articula o movimento das elites pela revisão constitucional e reduz o orçamento dos serviços públicos, especialmente da área da educação, impôs congelamento das perdas históricas, perdas salariais na conversão pela média, perdas salariais mensais apesar da URV, assim como imporá um congelamento dos salários após a implantação do Real. Tal plano ameaça conquistas trabalhistas como estabilidade, aposentadoria integral e por tempo de serviço. Tudo isso torna premente a utilização pelos SPFs de mecanismo extremo de luta para a sua sobrevivência como trabalhadores e para preservar as instituições públicas.

Como se isso não bastasse, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) enfrentam hoje, uma situação extremamente grave, já que a isonomia conquistada em 87 foi implodida pelos sucessivos planos econômicos que geraram ações judiciais através das quais apenas parte da categoria conseguiu reaver os percentuais subtraídos dos salários, criando inúmeras e injustificadas distorções. Este quadro aponta, de um lado, para a necessidade da união dos SPFs contra

as investidas governamentais e, de outro, para o caráter indispensável de uma luta particular dos docentes das IFES contra a revisão constitucional e pelo restabelecimento da isonomia salarial.

No Campus I da UFPB, a ADUFPB-JP/SSind realizou Assembléia no dia 22.03.94 cuja deliberação reafirmou o indicativo de greve para o dia 19 de abril. Nesta data, foi deflagrado o movimento grevista no Campus I, por deliberação da Assembléia Geral.

Na reunião das IFES, realizada no dia 20 de abril, procedeu-se a avaliação do quadro de mobilização que apontava na perspectiva crescente do movimento, além de reafirmar a importância da entrada da ANDES-SN na greve geral dos SPFs para assegurar a consolidação da luta. Decidiu-se, a partir das discussões, que a adesão do nosso Sindicato dar-se-ia no dia 27.04.94, com a imediata instalação do Comando Nacional de Greve.

No Campus I, os professores, em Assembléia Geral, no dia 26 de abril, deliberaram pela suspensão da Greve.

Diante desse quadro, é necessário que façamos uma avaliação da greve dos SPFs e da nossa situação específica frente a esse movimento e que trabalhem na perspectiva de construção de um movimento firme, forte e coeso que possibilite o atendimento de nossas reivindicações.

É importante participar das reuniões dos Centros e da nossa próxima **Assembléia Geral, no dia 03 de maio, às 9 horas, no Ginásio de Esportes da UFPB.**

NOTA À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

A Diretoria Executiva da ADUFPB-JP/SSind comunica à comunidade universitária que a Assembléia Geral do dia 26.04, deliberou:

1) Os docentes retornam às suas atividades a partir do dia 26.04.94; 2) As atividades de ensino serão reiniciadas quinta-feira, dia 28.04.94; 3) Serão realizadas reuniões por Centro obedecendo o seguinte calendário:

28.04	29.04	02.05
CCS (9h)	CE (9h)	CT (9h)
	CCEN (9h)	CCJ (9h)
	CCSA (9h)	CCHLA (9h)

4) Convocação de **ASSEMBLÉIA GERAL** para 3ª feira, 03.05.94, às 9 horas, no Ginásio de Esportes da UFPB

NOTA

A Diretoria Executiva da ADUFPB-JP/SSind dirige-se à Assembléia Geral dos Servidores Técnico-Administrativos da UFPB (SINTESPB) para reafirmar seu apoio à luta desenvolvida pelos companheiros no conjunto dos Servidores Públicos Federais.

Participamos também dessa luta, embora utilizando instrumentos de mobilização da nossa categoria, diferentes daqueles empregados pelos companheiros.

**CONTRA O PLANO FHC!
PELA LUTA DOS SPFs!**

ADINFORMA Nº 05- ADUFPB-JP/SSind - Filiada à CUT- 28/04/1994

Caixa Postal 5001 Centro de Vivência UFPB - 58.051-970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil (083) 224.3801

ASSEMBLÉIA GERAL

**03.05.94(3ª feira)
às 9 horas**

***Ginásio de Esportes
da UFPB***

Pauta:

- 1) Informes;**
- 2) Greve dos SPFs**
- 3) Encaminhamentos**



(05/1994)

Editorial

A GREVE DOS SPFS: CONTRA O NEOLIBERALISMO...

Deve-se reconhecer que o processo de mobilização e acumulação de forças ocorrido nos últimos tempos não desembocaria, necessariamente, numa greve agora. Mesmo em torno de SPFs como um todo, este fato também se coloca.

A aguda alteração de conjuntura gerada pela tentativa de estelionato eleitoral, nos moldes do ocorrido nas eleições de 86 com o Plano Cruzado - Revisão Constitucional, a criação do Fundo Social de Emergência, Plano FHC-2 -, que visa claramente garantir a implementação do projeto neoliberal em nosso país, faz com que nossa greve de SPFs seja, mais do que oportuna, necessária. O que está em jogo, neste momento, é a nossa possibilidade de construir, num país democrático habitado por cidadãos, uma universidade pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade. Questões como isonomia, plano de capacitação/carreira, verbas para OCC e outras estarão mortalmente feridas se não conseguirmos, em conjunto com os outros trabalhadores do serviço público, demonstrar para a sociedade o real significado da política que o governo, a serviço do capital, quer implantar no Brasil.

O impasse vivido pelos docentes do Campus I, expressa, ao nosso ver, leituras diferenciadas da conjuntura, de nossa história como movimento e da prioridade de nossas lutas. A garantia de um movimento forte e coeso exige de nós a construção de um processo que possa resultar numa deliberação que preserve a unidade da categoria e a legitimidade e representatividade de nossa entidade sindical.

Assim, entendemos que, qualquer que seja a deliberação, ela deve ser advinda de uma elaboração coletiva estruturada a partir da existência de espaços de discussão, aprofundamento e deliberação.

Nossa posição, reafirmamos uma vez mais, é pela nossa adesão, de forma consistente enquanto SPFs, à greve já em curso. No entanto, mais do que fazer prevalecer nosso entendimento, queremos que o MD do Campus I da UFPB delibere de modo fundamentado e lúcido, preservando nossa história democrática e participativa.

O momento é grave. Ultrapassá-lo, mantendo a qualidade do nosso movimento, da qual sempre nos orgulhamos, é tarefa de todos.

João Pessoa, 03 de maio de 1994.
Diretoria Executiva ADUFPB-JP/SSind

QUADRO DA GREVE NAS IFES

1) ADs EM GREVE (22)

ADUA; ADUFES, CPAD-AP; ADUFAC; ADFCAP; SEDUFMS; ADUFPB-PATOS; APRUMA; ADUFPI, ADCEFET-RJ; ADUFERPE, ADUFAL, ADUR-RJ; ADUFPA; ADUFG; ADUFF; ADUFPEL; ADUC/PB; ADUFPB-CG; ADUFMS; SINDOCEFET-PR; ADUFOP.

2) COM INDICATIVO (06)

ADPM (03.05); ADUFRJ (04.05); ADUFEPE (05.05); ADUNI-RIO (09.05), ADUFC (sem data), APUFPR (05.05)

3) SEM INFORMAÇÕES (10)

ADUNIR, ASDESAM, ADFMTM, APROEFEI, ADCEFET-MG, ADFUNREI, ADOCA, SESDUF-RR, ADAFA, ADCEFET-MG

4) SEM INDICATIVO (16)

ADUFPB-JP(SUSPENSÃO), ADURN (AG PERMANENTE), ADUFS (ESTADO DE ALERTA ATÉ 05.05), ADUFMAT (NÃO À GREVE), APUBH (SEM DELIBERAÇÃO), APES-JF (NÃO ENTRADA EM GREVE), ASPESAL (NÃO À GREVE), APUFSC (NÃO À GREVE, ESTADO DE MOBILIZAÇÃO), ADUFRGS(NÃO GREVE, AG PERMANENTE), ASPUV (NÃO À GREVE), ADCAC (ESTADO DE GREVE), ADUNB (AG EM 06.05, SEM DELIBERAÇÃO), ADUFU (NÃO À GREVE EM 28.04), APUB (CONTRA A GREVE AG EM 04.05).

2. AFIPEA

A ANDES recebeu fax da AFIPEA (Associação dos Funcionários do IPEA). Neste está a justificativa da MP enviada ao CN, criando a Secretaria Federal de Controle, que reunira numa mesma Secretaria as diferentes carreiras (de orçamento, controle), que ficaram em greve durante 45 dias. Nesta exposição a Secretaria aponta para a elaboração de uma carreira e novas tabelas salariais em novembro/94, que aumenta a remuneração do pessoal do orçamento e controle e promove mecanismos de remuneração com produtividade. (Cópia do fax será remetida através de correspondência).

3. COMANDO NACIONAL DE GREVE DOS SPFs:

O CNG dos SPFs reuniu-se às 14h., do dia 29/04/94. Estiveram presentes as seguintes entidades: SINDIFISCO, ASSIBGE, FENADADOS, FASUBRA, CONDISEFE, FENASPS, ANDES-SN. Pela ANDES-SN compareceram Glauco e Miguel (ADUFF), Scixas (ADUR-RJ) e Cesar (APUB). Nesta reunião foram discutidos os seguintes encaminhamentos:

1) Nota do Correio Braziliense esclarecendo sobre a greve dos SPFs; 2) Reunião do CNG-SPFs segunda-feira (02/05) com os seguintes pontos de pauta: comissão de isonomia, intervenção na reunião de terça-feira (03/05) na Comissão do Trabalho e na quarta-feira (04/05) com a SAF, negociações das pautas específicas, programação das atividades das caravanas e plenária do dia

07/05. O ponto central da reunião foi a construção da Agenda de Greve para a semana que vem, que consta das seguintes atividades:

01/05 - Participação no ato comemorativo ao 1o. de Maio.

02/05 - 18 horas: Reunião do CNG-SPFs.

03/05 - 14 horas: Reunião na Comissão de Trabalho da Câmara, com as Centrais Sindicais, parlamentares e entidades para o fechamento de proposta de emendas para a MP-482.

- Atividades com caravanistas.

04/05 - Audiência das Centrais Sindicais com o Min. Cahim para abertura de negociação sobre nossas reivindicações.

06/05 - Plenárias específicas de cada entidade.

- Grupo de Trabalho de DPC da CNESPFs reunir-se-ão com a deputada Maria Laura.

- Reunião em São Paulo com a Executiva da CUT.

07/05 - Plenária de greve dos SPFs. Com direito a voto somente as entidades em greve (pauta segue via relatório, semana que vem).

4. AUDIÊNCIA MEC/ANDES-SN

Na Audiência do dia 26/04/94 com o MEC (conforme relatório enviado as ADs) aventou-se a possibilidade de reinstalação da Comissão de carreira, ao que a ANDES-SN respondeu a sua não oposição a essa discussão. Foi agendada então uma reunião da Comissão de Carreira para a próxima terça-feira (dia 03/05).

AVALIAÇÃO:

Deflagramos a greve, em conjunto com os SPFs, por acreditar que este é o momento decisivo de resistência a uma política neoliberal, antipopular que se materializa no sucateamento do Estado e de seus serviços fundamentais, como saúde, educação, ciência e tecnologia. A implementação dessa política neoliberal se verifica através da privatização das estatais, da revisão constitucional e no Plano FHC. Na perspectiva das condições de vida, o Plano FHC provoca um violento arrocho salarial. Os SPFs foram a categoria de trabalhadores que mais perderam com o Plano: de saída, na conversão dos salários pela média, perdemos 47,5% do salário acordado na data-base (1º de janeiro de 1994). Estas perdas deverão ser aumentadas com a implantação do real, dada a inflação em URV que, segundo dados da Folha de S. Paulo, foram de 5% em março e 11% em abril. Ainda, segundo a Consultoria Internacional Price Waterhouse (JB, 20/04/94) há uma projeção de índices de 8,3% em maio e 7% em junho, acumulando 28,74% e, também, graças a ausência de uma política salarial de reposição do poder de compra dos salários na nova moeda. Todas as análises coincidem que após a implantação do real o governo deveria manter o dólar congelado por mais ou menos 03 (três) meses. Como o governo não cogita em congelar preços, isto significará

aumento dos preços dos produtos em dólar e perda de poder aquisitivo para quem receber salários em real. Além disso, o governo deverá manter sua política de juros elevados, o que agrava o endividamento interno e o déficit público, porque o governo gasta a maior parte do orçamento com o pagamento de títulos para a rolagem de sua dívida e não com a manutenção dos serviços essenciais de sua competência.

Ao completar 10 dias de greve, em 29/04/94, o movimento já atinge cerca de 53% dos SPFs (340.000 trabalhadores, aproximadamente, em greve). A mídia, comprometida com a defesa do Plano, aposta na sua efetivação como saída para a derrota da inflação e para a vitória do candidato Fernando Henrique Cardoso, nas eleições de 03 de outubro, ignorando esse movimento de forma sistemática, a não ser no caso da Polícia Federal que, no decorrer desta semana, incorpora-se ao Comando Nacional de Greve dos SPFs. Estas dificuldades de divulgação são agravadas pela debilidade do movimento em Brasília, local onde a repercussão da greve adquiriria uma maior ressonância e visibilidade. A fim de furar o bloqueio da mídia, está sendo organizado pelo CNG-SPFs um calendário de atividades nos Estados e em Brasília, tais como caravanas, passeatas e atos públicos que serão realizados na terça e quarta-feiras próximas (03 e 04/05).

Neste momento, o quadro da greve dos SPFs é o seguinte:

ENTIDADE	Nº TRAB. BASE	Nº TRAB. EM GREVE	PERCENTUAL TRAB. GREVE
CONDSEF	244.400	55.400	22,6
FENASPS	180.000	146.00	80,0
ASIBGE	10.733	9.000	84,0
FASUBRA	97.511	83.874	86,0
SINASEFE	11.000	5.700	51,8
ANDES-SN	44.000*	18.762	43,0
SUB-TOTAL	597.644	318.736	53,0
POL. FEDERAL	7.000	6.300	90,0
SINDIFISCO	6.400	5.760	90,0
TOTAL GERAL	611.044	330.796	54,1

OBS:

- 1) Sub. Total 1 corresponde as entidades com representação no Comando Nacional de Greve dos SPFs.
- 2) A Polícia Federal, já em greve há 28 dias, a partir de 28/04 passou a integrar o Comando Nacional de Greve dos SPFs.
- 3) O SINDIFISCO fez greve de dois dias (27 e 28/04) e farão novas AGs a partir de 02/05 para discutir a adesão à greve dos SPFs.

* Os números referem-se aos docentes sindicalizados.

Continuação Comando Nacional de Greve

No interior do MD, como mostra o quadro da greve nas IFES, já existem cerca de 22 ADs em greve, 4 com indicativo e 4 com AGs marcadas para a semana que vem, além de 01 com indicativo sem data marcada. Porém, mesmo nas ADs que até o momento não se integraram na greve existe sintonia com o movimento. Esta sintonia está ocorrendo através da realização de AGs, com a instauração de Comandos Locais de Mobilização e com a participação em atos integrados a greve. Este processo articulado de construção da greve fortalece a unidade interna do MD e mantém a necessidade de adesão das ADs ao movimento grevista, com o objetivo de fortalecê-lo e considerá-lo como alavanca para o atendimento das reivindicações comuns a todos os docentes das IFES.

A greve, para atingir seus objetivos, precisa criar fatos políticos que lhe dêem concretude e visibilidade. Neste sentido, aponta-se um momento importante na conjuntura, haja vista a reedição da MP-457 pelo governo, num contexto de inúmeras contradições, entre elas, a disputa eleitoral dentro do PMDB, que podera, desde já, atingir a candidatura oficial (FHC). A isto, soma-se a situação da bancada ruralista, UDR, que procura garantir ganhos semelhantes aos conseguidos pelo *lobbys* das empreiteiras e do setor saúde, contribuindo para furar o monolitismo do Plano Econômico.

Estas contradições, associadas a pressão exercida pelas Centrais Sindicais e os SPFs em greve, fizeram com que o governo recuasse não colocando a MP-457 em votação, abrindo espaço para possibilidades de inserção de pontos favoráveis aos trabalhadores em geral e dos SPFs. Porém, tais espaços só serão efetivos na medida em que consigamos aumentar e intensificar a greve. O movimento grevista já conseguiu, através de parlamentares e da maior integração com a CUT, colocar no horizonte próximo a possibilidade de emendas a MP-482, a abertura de negociações com a SAF e com o Ministro Ricúpero. Para que estas iniciativas se concretizem, é necessário a intensificação do movimento.

A reedição da MP-457 (agora MP-482), publicada no D.O.U. de 29/04/94, não contempla as nossas reivindicações salariais, em particular, e

do movimento sindical. A CUT encomendou ao DIEESE estudos sobre a repercussão da MP-482 nos salários para subsidiar nossa intervenção na Comissão de Trabalho da Câmara Federal, na próxima semana (03/05/94). É absolutamente fundamental que as ADs realizem estudos para subsidiar as discussões e apresentação de emendas.

O prazo para apresentação de emendas a MP-482 é curto, o que da maior importância política para a próxima semana. Além disto, está marcada uma plenária de greve dos SPFs para o final da próxima semana (07/05). Nesta, a greve será o tema central dos debates. Assim, devemos estar preparados para ampliar e qualificar nossa intervenção. Assim sendo, as AGs convocadas para esta semana, tem importância redobrada para preparar nossa participação na plenária de greve dos SPFs.

FUNDO DE GREVE CNG/ANDES-SN

O CNG/ANDES-SN definiu a contribuição semanal das ADs para o fundo de greve. O cálculo do valor da contribuição levou em consideração a previsão de gastos do CNG e o número de sindicalizados em cada AD, sendo estipulado em 0,15 URVs para cada sindicalizado, (associado por semana) contando-se a partir de 27.04.94. O Fundo de greve é extensivo a todas as ADs/SSinds Federais.

ENCAMINHAMENTOS

1. Recomenda-se uma rodada de AGs no período de 02 a 04 de maio de 94, para discussão e posicionamento sobre as questões pontuadas na avaliação deste fax.
2. Reitera-se a necessidade urgente da presença de delegados e/ou observadores das ADs no CNG-ANDES-SN.
3. Sugere-se leitura da MP-482, publicada no D.O.U. de 29.04.94 na Folha de S. Paulo, p. 10, de 30.04.94.
4. Está aberta a participação das ADs na reunião ampliada da Executiva Nacional da CUT, que ocorrerá em 05/05/94, a partir das 10:00 horas, no Sindicato dos Bancários de São Paulo. ADs devem enviar nomes para Secretária da ANDES-SN, em Brasília, até o dia 03/05/94.
5. Próxima reunião do CNG/ANDES-SN no dia 02/05/94, as 14 horas.

GREVE E ATIVIDADE DOCENTE

Jáldes Reis de Menezes*

Opinião

A recente crise em que mergulhou o movimento docente local (duas Assembléias com decisões contraditórias entre si) talvez traga alguma consequência positiva: debater impasses que surgiram na UFPB acerca da identidade da categoria e da especificidade do trabalho docente. Essas duas questões - a da identidade e a da especificidade -, no fundo, dão consistência aos discursos que afloram nas Assembléias contra ou a favor da forma de luta - greve.

O problema da especificidade do trabalho intelectual no capitalismo é tema antigo. Cito aqui duas reflexões importantes e de enormes consequências políticas e organizativas: a de Weber e a de Gramsci. Para Weber, a expropriação do trabalhador em relação a seus instrumentos de trabalho não aconteceu apenas na esfera da vida fabril, mas da vida social em geral. Sobre o trabalho intelectual, escreve ele: antes do capitalismo "(...) o antigo docente e o professor universitário trabalhavam servindo-se da biblioteca e dos meios teóricos que obtinham por si mesmos ou que eles próprios faziam construir: de tal modo, os químicos, por exemplo, construíam o material que era indispensável para o ensino dessa atividade científica. Em contrapartida, a massa das forças trabalhadoras atuais no âmbito da atividade universitária, sobretudo os assistentes dos grandes institutos, encontram-se, nessa perspectiva, na mesma condição que um operário qualquer. Podem ser despedidos a qualquer momento. No âmbito do instituto, não tem qualquer direito diferente dos do operário no âmbito da fábrica. Devem comportar-se conforme o regulamento vigente, exatamente como os operários. Não tem qualquer título de propriedade sobre o material, as máquinas ou os aparelhos que são usados em um instituto químico ou físico (grifo nosso). Tudo isso é, portanto, propriedade do Estado, administrada porém pelo diretor do instituto que recebe por essa tarefa os respectivos honorários, ao passo que o assistente recebe por essa tarefa uma retribuição que, no essencial, não se calcula de maneira diferente do salário de um operário especializado" (Weber. Conferência sobre o Socialismo. pp. 97-98). Gramsci, por outro lado, em abordagem que pode ser tomada como complementar a Weber, enfatiza o caráter coletivo e especializado do trabalho intelectual na modernidade, em contraponto da figura isolada e

dileitante do intelectual tradicional; por isso, Gramsci distinguia o trabalho intelectual das academias, de letras do das universidades: "Estas duas instituições são, atualmente, independentes uma da outra; as academias são o símbolo, ridicularizado frequentemente com razão, da separação existente entre a alta cultura e a vida". (Gramsci. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. p. 125).

As duas longas citações são importantes para demonstrar que a racionalidade do capitalismo, no lugar de afastar, aproximou os intelectuais das demandas do conjunto da sociedade. Assim sendo, e que são modernas a forma de luta greve e a organização sindical dos docentes universitários. Por isso, essa organização sindical de professores é fenômeno mundial, geralmente ocorrendo paralelamente a modernização da sociedade. Em que espaço os docentes podem lutar por melhores salários? Em que espaço podem reivindicar melhores condições de trabalho? Se problemas existem no espaço sindical - e eles são muitos e graves -, estes devem ser abordados por dentro dele, já jamais negando a existência desse espaço.

Assim sendo, não tem sentido negar a priori a forma de luta greve. Cada greve é diferente da outra. Menos inteligente ainda é sacar o argumento - transposto de um mal marxismo às avessas - que a greve é ineficaz entre docentes porque estes não produzem mais-valia (?). Contudo, os docentes produzem conhecimento, no capitalismo contemporâneo (pos-Muro de Berlim, como gostam alguns) tão importante como a extração da mais-valia.

Encerro, citando uma terceira autora muito inteligente, Marilena Chaui: "A ciência e a tecnologia tornaram-se formas produtivas, deixando de ser mero suporte do capital para se converterem em agentes de sua acumulação. Conseqüentemente, mudou o modo de inserção dos cineastas e técnicos na sociedade (tornaram-se agentes econômicos diretos) e a força capitalista encontra-se no monopólio dos conhecimentos e da informação". (Chaui. De Alianças, Atrasos e Intelectuais. Caderno Mais-FSP, p.8)

* Professor do Departamento de História/CCHLA/UFPB

O SERVIDOR PÚBLICO E A LUTA SINDICAL

Graziela de Oliveira
Profª do Depto de Economia

Opinião

Sindicalismo cutista: a luta para além do salário

Nos seus diversos planos de luta, os problemas macroeconômicos e sociais levantados pela CUT, como a luta pela reforma agrária, a defesa das empresas públicas, o não-pagamento da dívida externa e a solidariedade internacional são considerados prioritários, para a solução dos problemas da renda e do emprego que tanto alligem os trabalhadores.

Em sua retórica, o sindicalismo cutista defende uma atuação que extrapola os objetivos de emprego e salário, procurando demonstrar que para a CUT a questão sindical é maior do que as lutas imediatistas em defesa do salário.

Contudo, o cotidiano de direções e de bases sindicais não é caracterizado por uma atuação que respalde a retórica. O comportamento administrativo-burocrático e a movimentação nos momentos de congressos e eleições revelam uma defasagem, senão contradição, entre a teoria-ideologia e a praxis sindical.

O discurso e a ação concreta no local de trabalho: descaso com o serviço público

O projeto de um movimento sindical combativo exige que as lideranças elaborem um plano de lutas que supere as questões meramente trabalhistas. Ao mesmo tempo, as lideranças devem dar conta do controle e da avaliação da realização ou efetivação do plano de lutas na base das diversas categorias. As direções sindicais devem "visitar" suas bases com assiduidade e procurar "filtrar" a política de ação sindical até os diversos locais de trabalho. Conscientizar e politizar a ação de trabalho-politiza-ação - de cada trabalhador(a), é uma tarefa urgente da qual as lideranças não podem se eximir. O trabalho de cada servidor deve ser orientado por uma política, pela qual a luta contra o corporativismo, o nepotismo, o favoritismo e pela responsabilidade deve fazer parte da praxis cotidiana.

Um exemplo importante da dissociação entre o discurso e ação no local de trabalho é o descaso com que muitos servidores públicos - felizmente nem todos -, tratam da coisa pública.

Além da insuficiência de verbas alocadas pelos governos neoliberais nas áreas de saúde, educação e saneamento básico, é necessário reconhecer-se que o pouco de recursos que existem é muitas vezes mal administrado. As CPLs do Orçamento e da Previdência que o digam. Faz parte da cultura do servidor dispor privativamente do patrimônio público. Quantos não levam para suas casas lápis e papel que pertencem ao serviço público para o dever escolar de seus filhos? Quantos

médicos não usam em seu consultório particular o receituário do hospital público?

A crise nos hospitais públicos causada pela falta de verbas para manutenção, recuperação e construção de prédios e equipamentos é agravada pela ausência dos plantonistas, como vem sendo denunciado pela imprensa. Agindo assim, o(a) trabalhador(a) da medicina, em lugar de enfrentar o governo e exigir condições de trabalho, contribui para o sofrimento do povo que só tem acesso aos hospitais públicos. O cumprimento do horário de trabalho, um relacionamento educado e atencioso para com o público, devem fazer parte das bandeiras de luta do movimento sindical.

Formação sindical para a cidadania

O(A) servidor(a) público(a), seja sindicalizado (a) ou não, deve ser antes de tudo um(a) cidadã(o). No seu local de trabalho, a(o) cidadã(o) é co-responsável pela qualidade dos serviços prestados. Se o governo sucateia o serviço público, cabe ao servidor público denunciar o sucateamento e, não, contribuir com ele. Cabe lutar por mais verbas enquanto utiliza adequadamente a pouca verba de que dispõe. Nesta perspectiva, as lideranças sindicais devem contribuir para a formação do(a) trabalhador(a) para uma ação transformadora do seu local de trabalho. Uma mudança na direção da sociedade, por mais democrática e popular que seja, estará fadada ao fracasso, se os trabalhadores na base não têm consciência de seu papel na sociedade e não se empenham em transformar a sua própria prática. Vide, por exemplo, o atendimento público nos postos de saúde municipais e o trabalho em certos departamentos da UFPB.

A ação sindical não pode perder a referência com a sociedade e, para tanto, a formação/informação dos trabalhadores de direção e de base é imprescindível.

O debate e a confrontação de propostas devem ser bem-vindos. Numa instituição pública, tanto o servidor quanto o consumidor dos serviços devem avaliar a qualidade do serviço prestado, analisar os problemas encontrados e contribuir para a solução dos mesmos.

Para lideranças sindicais que não conseguem cumprir horários e planos que elas estabelecem, fica difícil cobrar dos companheiros o cumprimento do horário de trabalho e o respeito com o bem público. A luta por uma sociedade melhor e por um serviço público respeitado é de todos, das lideranças e das bases. Apenas o debate fraternal e a vontade veemente de transformar a sociedade aproximará o movimento sindical cutista dos discursos proferidos por bases e lideranças combativas.

"DEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO SUCESSÓRIO DA ANDES-SN: É POSSÍVEL?"

Edna Beltoldo*

Opinião

Durante a realização do XIII Congresso da ANDES-SN, foram discutidos os seguintes temas:

Tema I - Movimento Docente e Conjuntura

Tema II - Políticas Educacionais (LDB, Plano Decenal, Educação e Trabalho) Agrária e de Seguridade Social

Tema III - Projeto de Universidade: Carreira, Capacitação, Avaliação, Autonomia, Verbas e C&T

Tema IV - Expansão, Questões Sindicais e Relações Internacionais

Tema V - Questões Organizativas e Financeiras

A discussão que pretendemos introduzir está presente no Tema V. Trata-se da questão do processo sucessório da ANDES-SN.

As eleições para a diretoria da ANDES-SN ocorrem bianualmente, onde durante o Congresso são registradas as chapas com seus respectivos programas e compõe-se a Comissão Eleitoral Central.

Durante a plenária, em que este tema estava pautado, um delegado da APUB-BA apresentou uma proposta por escrito e entregou aos participantes do Congresso, onde lê-se:

"Democratizar a participação na discussão e no encaminhamento do processo sucessório da ANDES-SN, através de: instituição e realização de fóruns abertos de reflexão-ação política do processo sucessório nas plenárias regionais e no Congresso, que se antecipam às eleições diretas para a diretoria da ANDES-SN" (grifos nosso).

Tendo em vista o efeito polêmico que esta proposta causou, a partir de sua defesa e diferentes concepções de encaminhamentos na plenária, consideramos pertinente tecer alguns comentários.

Como participantes de um Congresso da ANDES-SN, sentimos-nos espectadores ativos de um processo político, buscando captar o real, o que se revelou cheio de contradições e ambiguidades.

De imediato, o que nos surpreendeu foi a constatação da inexistência da discussão, do debate e aprofundamento sobre o processo sucessório da ANDES-SN. A começar pela falta de iniciativa de encaminhamento desta questão pelas ADs/SSind, através de Assembléias na qual informasse as bases sobre questão tão relevante a ser discutida no Congresso.

A falta de democratização das informações, o cupulismo e centralismo autoritário de nossas

direções, não permitem que a ampla maioria de seus associados sejam sujeitos ativos e participantes do processo político do MD.

Antes da realização do Congresso, caberia às diretorias executivas convocarem os seus associados para informar e discutir sobre as questões que seriam tratadas no Congresso.

No que tange a este tema em particular, no mínimo deveria repassar as informações de como o processo sucessório vem sendo encaminhado ao nível do MD e quais os grupos que estão se organizando na indicação de chapas. Saber quem serão nossos dirigentes é um direito que deve ser garantido às bases.

No período eleitoral, todos são chamados a participar. Mas, trata-se de uma pseudo participação, onde tudo não passa de um engodo, de uma forma manipulista e casuística de se fazer política.

Devemos denunciar e repudiar qualquer direção que se origina num processo antidemocrático, centralizador é montado de cima para baixo.

Como parece não existir a prática de estabelecer o diálogo junto as bases sobre esta e outras questões que dizem respeito aos interesses da categoria, é possível entender porque o Congresso não é organizado de forma a permitir o espaço favorável aos delegados para o aprofundamento que tal temática exige.

Portanto, fica bastante evidente que a discussão e encaminhamentos sobre o processo sucessório da ANDES-SN acontece paralelamente ao Congresso, onde nos bastidores são realizadas as negociações, causando a sensação de que existem dois Congressos ocorrendo simultaneamente.

Este outro "Congresso Paralelo" representa um espaço de discussão onde reúnem-se professores do MD que, supostamente, participam de uma denominada tendência "Articulação Autônoma e Democrática". A impressão que se tem ao longo do Congresso é que tal tendência influencia na condução, orientação e direcionamento da linha política do MD.

Tal fato nos preocupa porque parece indicar sinais de uma política de partidização no interior do MD. Somos favoráveis a existência de grupos que explicitem suas divergências conceituais, metodológicas, mas não podemos permitir que quaisquer grupos se coloquem no direito de usar de uma hegemonia total para ditar os rumos e destinos do nosso sindicato.

Por conta disso o que se assiste no Congresso é o isolamento de uma parcela significativa de delegados, face às discussões que são travadas sobre este tema.

O resultado não poderia ser diferente: na plenária final do Congresso, cabe aos delegados apenas referendar a chapa que já vem indicada, aprovar a Comissão Eleitoral que também já vem pronta, ouvir a leitura do programa de chapa e fim de papo! Se os delegados do Congresso sentem-se isolados e desconhecedores até mesmo dos nomes indicados, imagine às bases no momento de votar.

A inexistência de uma espaço aberto, democrático que permita aos participantes do Congresso o diálogo sobre a construção do movimento docente - no que se refere ao processo sucessório - foi o motivo propulsor que levou vários companheiros a se posicionarem sobre a necessidade de se fazer reuniões abertas para a discussão em torno dessa questão.

A partir daí, foi elaborado um documento, o qual denominou-se "Manifesto de Viçosa" (1), no qual chama-se a atenção para este processo autoritário que se faz presente no MD.

Este documento assinado por 51 delegados de varios Estados, confirma o descontentamento que vem se evidenciando no interior do MD.

Com base no exposto, pergunta-se:

1. Por que a proposta de se levar às bases o processo sucessório causou tanta polêmica? Por que??
2. A ANDES-SN, enquanto organização sindical de base, não deveria, pelos seus princípios historicamente construídos, conduzir e encaminhar - através das ADs-SSind - um processo que permitisse a ampla participação das bases?
3. Como construir um MD politicamente forte sem que se garanta a participação das bases?

Temos constatado que o movimento sindical passa, gradativamente, por inúmeras dificuldades. As assembléias estão esvaziadas, em algumas seções sindicais tem-se presenciado até a falta de docentes para constituir uma diretoria executiva e há ainda casos, como foi o da ADUFPB-JP em 1993, em que o número de votantes foi bem inferior ao número de abstenções.

Embora exista uma série de causas que explicita este fenômeno (sugerimos a leitura do documento Teses da APUFSC-SSind, apresentado no Congresso), compreendemos que há também uma gravidade do problema, quanto ao que se refere a formação de quadros.

Conforme Gramsci, "não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes" (2). Mas, isso não quer dizer que os dirigentes e organizadores devam se perpetuar no poder. A preocupação com a formação e ampliação de novos

quadros deve ser a prioridade de qualquer sindicato que se queira de base, democrático e de luta!

Nesta direção, concordamos quando Gramsci afirma que é preciso "...trabalhar na criação de *elitês de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos*". (3)

Desta forma, estaríamos contribuindo para um movimento representativo, oriundo das bases, formado pelas bases e nas bases. Pois, "...o marxismo não é um movimento de pensamento, limitado a pequenos grupos intelectuais: ele é a filosofia da classe operária, a ideologia que organiza esta classe para a conquista e exercício da hegemonia". (4)

Eis, portanto, o urgente desafio: "Organizar a vontade coletiva, que concretiza esta moral através da subversão da praxis". (5)

Sendo assim, entendemos que compete à ANDES-SN reavivar os princípios da democracia interna, do pluralismo, garantindo às bases o contínuo exercício do poder de decisão, reflexão, intervenção, para que se torne possível a construção de um projeto alternativo democrático e popular.

Democratizar a participação no processo sucessório da ANDES-SN não é apenas possível, mas necessário!

* DHP/CE/UFPB

Subscrevem: Vaz Neto, Wilma Mendonça e Claudet Coelho.

(1) O mesmo será apresentado abaixo deste texto.

(2) GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1987, p.21.

(3) *Ibidem*, p.27

(4) COUTINHO, Carlos Nelson e KONDER, Leandro. In GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1987 P. 05.

5 *Idem*, p. 05

MANIFESTO DE VIÇOSA

Este manifesto surge da premente necessidade de resgatar o exercício democrático no interior da ANDES-SN.

A ANDES-SN surgiu como uma organização sindical de base, representando os docentes das IES públicas e particulares, num momento histórico da intolerância, desrespeito e violência contra os trabalhadores e o povo brasileiro, em geral.

Insurgindo-se contra o modelo ditatorial imposto em nosso país a partir de 64, a ANDES-SN fundamentou sua ação em princípios historicamente defendidos pela

classe trabalhadora: pluralismo, democracia interna, organização de base e tudo enfim que garantisse o exercício de um sindicalismo de luta e de classe enraizado em suas bases.

Durante mais de uma década de luta o Movimento Docente (MD) tem conseguido uma atuação efetiva no cenário Sindical do País, com êxitos tais como o PUCRCE (1987), o recuo da PEC 56 e de outras tentativas de desmonte da Universidade Pública.

Entretanto, chegando ao seu 13º Congresso:

1. Quando a classe trabalhadora e o povo brasileiro enfrentam uma conjuntura altamente opressora de inflação e recessão crescentes, imposta pelo projeto neoliberal;

2. Quando o Movimento Sindical, em geral, passa, de um lado, por um momento de relativa desmobilização e por outro, por ferrenhos ataques dos defensores do capital;

3. Quando os Serviços Públicos e o Estado brasileiro estão sendo tenazmente sucateados;

4. Quando o MD enfrenta graves dificuldades de mobilização em suas bases;

5. Quando impõe-se ao MD o enfrentamento de questões nacionais inadiáveis como a questão da Revisão Constitucional, Eleições, etc;

Exatamente, nesse momento, quando o mais importante para nós deve ser a unidade democrática e uma ação politicamente aglutinadora de todas as forças do MD, o que assistimos no Congresso de Viçosa - e que o processo eleitoral da ANDES-SN nos dá o melhor exemplo - é uma ação excludente, antidemocrática, cupulista e autoritária, implementada pela tendência Articulação Andes Autônoma e Democrática.

Denunciamos e protestamos contra a ação desta tendência que sob o pretexto de hegemonia pretende implementar na ANDES SN um processo de hegemonia, monopolismo e cupulismo sindical.

O processo sucessório em curso revela, portanto, o afastamento de nosso Sindicato dos princípios historicamente construídos pelo MD. É inadmissível que uma Entidade de caráter nacional como a nossa, seja dirigida monoliticamente por uma determinada corrente política. Hegemonia não pode ser confundida com exclusivismo. Uma parcela representativa dos participantes do 13º Congresso está excluída dessa discussão importantíssima para o futuro do MD.

Neste sentido, entendemos que:

1. O processo sucessório precisa ter um espaço institucional no Congresso da ANDES-SN e não ser um evento paralelo como ocorre atualmente;

2. As ADs e as bases precisam ser consultadas em relação ao Programa e à composição da direção de nosso sindicato;

3. A proporcionalidade e a pluralidade devem ser garantidas como forma de consolidar a democracia sindical e evitarmos a partidarização do sindicato;

4. A forma de discussão e composição da direção nacional, excludente e autoritária, demonstra cabalmente um distanciamento da base e tendencialmente tem contribuído para transformar a ANDES-SN em um sindicato de cúpula.

EM DEFESA DE UMA ANDES-SN PLURAL, DEMOCRÁTICA, REPRESENTATIVA E TRANSPARENTE.

Viçosa, 24 de fevereiro de 1994.

Subscvem este Manifesto: Paulo Roberto Carvalho (ADUFPI), José Mauro Ribeiro (ADUFPI), Marco Túlio D. das Neves (ASPUV), José C. Andrade (ADUEPB), José J. de Souza (ADUEPB), Celi N. Z. Tafarrel (ADUFEPE), Benedito Nunes (ADUFPI), Geraldo Guedes (APUBH), Mário E. de Souza (ADUFS), Sérgio M. L. Galdino (ADUCAPE), Edna Bertoldo (ADUFPB-JP), José V. N. Neto (ADUFPB-JP), José da Paz Lopes (APUBH), Reginaldo N. Ferreira (AFUFG), Maria CD. de P. Coelho (ADUFU), Cláudia B. F. Rabelo (ADUFU), Thereza F. da Silva (ADUFU), Abraão G. Gomes (ADUFG), Luiz C. R. Puscas (ADUFPI), Maria de F. N. Costa (ADUFAC), Maurílio N. da Silva (ASPUV), Francisco A. Batista (ADUEPB), Ernani Silva (ADUFU), Donato de Oliveira (ADUFES), Alaide R. Donatoni (ADUFU), Marlene Freitas (ADUFAL), Adriano F. Maia (APRUMA), Darcet C. Souza (ADUFPI), John G. Kurtz (ADUFU), Antonio R. Jr. (ADUEPB), Antonio Passos (ADUFAL), Uriel M. S. Costa (ADUFAL), Alcione Rodrigues (ADUFU), Jonicael C. de Oliveira (APUB), Dalton M. Macambira (ADUFPI), Luís H. de O. Cavalcante (ADUFAL), Waldir P. de Amorim (ADUFAL), Benjâmin de A. Mendes (APES-JF), Marlene A. de Souza (ADUEPB), Claudet C. Guedes (ADUFPB-JP), Mariana M. Neto (ADUC-Cajazeiras), Elizabeth Bittancourt (APUB), Jânê L. da Fonseca (ADUFAL), Cássia Damiani (APRUMA), Malena Bernosik (ADUFES/BA), André Nascimento (ADUFS-BA).

Repensando o Caos

Maria Otillia Telles Stormi

Opinião

Acabo de sair da Assembléia e estou ainda meio surpresa e perplexa com tudo o que tem ocorrido desde o dia 19. É a exata sensação de que a voz do meu desânimo tenha sido colocada em alto-falante... percebo também que essa voz não é só minha mas de muitos outros docentes. Eu me pergunto: - O que está acontecendo?

Num rápido *flashback* do nosso momento político, capto os clamores da nossa insegurança quanto à URV e tento entender as nossas moedas de valores oscilantes, cruzeiros, dólares, reais, irreais, mais, menos e iguais a interrogações que se empilham e deixam aturdidas as nossas percepções de realidade. Em foco mais local vejo nossas reivindicações, os campi do interior parados mas não nesta greve, sem falar dos 107% de desvalorização salarial, além das outras perdas anteriores... aulas, pesquisas, extensão sem condições, ufa! São tantos sons martelando em nossas mentes que nos faz correr para várias direções, sem sair do lugar... ou melhor, sem direção.

Retomando o filme da nossa assembléia o que me ficou claro é que há consenso nos motivos do movimento. Esses são justíssimos e indiscutíveis. A divergência foi nas formas, qual a pressão mais eficiente e aglutinadora. De quebra muitos clichês, jargões e confusões junto com algumas falas claras e objetivas. Na platéia, conversas paralelas e falta de concentração em alguns momentos. Então me pergunto: - Será que as pessoas ali presentes são irresponsáveis? Sem consciência? Será que os docentes que lotam ou esvaziam as assembléias são insensíveis? É preciso parar para refletir nos motivos pelos quais isso acontece. SOMOS CADA UM, me diz sempre Everaldo Torres. Ou seja, a composição e estruturação dos fatos e elementos que compõem os raciocínios individuais e coletivos precisa ser considerada, para que se possa tomar decisões realmente democráticas.

Estou pretendendo colocar um pouco de ordem nesses fatos, emoções e reflexões ANTES de decidir, ANTES de votar. A palavra é MOBILIZAÇÃO que rima com envolvimento, que por sua vez combina com informação e negociação. Não se trata de criticar-culpar o que ou quem quer que seja. O que ocorreu na Assembléia desta 3ª feira é absolutamente inédito na história do nosso movimento docente. É muito rico em interpretações e consequências... Foi no mínimo uma bela chacoalhada no tédio que compunha os rostos: se entramos em greve, assistimos ao esvaziamento do campus; se não entramos é pior pois não sabemos o que fazer da insatisfação pelas perdas e falta de isonomia salariais, além de outras ansiedades trabalhistas... lembra cumplicidade...

Nesta dança com números se fortalece um idéia que me surgiu desde a Assembléia do dia 19: a mudança no sistema de votação. Proponho que se passe a considerar como legítimas as decisões com pelo menos 2/3 de votos favoráveis. Isto porque, no meu modesto entender de antropóloga, qualidade é mais importante que quantidade. Ou melhor, é preciso dar mais qualidade aos números porque, a meu ver, 49% é um percentual muito semelhante à 51% em se tratando de uma votação sindical. No mínimo evidencia indecisão e dificuldade para uma leitura em termos de qualidade democrática.

Conforme consulta feita no Regimento (último) da ADUFPB-JP/SSind, o art. 55 diz que, para modificar o regimento (no caso, o sistema de votação), seria necessária a convocação de uma Assembléia Geral especialmente para este fim, ... "com a presença de, pelo menos 20% dos associados"... "com uma deliberação de (também), no mínimo, 2/3 dos associados presentes". (Regimento de 25.10.90:17).

Nestes momentos de perplexidades e desgastes de desmobilização, poderíamos evitar situações de divisionismos perigosos e mal dirigidos qualitativamente. É principalmente uma forma de medir a responsabilidade e envolvimento das decisões de cada docente.

Antes de entrarmos em ácidas considerações sobre o democratismo sindical, talvez fosse o caso de repensarmos também sobre o momento de colocarmos em votação, essas importantes decisões. É preciso atentar para o processamento da decisão, tipo: motivos + momento adequado dentro da conjuntura nacional da greve + correlação de forças (patrões e trabalhadores) + poder de barganha + possíveis desgastes da pressão trabalhista + esgotar outras formas de pressão e, finalmente, a questão do calendário letivo. Não se sabe porque este é tão escanteado nas tomadas de decisão, pois, grande parte do tédio dos docentes avessos ao movimento paredista se deve ao desconforto deste futuro preço a pagar, das reposições de aulas.

Enfim, precisamos ordenar esses elementos, entre outros, para renovar os velhos jargões do nosso movimento docente. Principalmente para não cairmos nas garras da manipulação dos setores de direita escamoteada que ainda temos entre nós, além do risco de passarmos por irresponsáveis perante o alunado, o qual, merece respeito e o nosso bom exemplo de maturidade política...

Professora Deptº de Ciências Sociais/CCHLA/UFPB

A UNIVERSIDADE NA FEIRA

Ademir Alves de Melo*

Opinião

Na década de setenta os europeus divertiam-se a valer com as façanhas e pantomínias tragicômicas de dois bufões de opereta, alçados por eles mesmos no cenário da política africana: Idi Amin Dada, de Uganda, e Jean-Bedel Bokassa, da República Central Africana. As fantasias deste último levaram-no a imaginar-se a reencarnação de Napoleão Bonaparte. Para tanto, tratou de criar as condições de imagem e semelhança no plano pessoal, como também moldando a realidade à sua obsessão. Transformou a jovem República recém liberada do colonialismo em Império Centro Africano, autointitulando-se Imperador Bokassa I. Para a sua coroação no trono de Imperador fez vir da França cinquenta cavalos raça pura onde escanchou cinquenta escudeiros de seu exército. Todos os chefes de Estado e de Governo do mundo foram convidados. Apenas o presidente da pátria de Napoleão, o verdadeiro, compareceu às solenidades, acompanhado da primeira dama da França, que, por demais, foi regiamente agraciada com um colar de diamantes. A revista alemã Stern registrou em sua capa a fotografia histórica do Imperador Bokassa I, equilibrando-se em seu cavalo branco, mão direita escondida no colete agalonado e cercado de guardiões cavaleiros, assustados com o assédio da imprensa europeia. O biotipo da réplica imperial central-africana de Napoleão lembra o nosso genial e inesquecível Grande Otelo. Não tardou muito para que a realidade se impusesse às fantasias, e os dois sacripantas ridículos foram substituídos por titulares mais equilibrados e confiáveis aos interesses do neocolonialismo e das castas tribais dominantes.

Este episódio ilustra até onde vai a sanha e o afã de acumulação das elites no Poder ou de titeres que as representam. Como dispõem de recursos e meios essenciais, modelam a consciência social segundo a conveniência de seus interesses.

Muito a propósito, ainda há pouco, na algazarra da feira, deitei ouvidos ao diálogo de um feirante com um freguês, que me atraiu a atenção, pelo direcionamento que tomou a conversação. O primeiro esforçava-se por reproduzir as informações assimiladas dos jornais televisivos, que não poupam dardos contra os monopólios estatais, estendendo nexos causais entre estes e a indiscutível degradação dos serviços públicos. Para minha satisfação o contendor mostrou-se bem informado e munido de argumentos consistentes e

didáticos. Assim se pronunciava, ao me aproximar dissimuladamente: "... Petrobrás, Eletrobrás, Telebrás, Banco do Brasil etc. são patrimônios inalienáveis do povo brasileiro. A campanha nacional pelo monopólio estatal do petróleo foi o acontecimento mais empolgante da histórica republicana, no começo dos anos cinquenta, que mobilizou toda a sociedade brasileira. O monopólio estatal é um requisito necessário à defesa da integridade e da soberania nacionais". E arrebatava com o entusiasmo de reação incontida como naquele caso do comandante das tropas militares da Amazônia, indignado com as declarações petulantes de um dignatário europeu que deixou vaziar as suas pretensões de internacionalização da região: "as elites dominantes não têm pátria, não sabem o que é dignidade nem soberania nacionais, porque só amam o dinheiro fácil que ganham. Por isso se entregam de corpo e alma a esse projeto neoliberal, sob o pretexto da necessidade de se estimular novos investimentos e criar mais empregos. Para isso fazem dobradinha com o grande capital internacional. Querem as privatizações porque elas mesmas criam condições de compras mais vantajosas que qualquer negócio especulativo. Os exemplos recentes mostram que, após a privatização, os preços dos produtos são liberados e disparam. Os novos investimentos são priorizados para a modernização tecnológica que dispensa mão de obra, agravando-se assim a situação do desemprego".

Neste ínterim, formou-se um grupo de curiosos atraídos pelo discurso pedagógico e paciente daquele cidadão de voz grave e modelada e de semblante cansado pela idade mas que se reanimava ao falar, como estimulado pela seiva do rejuvenescimento que a convicção nas idéias empresta ao homem. Continuando voltou-se ao outro aspecto vinculado na mesmisse: a degradação dos serviços públicos. "Vou dar apenas dois exemplos, que julgo suficientes: o da previdência social e da educação em nosso país. Ora vejam só (at já falava para o público no plural), quem acabou com o INSS, senão os próprios donos de hospitais, que em curtíssimo tempo, tornaram-se grandes empresários da saúde, com práticas delituosas vergonhosas, onde inúmeros curativos transformavam-se em delicadas e custosas cirurgias pagas pelo contribuinte? A desfaçatez chegou a tal

ponto de potencializar-se o número de partos cesarianos, que rendem mais, havendo até casos de registros de partos efetuados em homens. Tudo isso quebrou a previdência no Brasil. E que dizer das aposentadorias milionárias forjadas por máfias organizadas e dos milhares de aposentados fantasmas e das aposentadorias rurais efetivadas em currais eleitorais, preterindo-se desamparados que dedicaram toda a vida à produção em condições vis? Mutismo total nos presentes ligados ao raciocínio que se desdobra em outros argumentos de demonstração. Em seguida, recorre ao segundo exemplo no campo da educação. Antes mesmo de desenvolver a nova questão, alguém o interpela para dizer que o ensino público chegou a níveis inimagináveis e que o povo não tem outra saída, à vista da exploração das escolas particulares e dos altos custos de livros e material escolar. Inferindo portanto que a privatização do ensino é um bom negócio, mas para quem tem condições de montar uma empresa de educação, ou seja, uma escola ou colégio particulares. A esta altura um jovem de barba rala e fisionomia fleumática denuncia a sua condição de estudante aponta o caso da UFPB: laboratórios sem equipamentos e material de trabalho, bibliotecas sem livros e revistas especializadas, professores e funcionários em greve e alunos pulando de cursos, perseguindo o que lhes garanta uma profissão rentável e segura no futuro nebuloso. O velho polemista fitou-o com os seus olhos grassos e desatou a sua voz de barítono aposentado: "Filho, a crise de nossa Universidade não é diferente da que ocorre nas demais. As elites dirigentes deste país sucatearam o ensino público universitário ao tempo em que contemplaram privilegiadamente as entidades particulares. Muitos desses cidadãos são proprietários de grandes empresas de educação superior, quer dizer, universidades particulares". E num relance de comunicador perguntou aos circundantes quantos teriam condições de manter um filho numa escola de medicina que cobra uma

mensalidade de mais de CR\$ 400 mil. Isto sem falar nos livros que não ficam por menos. Posto assim, concluiu as suas palavras com as seguintes considerações: "O movimento desses professores e funcionários não apenas é justo pela reivindicação de reposição de perdas salariais, mas sobretudo porque exigem um basta neste entreguismo desavergonhado, nesta sanha incontida de homens egoístas que não se conformam com o que têm, indiferentes à miséria do povo e ao destino do país, pouco se lixando com a unidade e a soberania da Nação, embalados na onda da chamada globalização sob a tutela de grupos econômico-financeiros internacionais. Por isso - já apressado na sua conclusão e demonstrando-se atualizado nas informações - o mais importante neste momento é a união de todos nós em defesa dessa instituição. Certamente, pretende-se que os interesses superiores da sociedade devem sobrepor-se às ambições pessoais e aos propósitos político-partidários. Neste sentido, quaisquer tentativas de denegrir a imagem da instituição e de macular o nome de seus dirigentes (sobretudo quando têm um passado e uma conduta política e ética inquestionáveis) constituem um desserviço a causas nobres e um sopro que alenta a voracidade das aves de rapina". Dito isso, virou-se e saiu tranquilamente, arrastando o seu corpo débil por entre a gente aglutinada na pequena assembléia que se formara, desaparecendo no anonimato da massa agitada em começo de feira.

Voltei para casa com esta lição de vida, assomando-me à memória as fanfarrices dos dois títeres africanos, que divertiam os europeus, refestelando-se nas suas estravagâncias, enquanto as etnias tribais se degladiavam em pugnas autofágicas.

* Doutor em Economia e Professor do Departamento de Economia da UFPB

SEMINÁRIO: PROJETOS ESTRATÉGICOS ALTERNATIVOS PARA O BRASIL

Em João Pessoa:

Data: 4,5 e 6 de maio de 1994

Local: Aud. da Reitoria/UFPB

Esclarecimento

Tendo em vista que a formulação do "*Comunicado*" desta Diretoria, datado de 03.05.94, foi interpretada por alguns sindicalizados como divergente da deliberação da AG da mesma data, vimos esclarecer que a referida Assembléia *aprovou um indicativo de retomada da greve para o dia 09.05.94 a ser ratificada em nova assembléia Geral nessa data* (09.05.94, às 9:00h no Auditório da Reitoria).

Lamentamos os transtornos causados, ainda que involuntariamente, e apresentamos o presente esclarecimento no sentido de superá-los.

João Pessoa, 04 de maio de 1994
Diretoria Executiva ADUFPB-JP/SSind

Publicamos a seguir o FAX Nº 004/CNG/ANDES-SN - BRASÍLIA, 03 DE MAIO DE 1994

SINDICATO
ANDES
 NACIONAL
 Filiação à CUT

- Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Comando Nacional de Greve (CNG/ANDES/94)
 Rua...
 CEP...
 Fone...
 Telex...

FAX-004/CNG/ANDES-SN/94. BRASÍLIA, 03 DE MAIO DE 1994.

Do : Comando Nacional de Greve (CNG/ANDES/94)

Para: AD's S. Sind. Federais

AD's presentes no Comando Nacional de Greve (02/05 e 03/05) :

Delegados: ADUA(Alberto), ADUFF (Miguel), ADUR-RJ (Luis Seixas), ADUFPEL (Eliane), SEDUFMS (Sérgio), ADUFERPE (Zenilde), ADUFPI (Socorro), ADUFPA (Fernando), ADUFPB-CG (Anchieta).

Observadores: APUFSC (Graça), ADUFF (Sirena), ADUNB (Pedro), ADUFPA (Giovane)

Diretores presentes: Anamaria, Cunha

INFORMES/GREVE:

1. QUADRO DA GREVE NAS IFES :

-AD's em Greve : ADUA, ADUFAC, ADUFPA, ADFCAP, APRUMA, ADUFPI, ADUFPB-CG, ADUC, ADUFERPE, ADUFAL, ADUFG, ADUFMS, ADUFES, ADCEFET-RJ, ADUFF, ADUR-RJ, SINDOCEFET-PR, ADUFPEL, SEDUFMS, ADUPB-PATOS, CDAP-AP, ADUFOP, ADEPM (06/05), ADUFPB-JP (09/05), (TOTAL 24).

-AD's que não estão em Greve : Com indicativo - ADUFC(sem data), ADUFEPE(05/05), ADUFRJ(10-05), ADUNI-RIO(09/05), ADCEFET-MG (AG em 04/05) (TOTAL 05).

Sem indicativo - ADURN(assembléia permanente), ADUFS(estado de alerta até 05/05), APUB(contra a greve- AG em 04-05), ADUFMAT(não à greve), ADUFU(não à greve em 28/04, comando de mobilização), APUBH(sem deliberação), APES-JF(não entrada em greve), ASPESAL(não à greve), APUFSC(não à greve, estado de mobilização), ADUFRGS(não à greve, em 09/05 deliberação sobre a adesão a greve), APROFURG(não à greve), ADUFSCAR(não à greve, assembléia permanente), ASPUV(não à greve), ADCAC(estado de greve), ADUNB(assembléia em 06/05, sem deliberação) APUFPR (AG em 05/05). (TOTAL 16)

-AD's sem informe: ADUNIR, ASDESAM, ADFMTM, APROEFEI, ADFUNREI, ADOCA, SESDUF-RR, ADAFA, ADCEFET-MA. (TOTAL 09).

ERRATA ao FAX 002

- Incluir nas ADs presentes ao CNG/ANDES-SN (29 e 30/4) ADUFPI (Socorro)

- Incluir APUFPR no quadro das ADs que não estão em greve (sem indicativo - AG em 05/05).

ERRATA AO FAX 001

Acrescentar a presença do observador da APUB (César)

2. COMISSÃO DE TRABALHO NA CÂMARA - 03/05/94 às 15:00 horas

ASSUNTO: MP 482

- Participaram da reunião: Deputados Paulo Paim e Paulo Rocha, representantes do DIEESE, DIAP, CUT, CGT, Força Sindical, USI e dos SPFs

- Avaliação do DIEESE: Não houve alterações significativas do ponto de vista salarial, com poder ser observado no quadro apresentado após o informe.

- Avaliação do DIAP: Historicamente a reposição das perdas sempre foi plena na data base, portanto a reposição pela média colocada na MP 482, significa uma aberração jurídica.

- Emendas: As emendas abaixo foram elaboradas pelo conjunto de várias entidades de trabalhadores com assessoria do DIEESE e do DIAP, sendo necessário para a aprovação das mesmas uma forte pressão do Movimento sobre os parlamentares.

Emenda Nº 1

EMENDA SUBSTITUTIVA DO ARTIGO 26 E SUPRESSIVA DO ARTIGO 27 DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 482.

Nas datas-bases a revisão dos salários incorpora eventuais perdas do poder aquisitivo dos trabalhadores em geral e servidores públicos civis e militares dos poderes da União, ocorridas no período revisando de acordo com a inflação verificada no período assegurada a compensação dos aumentos antecipações ou adiantamentos salariais espontâneos coercitivos ou negociados individual ou coletivamente.

Ensino Público e Gratuito: Direito de Todos, Dever do Estado

SINDICATO
ANDES
NACIONAL
Filial à CUT

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

I - Aplica-se sobre os valores em URV ou equivalente em URV resultantes da conversão o índice necessário para recomposição em URV, apuradas entre datas-bases;

II - Os valores das tabelas de vencimentos, soldos e salários e as tabelas da função de confiança e gratificadas dos servidores civis e militares da União serão revistos em 17 de maio de 1994.

Emenda Nº 2

Dê-se a Medida Provisória nº 482/94 o seguinte artigo onde couber:

Os salários dos trabalhadores em geral e dos servidores públicos civis e militares dos poderes da União e beneficiários dos aposentados e pensionistas serão reajustados automaticamente a partir da emissão do Real, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC-R, ou de qualquer outro que venha a substituí-lo, sempre que esta variação ultrapassar 5 (cinco) pontos percentuais, Gatilho.

Emenda Nº 3

Suprima-se o artigo 23 da MP 482/94

Emenda Nº 4

Acréscita-se o artigo 39 da MP 482/94

"Parágrafo Único - Os valores serão repassados às entidades sindicais pelo mesmo montante recebido pelo sistema financeiro e em URV respectivamente e convertidos em Cruzeiros Reais na data do repasse às respectivas entidades".

Caso não sejam contempladas as propostas apresentadas neste documento, a posição do Movimento Sindical é contrária à aprovação da MP 482/94 por entender que assim haverá possibilidade de diálogo na busca de introduzir dispositivos que garantam o poder aquisitivo dos salários.

Quadro comparativo dos salários definidos pelas MPs 457 e 482

Grupos definidos pela Lei 8700	Data Base	Salário Fev/93 CR\$	Salário em URVs		((B) (A)) x 100
			MP 457 (A)	MP 482 (B)	
Salário Mínimo	Maio	42.829,00	64,79	63,37	97,80%
Grupo A	Janeiro	100.000,00	151,28	147,96	97,80%
Grupo B	Fevereiro	100.000,00	138,95	139,77	100,59%
Grupo C	Março	100.000,00	177,70	165,66	93,22%
Grupo D	Abril	100.000,00	164,06	164,41	100,22%

(B) - Para a estimativa do Salário médio em URVs no período de mar/94 a jun/94, utilizamos a variação das URVs em março e abril e estimamos em 45% a taxa para maio e junho.

- Encaminhamentos da Reunião:

- Audiência Pública: Foi solicitada pelos parlamentares da Comissão de Trabalho da Câmara, uma audiência com os Ministros da Fazenda, SAF, Trabalho e Previdência Social, porém a presença dos Ministros na audiência está condicionada à presença do Ministro Rícupero da Fazenda, que até às 18:00 horas do dia 3/5/94 não havia confirmado sua presença. Não ocorrendo a audiência, os SPFs irão em passeata ao Ministério da Fazenda.

- Audiência com o Presidente: Os SPFs juntamente com os parlamentares, estão tentando agendar uma audiência com o Presidente da República, tendo em vista o mesmo ter se reunido com empresários, empreiteiros e no dia 04/05 reunir-se á com os ruralistas.

- Atividades de Mobilização:

- Ato Público dia 04/05 às 15 horas em frente à SAF.
- Pressão sobre o conjunto dos Parlamentares.
- Pressão sobre o relator da MP 482, Deputado Neuto de Conto - PMDB -SC

3. COMISSÃO DE CARREIRA NO MEC : Reunião dia 3/5/94 às 15 horas, local Sala de Reunião SESU/MEC

- Retomada dos trabalhos da Comissão de Carreira para os servidores das Instituições Federais de Ensino.
- Participantes: ANDES, FASUBRA, SINASEFE, ANDIFEŠ, CUNDITEC, CNDP, CONDAF, SESU (MEC).

1 - Foram dados informes pelos representantes do MEC que participaram da reunião da Comissão de Isonomia na SAF:

- Envio do PL do Executivo ao Congresso, tratando da isonomia entre os SPFs dos três poderes;
- Existência de tabela Única (ou matriz salarial Única), a ser implantada de forma escalonada;
- Unificação das gratificações de caráter permanente;

Ensino Público e Gratuito: Direito de Todos, Dever do Estado

ADINFORMA

ADUFPB-JP/SSind
da ANDES-SN
Filiada à CUT

Por uma greve mobilizada e mobilizadora

As discussões realizadas em nossa última AG que resultaram na aprovação do indicativo de retomada da greve a partir de 09.05.94, com deflagração em nova Assembléia, nessa data, possibilitaram, ao nosso ver um crescimento qualitativo do MD do Campus I da UFPB.

Além da maciça participação da categoria naquela Assembléia Geral (589 docentes assinaram a lista de presença), as reuniões de Centro, realizadas nas últimas 5ª e 6ª feiras, indicam que foi alcançado o aprofundamento necessário para que a nossa adesão à greve dos SPFs, já em curso, se dê de forma consistente.

Entendemos, assim, que é chegado o momento de retomarmos o movimento de greve. É preciso, portanto, que saibamos fazê-lo de modo a realizar, no seu curso, com os demais segmentos da comunidade universitária e com os outros SPFs na Paraíba, os debates e discussões que sabemos imprescindíveis: seja abordando as questões mais específicas - da educação, da universidade brasileira, da UFPB, seja tratando daquelas mais gerais, relativas à construção e à implementação de um projeto alternativo democrático e popular para o nosso país.

Nessa pauta de discussão também devem estar incluídas questões que digam respeito ao nosso próprio movimento sindical, visando, como tem sido nossa prática, seu aprofundamento democrático e seu conteúdo programático.

Temos ainda que manter a perspectiva de que estas discussões transbordem para o seio da sociedade paraibana, de modo geral, para que a mesma venha a apoiar nossas reivindicações e nossa luta.

A realização de todas estas metas será, com certeza, árdua. A única possibilidade de concretizá-las será mantendo o espaço físico do nosso campus ocupado e os docentes mobilizados. No entanto, não assumiremos coletivamente o esforço para sua consecução terá, com certeza, como conseqüência, a amarga constatação de que, ao final da greve, a despeito dos ganhos que dela poderão advir, a UFPB, Campus I, retorna a uma "normalidade" que permanece, apesar de tudo, profundamente distante da universidade pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade, na qual queremos crê-la transformada.

João Pessoa, 09 de maio de 1994.
Diretoria Executiva

COMUNICADO

A ADUFPB-JP da ANDES-SN comunica que a Assembléia Geral do dia 03 de maio de 1994, deliberou, por 248 votos favoráveis a 165 contrários e 06 abstenções, (nº de presentes na AG: 589; total de votantes: 419) pelo **INDICATIVO DE RETOMADA DA GREVE A PARTIR DE 2ª FEIRA, 9 DE MAIO DE 1994**, quando ocorrerá nova Assembléia Geral para deflagração do movimento e encaminhamentos que se fizerem necessários.

ASSEMBLÉIA GERAL

9 DE MAIO (2ª FEIRA),
9:00H
AUDITÓRIO DA REITORIA

- PAUTA
- 1) INFORMES
 - 2) DEFLAGRAÇÃO DA GREVE
 - 3) ENCAMINHAMENTOS

ADINFORMA Nº 07- ADUFPB-JP/SSind - Filiada à CUT- 09/05/1994

Caixa Postal 5001 Centro de Vivência UFPB - 58.051-970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil (083) 224.3801

AVALIAÇÃO

UM NOVO MOMENTO DA GREVE A MOBILIZAÇÃO PELA ABERTURA DE NEGOCIAÇÕES

A greve sensibiliza o governo

Ao indicar a greve para 19/04 o Movimento dos Servidores Públicos Federais tinha a perspectiva de que seria necessária uma greve forte para lutar pelas justas reivindicações e era previsível que o governo agiria com intransigência buscando não negociar uma pauta com pontos que se chocam com o atual plano de estabilização econômica.

Esta intransigência expressou-se durante as tramitações das duas primeiras medidas provisórias do Plano. O governo recusou-se a negociar com o movimento sindical e parlamentares a mudança nas regras de conversão dos salários e a definição de política salarial. Sequer um dispositivo que assegurasse a recuperação da inflação na data base o governo aceitou.

Mas, a necessidade de editar por três vezes consecutivas uma medida provisória e a incapacidade em dar curso à revisão constitucional expressam uma contradição. Se por um lado o governo não cede aos pleitos dos trabalhadores, por outro, também não têm a unidade dos setores empresariais em torno das medidas econômicas. Disto resulta algum nível de debilitação do governo gerando espaço para os servidores pressionarem no sentido de arrancar negociação.

Em 04/05, pela primeira vez desde a declaração da greve e somente devido a ela, o Ministro da SAF, Romildo Canhim, recebeu um representante dos servidores, Antônio Carlos de Andrade, dirigente da CUT e membro do Comando de Greve. As palavras do Ministro foram reveladoras do posicionamento eminentemente político do governo diante da greve. Para o movimento fica claro que para o Ministro, a negociação significaria admitir a verdade, qual seja, a de que os servidores tiveram perdas salariais com o

plano. O problema era político e não técnico pois o Ministro afirmou, na mesma oportunidade, que a proposta orçamentária garante que se avance na discussão da isonomia entre os três poderes ainda este ano. Solicitou, ao mesmo tempo, que a Coordenação das Entidades de Servidores retomasse junto à SAF os trabalhos da comissão de isonomia.

A greve, o governo, a isonomia:

Desde que a Constituinte, em 1988, consagrou a isonomia para cargos e funções assemelhados nos três poderes quase nada foi feito pelos governos para concretizá-la. O governo Collor, sem qualquer estudo técnico introduziu a GAE em nome da isonomia. Esta foi concedida de forma discriminatória acentuando distorções. A greve do ano passado conquistou sua unificação ainda que paulatina e a se completar um ano depois, junho de 94, no valor 160% para todos. De lá pra cá, o governo já permitiu sua elevação para 170% para alguns setores.

O atual governo, mesmo que prometendo construir a isonomia, concedeu em janeiro de 93, 28% aos militares que foram estendidas aos servidores do legislativo e judiciário no caminho inverso à isonomia.

Quando hoje o governo fala de novo com insistência em isonomia é preciso ter claro duas questões: A primeira é que ele pretende por fim a greve em troca de medidas a longo prazo de conteúdos não clarificados aos servidores. A segunda é a de que sem a pressão da greve, o governo não abriria esta discussão. E será, somente em greve, que os servidores garantirão avanços no trato desta importante questão.

O Comando Nacional de Greve dos SPFs decidiu participar intensamente da discussão

desta questão junto ao governo sem abrir mão da luta para forçar a negociação sobre o conjunto da pauta.

As iniciativas governamentais nesta área levaram o MEC a retomar esta discussão com as entidades da educação em reuniões que se intensificaram estes dias.

Esta discussão caminha na direção da definição de uma matriz de vencimentos que norteie as tabelas salariais dos, aproximadamente, 1500 cargos diferentes existentes no serviço público.

Estão na ordem do dia questões como arranjos em tabela, definição de piso e teto, correções em tabelas, aumento e incorporação da GAE, etc.

Para o CNG-ANDES-SN trata-se de interferirmos no processo, mantermos o movimento informado e debatendo as questões, buscamos ganhos que caminhem na direção da isonomia sem, no entanto, cairmos no canto da sereia de abandonar a exigência de negociações sobre o conjunto da pauta trocando a greve por promessas incertas. É de fundamental importância a luta para se conquistar uma política salarial sem a qual, qualquer ganho da greve poderá ser rapidamente corroído pela inflação.

Os efeitos da greve

Em que pese a omissão da imprensa, hoje somos 340 mil servidores em greve e há ainda setores aderindo ou com perspectivas de adesão. A greve tem trazido problemas em áreas estratégicas como segurança, arrecadação, saúde, previdência, educação e outros setores levando o governo a ter que encontrar soluções preservando seu plano econômico-político eleitoral. Daí a estratégia do governo em acenar com o tratamento do problema da isonomia.

O movimento continua reafirmando a exigência de negociação de toda a pauta e as manifestações ocorridas em 04/05 em Brasília, foram muito importantes para forçar a abertura de negociações.

Com caravanas vindas de diversos estados realizou-se, na Esplanada dos Ministérios, uma passeata expressiva. Concentrada diante do Palácio do Planalto a

manifestação forçou o Chefe de Gabinete da Presidência, Mauro Durante, receber uma Comissão do Comando Unificado de Greve.

Hoje, 05/05, uma Comissão composta por Deputados da Comissão de Trabalho e Serviço Público da Câmara terá audiência com o Ministro Ricúpero para tratar das emendas à MP e exigir a negociação com o Comando de Greve. Novamente haverá manifestação de massa.

A participação de parlamentares, de sindicalistas reconhecidos, particularmente os principais dirigentes da CUT que estão mobilizados nos contatos com o governo, são importantes mas colocam-se como auxiliares da principal ação que deve ser ampliada e fortalecida, a greve com manifestações e atos públicos nacionais e locais.

Nesta tarefa devemos todos nos envolver construindo a unidade dos servidores federais conscientes de que a greve é sentida pelo governo e este começa a perceber que, até mesmo para seus objetivos políticos, a intransigência pode não ser a fórmula mais eficaz.

A greve nas IFES é um fato. Ela pode e precisa ser consolidada com base na dignidade dos docentes que não aceitam mais uma vez pagarem, juntamente com os demais trabalhadores, o ônus de um plano de estabilização que acentua a concentração de renda no país. Nas AGs das ADs Seções Sindicais que ainda não aderiram à greve é necessário que os docentes discutam fraternalmente a responsabilidade perante os colegas das ADs SSind que já aderiram manifestando-se também favoravelmente à greve e à unidade nacional do nosso movimento. A conjuntura indica possibilidades concretas de sensibilização do governo que se transformarão em negociações efetivas dependendo da força do movimento.

Em Tempo: Em contato mantido hoje com o chefe de gabinete da presidência o CNUG foi informado de que o Presidente Itamar reconhece a justeza das reivindicações e recomendará ao Ministro Canhim que receba o comando e estabeleça mesa de negociação.

Relatório da Audiência MEC/ANDES-SN (26.04.94)

GREVE O MOMENTO É AGORA: PERDE MENOS QUEM LUTA MAIS

A audiência foi acertada com o Secretário Executivo do MEC, em decorrência da apresentação pela ANDES-SN em 14.03.94, da pauta de reivindicações em relação à Isonomia entre as IFES, conforme deliberado pelo XIII Congresso. A audiência ocorreu em torno dos 5 pontos apresentados: 1) Extensão administrativa em todas as IFES dos Planos Econômicos; 2) Negociação do pagamento dos passivos trabalhistas; 3) Projeto de lei revogando incorporação quintos de FG e CD; 4) Plano Nacional de Capacitação e Projeto de Carreira para as IES.

1 e 2) - O Secretário lembrou os esforços do Ministro pela incorporação dos 26,06% do Plano Verão, inclusive com vários memorandos à SAF e empenho pessoal neste sentido. Contudo reafirmou que sobre os 84,32% referente ao Plano Collor a decisão de Governo continuava contrária à concessão baseada em súmula STF. Assim o MEC continuaria agindo e só pagaria quando transitado em julgado e recorreria até a última instância, como exige a lei. O MEC reafirma que a questão é geral e envolve todo o pessoal do serviço público, neste sentido cobramos do MEC uma intervenção rigorosa em relação a questão da Isonomia. O Secretário Executivo lembrou a tramitação do DPC no Congresso, do qual dependia a Carreira dos servidores das Universidades. Retrucamos que o MEC não necessitava da aprovação do DPC para então discutir a Carreira das IFES.

Foi proposta a reativação da Comissão pelo Secretário ao que respondemos que nunca nos opusemos a essa discussão e que deveria ser feita conjugada com tabelas salariais.

3) O MEC concordou, mas realça as dificuldades que esta questão suscita.

4 e 5) Plano de Carreira/Capacitação - Discussão que foi feita com os representantes das CAPES que ficaram de analisar nossas propostas, oportunamente será feito Cronograma de discussão com o MEC.

Ao final o Secretário se comprometeu a encaminhar por escrito o resultado dessa reunião e as disposições do MEC.

A ofensiva neoliberal coloca para o conjunto dos trabalhadores um quadro de extrema dificuldade, agravado pelo desemprego, recessão e arrocho salarial. No Brasil ela se materializa com a ofensiva do setor privado contra o setor público através da Revisão Constitucional e do Plano FHC.

No plano ideológico ela busca quebrar a espinha dorsal da organização dos trabalhadores em especial os sindicatos, incentivando ações de caráter corporativista que privilegiam ações no plano institucional e que fragmentam a unidade da luta dos trabalhadores. Essa conjuntura extremamente danosa aos interesses dos trabalhadores favorece ainda concepções que naturalizam as relações da sociedade capitalista, amortecem a disposição de luta e as perspectivas mais generosas de construção de outro tipo de racionalidade social e induzem à já identificada integração passiva à ordem. As direções dos movimentos sociais e em especial as sindicais e políticas que se colocam na perspectiva do trabalho, tem nesta conjuntura enorme responsabilidade política.

Na última reunião ampliada da executiva de nossa central foi considerada de fundamental importância a greve unificada dos SPFs que se iniciava naquele momento enquanto instrumento de ação contra a revisão constitucional e o plano FHC. Face a dimensão do enfrentamento ao projeto das elites do país, a avaliação indicou que todo o esforço deve ser conduzido para ações capazes de unificar o conjunto das lutas que vem se travando isoladamente. Esta é a tarefa da CUT neste momento. O calendário proposto e aprovado aponta nesta perspectiva e na direção da tentativa de unificação das lutas capazes de na segunda semana de maio construir a greve geral.

Neste sentido, a greve nacional dos SPFs fortalece esta perspectiva ao apontar as razões e a necessidade dos trabalhadores reagirem a mais um plano escorchante e eleitoreiro. Reconhecemos todas as dificuldades até o momento, porém, o quadro da greve dos SPFs demonstra disposição de luta. Mais da metade dos servidores estão em greve, o que sinaliza a necessidade de fortalecimento de novas adesões especialmente das nossas ADs ainda com dificuldades de mobilização. É preciso compreender que a luta

ADINFORMA Nº 07- ADUFPB-JP/SSind - Filial à CUT- 09/05/1994

Caixa Postal 5001 Centro de Vivência UFPB - 58.051-970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil (083) 224.3801

ASSINTE - ASSOCIACAO NACIONAL DE SERVIDORES PUBLICOS - UNICAO NACIONAL DE TRABALHADORES DA EDUCACAO SUPERIOR

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**
Filiada à CUT

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Congresso 004/90 - CEP 70810-070
Campus de Universidade de Brasília
Brasília - DF 70910-000
FAX (061) 2743305
Fones (061) 348-2830 / 347-3022
347-4208

15

A plenária definiu três eixos centrais na pauta: (i) recuperação das perdas salariais provocadas pelo Plano; (ii) Isonomia; e (iii) Política Salarial.

Estes eixos demandam uma ação combinada de pressão sobre o Executivo exigindo negociação e sobre o Congresso para que este acate as emendas dos trabalhadores à MP 482 (FAX 004/CNG/ANDES-SN/94). Estas ações devem se dar em Brasília e nos estados combinando-se com a jornada de lutas da CUT. Para isso, recomenda o CNG/ANDES:

- Adesão à greve por parte das AD's S.Sind. que ainda não o fizeram, pois, sem uma greve forte, será difícil o governo recuar na mesa de negociações;

- Organizar e participar das manifestações públicas, particularmente junto aos SPF's e os trabalhadores rurais, nos atos chamados "GRITO PELA TERRA", que ocorrerão no dia 11/05, em todas as capitais;

- Enviar com urgência FAX's ou telegramas para os membros da Comissão Mista que analisa a MP 482 (reunião dia 10/05), solicitando a aprovação das emendas do Movimento Sindical (ver FAX 004/CNG/ANDES-SN/94). Membros da Comissão Mista:

TITULARES	TEL (061)
RONAN TITO	PMDB/MG 321-7333
JOSÉ FOGAÇA	PMDB/RS 321-7333
ODACIR SOARES	PFL/RO 226-3894
ESPERIDIÃO AMIN	PPR/SC 321-7333
JOSÉ RICHA	PSDB/PR 321-7333
FRANCISCO ROLLEMBERG	PMN/SE 311-1024
NEY MARANHÃO	PRN/PE 224-7903
LUIS EDUARDO	PFL/BA 318-2906
NEUTO DE CONTO	PMDB/SC 318-2637
FRANCISCO DORNELLES	PPR/RJ 318-2512
JOSÉ ANIBAL	PSDB/SP 318-2624
RAUL BELÉM	PRN/MG 318-2206
MÁRCIA SIBILLIS	PDT/RJ 318-2950
ROBERTO FRANCA	PSB/PE 318-2427

SUPLENTES (RESPECTIVAMENTE)	
GILBERTO MIRANDA	PMDB 311-1044
CÉSAR DIAS	PMDB 311-1043
JOÃO ROCHA	PFL 311-1013
LEVY DIAS	PPR 311-1328
MÁRIO COVAS	PSDB 226-1745
AUREO MELLO	PRN 321-7333
JOSÉ JORGE	BLOCO 318-2408
LUÍS ROBERTO PONTE	PMDB 318-2445
JOSÉ LOURENÇO	PDS 225-3297
JACKSON PEREIRA	PSDB 318-2923
ADENIR ROCHA	PDC 318-2437
CARLOS A. CAMPISTA	PDT 318-2325
ÁLVARO RIBEIRO	PSB 318-2417

REFLEXÕES SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR SOB RELAÇÃO CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO. Ou, COMO POR O HOMEM EM PRIMEIRO LUGAR?

Claudete Coelho Guedes*

A fome é um fenômeno generalizado no mundo, nesta passada de século.

Fruto das relações de produção que condenam a população a consumir cada vez menos do que produz, devido ao encolhimento da participação dos salários na riqueza criada.

Nos EE.UU., os grandes ricos conviviam, nos anos setenta, com população anêmica, por falta de ferro e com fome de calorias, atingindo 10% das famílias residentes em cidades (Galante et alli, 1975).

O MAPA DA FOME, no século XX, engloba países com diferentes níveis de desenvolvimento da produção industrial e agrícola, e com uso de tecnologias em diferentes graus.

Desde 1946, os estudos da FAO (1ª Pesquisa sobre a Fome) apontavam para o ponto crítico alcançado hoje. Ali já se indicava que um quarto (25%) da população mundial não consumia as calorias mínimas diárias. Atualmente, são mais de 3/4 nesta situação, pois cerca de 80% da população do planeta não come o minimamente suficiente.

De lá para cá muita terra agrícola foi retirada de cultivo e muitas vacas leiteiras foram retiradas da ordenha, nos EE.UU. como na Europa, para proteger os preços de mercado. A lei maior do sistema - o lucro - se sobrepõe às necessidades da população.

A diminuição dos cultivos alimentares por culturas de exportação, a desintegração da policultura em favor da monocultura, nos países em

desenvolvimento, faz parte da lógica do mercado.

Os países mais desenvolvidos produzem os excedentes que os menos desenvolvidos necessitam. Os governos compram as safras e organizam com elas o PMA das Nações Unidas.

Numa perversa inversão das coisas, a lógica do lucro obriga países e povos a mendigarem de governos que lhes subtraem seus excedentes de forma dolosa, por conivência de elites despreparadas para tangerem seus próprios negócios e muito menos para governar a coisa pública.

A CAMPANHA CONTRA A FOME choca-se com interesses internos e externos. Ela já quase não é mais vista nas TVs. A população dá mostra de cansaço. O Governo, nas esferas federal e estadual, tem a fome como um entalo. Os municípios não tem meios, sozinhos, para resolver o problema.

Que rumos a Campanha vai tomar? Haverá uma 2ª fase? Como ela deverá ser?

E nossas ações, em que elas contribuem? Que correções elas precisam ter?

A UFPB está chamada a cumprir importantes tarefas nesta Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

* Profª DDP/CCJ/UFPB

GREVE E ATIVIDADE DOCENTE

Jaldes Reis de Meneses*

A recente crise em que mergulhou o movimento docente local (duas Assembléias com decisões contraditórias entre si) talvez traga alguma consequência positiva: debater impasses que surgiram na UFPB acerca da identidade da categoria e da especificidade do trabalho docente. Essas duas questões - a da identidade e a da especificidade -, no fundo, dão consistência aos discursos que afloram nas Assembléias contra ou a favor da forma de luta greve.

O problema da especificidade do trabalho intelectual no capitalismo é tema antigo. Cito aqui duas reflexões importantes e de enormes consequências políticas e organizativas: a de Weber e a de Gramsci. Para Weber, a expropriação do trabalhador em relação a seus instrumentos de trabalho não aconteceu no capitalismo, apenas na esfera da vida fabril, mas da vida social em geral. Sobre o trabalho intelectual, escreve ele: antes do capitalismo "(...) o antigo docente e o professor universitário trabalhavam servindo-se da biblioteca e dos meios técnicos que obtinham por si mesmos ou que eles próprios faziam construir: de tal modo, os químicos, por exemplo, construíam o material que era indispensável para o ensino dessa atividade científica. Em contrapartida, a massa das forças trabalhadoras atuais no âmbito da atividade universitária, sobretudo os assistentes dos grandes institutos, encontram-se, nessa perspectiva, na mesma condição que um operário qualquer. Podem ser despedidos a qualquer momento. No âmbito do instituto, não tem qualquer direito diferente dos do operário no âmbito da fábrica. Devem comportar-se conforme o regulamento vigente, exatamente como os operários. Não têm qualquer título de propriedade sobre o material, as máquinas ou os aparelhos que são usados em um instituto químico ou físico (grifo nosso). Tudo isso é, portanto, propriedade do Estado, administrada porém pelo diretor do instituto que recebe por essa tarefa os respectivos honorários, ao passo que o assistente recebe por essa tarefa uma retribuição que, no essencial, não se calcula de maneira diferente do salário de um operário especializado" (Weber, Conferência sobre o Socialismo, pp. 97-98). Gramsci, por outro lado, em abordagem que pode ser tomada como complementar a Weber, enfatiza o caráter coletivo

e especializado do trabalho intelectual na modernidade, em contraponto à figura isolada e diletante do intelectual tradicional; por isso, Gramsci distinguia o trabalho intelectual das academias de letras do das universidades: "Estas duas instituições são, atualmente, independentes uma da outra; as academias são o símbolo, ridicularizado frequentemente com razão, da separação existente entre a alta cultura e a vida". (Gramsci, Os Intelectuais e a Organização da Cultura, p. 125).

As duas longas citações são importantes para demonstrar que a racionalidade do capitalismo, no lugar de afastar, aproximou os intelectuais das demandas do conjunto da sociedade. Neste sentido são modernas a forma de luta greve e a organização sindical dos docentes universitários. Por isso, a organização sindical de professores é fenômeno mundial, geralmente ocorrendo paralelamente à modernização da sociedade. Em que espaço os docentes podem lutar por melhores salários? Em que espaço podem reivindicar melhores condições de trabalho? Se problemas existem no espaço sindical - e eles são muitos e graves -, estes devem ser abordados por dentro dele, mas jamais negando a existência desse espaço.

Assim sendo, não tem sentido negar a priori a forma de luta greve. Cada greve é diferente da outra. Menos inteligente ainda é sacar o argumento - transposto de um mal marxismo às avessas - de que a greve é ineficaz entre docentes porque estes não produzem mais-valia (!?). Contudo, os docentes produzem conhecimento, uma mercadoria no capitalismo contemporâneo (pós-Muro de Berlim, como gostam alguns) tão importante quanto a extração da mais-valia.

Encerro, citando uma terceira autora muito inteligente, Mariléia Chauí: "A ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, deixando de ser mero suporte do capital para se converterem em agentes de sua acumulação. Consequentemente, mudou o modo de inserção dos cientistas e técnicos na sociedade (tornaram-se agentes econômicos diretos) e a força capitalista encontra-se no monopólio dos conhecimentos e da informação". (Chauí, De Alianças, Atrasos e Intelectuais, Caderno Mais-FSP, p.8)

*Prof. do Departamento de História/CCILA/UFPB

conjunta com os SPFs coloca a luta do MD em outro patamar.

Somente a luta unificada pelas demandas inadiáveis dos trabalhadores brasileiros será capaz de viabilizar a construção e a vitória do projeto democrático e popular. Tarefa que em hipótese alguma se esgota e se subordina ao calendário eleitoral de 1994.

Niterói, 29.04.94.

Comando Local de Greve/ADUFF/SSind

A SEGURIDADE SOCIAL NO ÂMBITO DO PROJETO NEOLIBERAL

Você sabia que...

. O projeto neoliberal se expressa na Seguridade social, a partir da ótica do estado mínimo que apregoa a diminuição dos gastos com as políticas sociais?

. A proposta de Revisão da Seguridade Social cria as condições legais e institucionais para PRIVATIZAÇÃO desta área?

. Esta proposta mesmo que não seja aprovada pelo Congresso Revisor poderá ser viabilizada em outro momento?

. Na melhor das hipóteses, o valor do benefício é limitado a 5 (cinco) salários mínimos.

. A proposta extingue a cobertura de acidentes de trabalho, o décimo-terceiro salário dos aposentados, a ajuda a dependentes de segurados de baixa renda e a pensão aos dependentes e cônjuge por morte do segurado?

. Uma das consequências é a perda da APOSENTADORIA INTEGRAL para todos os servidores públicos e da aposentadoria por tempo e por idade, para o conjunto dos trabalhadores?

INFORME-SE

Leia o documento elaborado pelo GT - Seguridade Social da ANDES-SN, distribuído na Assembléia do dia 03/05. Participe do GT-Seguridade Social da nossa entidade. Reunião dia 11/05 (quarta-feira) às 9h 30min, na sede da ADUFPB-JP.

Eleições para o Conselho de Representantes da ADUFPB-JP

De acordo com o Regimento da ADUFPB-JP/SSind, artigo 19, a Diretoria Executiva convoca os sindicalizados para a Eleição do Conselho de Representantes nos dias 24, 25 e 26 de maio de 1994, momento em que haverá também as eleições para a Diretoria da ANDES-SN.

Art. 19 - "O Conselho de Representantes, órgão deliberativo da ADUFPB-JP/SSind, é constituído por representantes de cada unidade do Campus I da UFPB eleitos, com seus suplentes, em votação secreta pelos associados pertencentes à mesma unidade".

§ 2º - "A composição do CR dependerá do número de associados existentes em cada unidade, obedecida a proporção de um (01) para cada quarenta (40) sindicalizados, garantindo o mínimo de um (01) representante por unidade."

As inscrições deverão ser feitas na sede da ADUFPB-JP/SSind até o dia 20 de maio de 1994, constando o nome do representante e respectivo suplente.

Composição do Conselho de Representante:

CENTROS	Nº SÓCIOS	Nº REPRESN.
CCSA	132	03
CCEN	278	07
CCHLA	465	12
CCS	488	12
CE	184	05
CT	167	04
CCJ	61	01

**Participe do Conselho de Representantes
Mobilize-se!**

ADINFORMA Nº 07 - ADUFPB-JP/SSind - Filiada à CUT - 09/05/1994

Caixa Postal 5001 Centro de Vivência UFPB - 58.051-970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil (083) 224.3801

Opinião

ESTADO E TRIBUTO

Iremar Bronzeado*

Nós brasileiros estamos ainda à míngua de uma verdadeira revolução copernicana no que concerne à conceituação do Estado e do seu sustentáculo financeiro, o tributo.

Nestê país, até professores universitários, pressupostos portadores de mínima racionalidade esclarecedora do mundo fenomênico, ainda acreditam na visão ingênua do senso comum de que o seu patrão é o governo porque dele é que recebem o contracheque de seu salário. Tal como a sociedade pré-copernicana tinha como verdade suprema o dogma do geocentrismo porque a verdade era aquilo que eles viam: o sol e os outros astros girando em torno da tranquila imobilidade da terra.

O patrão não é o capataz. O patrão é quem fornece o dinheiro ao capataz. A greve dos trabalhadores injustiçados só aparentemente é contra o chefe imediato. Na verdade ela é contra aquele que paga ao seu preposto. E ela só terá eficácia se atingir o bolso de quem paga.

O dinheiro que paga o salário dos servidores públicos não vem nem dos ricos nem dos empresários, como tenta nos impingir a mentira tributária dos governos que, anualmente, oferecem como embuste, prêmios e banquetes às grandes empresas, apresentadas por eles como os grandes contribuintes. Tanto os industriais como os comerciantes não passam de meros arrecadadores de impostos, que, religiosamente repassam ao custo das mercadorias que produzem ou vendem.

Ou seja, ao fim e ao cabo, afora a precária compensatoriedade do imposto de renda, são os sujeitos, os indivíduos, os cidadãos, de todos matizes, pobres e ricos, negros e brancos, que, como consumidores, arcam com a responsabilidade da grande massa tributária que sustentam o Estado e os serviços públicos. Aí incluídos até os nascituros, que ainda não pagam, mas, mesmo antes de nascer, já provocam atos tributários. Não esqueçamos que também fazem parte desta massa os excluídos: os favelados, os descamisados, os miseráveis, os famintos, e mesmo os meninos de rua, que são tributados quando compram a cola que cheiram. São estes sobre quem recai o maior peso da carga tributária. E é contra o seu maltrapilho bolso que o servidor público investe quando abandona outras formas de luta sindical e apela para a greve.

* Profª Filosofia/CCHLA/UFPB

Opinião

PAPA-ESTADO

F. Lucio Pereira*

Há um demônio que volteia os funcionários. Sejam lá de que escala ou tipo que sejam. Nome desse demônio. Aliás, demônio deveras brasileiro. Seu nome: PATERNALISMO. O vocábulo destronca-se de "paternal". Já se vê o radical latino: pater = pai. Os entendidos, os que adoram falar difícil, saem com esta: "E a formulação doutrinal ou a racionalização de uma doutrina política e administrativa que se funda nas seguintes premissas: 1) quem comanda (rei, presidente, chefe de empresa etc) detém, para com os súditos um poder paternal: por um lado tem plena autoridade sobre eles, por outro, responsabiliza-se pela sua manutenção e atendimento as suas necessidades, 2) os súditos são tratados como menores incapazes de participar nas decisões que lhes interessam".

O brasileiro... que adora ser empregado do Governo, sem o pensar e sem o perceber, arrota "paternalismo" por todos os poros! Não desconheço que o paternalismo, aqui e acolá, tenha trazido um certo lenitivo à brutalidade da tirania. No entanto, e veja-se a sutil ironia: espera-se tudo do "papa-Governo", da "baba-Nação", uivando e berrando por mais e melhores salários (até certo ponto justo), mas cruzando os braços para se quedar em ociosidade e deflagrar greves e greves (sempre por tempo indeterminado) e botar o calçãozinho de praia e "XAUZINHO" trabalho. Uma semana. Duas semanas. Três semanas. Quatro semanas. E no fim do mês... lá está o dinheirinho depositado na conta. E tome contra-cheque no bolso e continuemos farrando.

Assim já é demais. "Homê... vá ser paternalista assim na ... baixa do sapateiro! Não sei por onde passa a linha divisória entre a hipocrisia social e a reivindicação justa da dignidade humana. Quem sabe, talvez só eles o saibam! Precisa-se, contudo, e muito, purificar a idéia de autoridade e obediência. Alguns dos grandes valores do passado, como obediência e autoridade, estão reduzidos a ZERO. Obedecer é coisa de animais. Autoridade é coisa de tirano. E isto que se inocula na cabecinha vazia de centenas de jovens, inclusive os que frequentam os "tamboretês" das Universidades. A juventude de hoje, obediência soa como nota desafinada. Coisa de escravo. Dai o CAOS que se infiltra nas consciências do HOJE.

EM-DIA, assaltando a célula-mãe da sociedade, a família, em fase de putrefação!!...

Escrevo essas coisas, algumas delas grávidas de polémica, sei disso. Escrevo por conta do dia 28 de abril, Dia da educação. E o que nos falta. Desgraçadamente, o Brasil vem sofrendo desse mal. A grande culpa é dos governos que se sucedem sem atacar de frente o problema, em CIACS, CIECS, CIOCS, CIUCS e raios que os partam! E, diante disso e de algo mais, eis o conselho que dou a quem me ler: ARREGAÇAR

AS MANGAS e trabalhar. CULTURA vem de "cultivar". Cultive-se o espírito. Cultive-se a personalidade. Cultive-se a solidariedade. Cultive-se a autenticidade. Há soluções para todos os nossos problemas e parte dessa solução está dentro de cada um de nós. Oxalá que a Educação não PARE um só dia, pois, do seu trabalho é que colheremos a CULTURA.

(*)Educador & Jornalista

Opinião

CÂNCER DO COLO UTERINO - Prevenir é a solução

O Câncer do Colo Uterino no nosso meio é ainda um problema de saúde pública e como tal deve ser tratado. Dentre todos os cânceres que podem afetar a mulher, o câncer do colo exibe no Brasil aproximadamente (22,3%) no Nordeste (33,06%) e na Paraíba (31,06%) altos índices, afetando as mulheres no auge da sua vida produtiva, retirando-a do convívio familiar. Isto porque, dentre outras causas, a nossa população feminina tem, na sua grande maioria o perfil do alto risco para o câncer de colo. Com baixa condição sócio-econômica, promiscuidade, multiparidade, múltiplos parceiros e alta exposição à doenças sexualmente transmissíveis, atualmente com ênfase as infecções por vírus (HPV + HSV). Paradoxalmente este câncer pode ser curado se diagnosticado precocemente na chamada fase pré-invasiva.

Bastaria que os prestadores de serviço de saúde garantissem à população feminina a realização rotineira dos exames preventivos.

Na segunda década deste século, Hinselmann na Áustria introduzia o Colposcópico, um aparelho próprio para o diagnóstico precoce de lesões incipientes no colo do útero e finalmente, em 1951, Papanicolaou nos Estados Unidos, descobria e apresentava à classe médica o método de estudo da citologia esfoliativa do trato genital inferior, a colpocitologia. Este método é o ideal

Rosa Maria Gomes Paiva*
para rastreamento populacional devido a sua fácil aplicabilidade e relativo baixo custo.

Hoje, perto do 2º milênio, o Brasil vem perdendo a batalha de combate ao câncer. Há 10 anos atrás tínhamos uma cobertura populacional de 10% e atualmente esta cobertura, conforme dados do Ministério da Saúde, caiu para 7%.

É necessário que se retome o espaço para educação da população, sendo dever das sociedades médicas e do Estado propiciar os meios de acesso às informações sobre prevenção do câncer à toda população.

A Sociedade Brasileira de Patologia do Trato Genital Inferior e Colposcopia, Capítulo da Paraíba, realizará o III Simpósio Internacional da especialidade, para profissionais médicos, de 01 a 05 de junho de 1994, no Centro de Convenções do Hotel Tambaú. Paralelamente, acontecerá no dia 02/06, às 18:30 horas, um "Forum Popular" aberto à comunidade leiga sobre o câncer do colo do útero. Lá estaremos informando, ensinando e respondendo questões, abrindo um espaço que esperamos usar periodicamente para repassar informações úteis para a saúde da mulher.

* Presidente do Capítulo da Paraíba da SBPTGIC
Profª do DMI/CCS/UFPB.

NEM PNEUMOTÓRAX, NEM TANGO ARGENTINO (*)

Avessos ventos têm percorrido o Centro de Ciências da Saúde no atual processo de mobilização da categoria docente. Pensámos estar frente a um processo de radicalização historicamente inédito nesse Centro, quando se colocou a proposta de paralisação das atividades didáticas, por falta de condições de trabalho, resultante da greve dos funcionários da UFPB, segundo a alegação feita na reunião extraordinária do Conselho de Centro, realizada no dia 04 de maio.

No entanto, cedo se caracterizou a intenção de independizar essa deliberação do conjunto do movimento docente, e reiteradamente se frisou a característica administrativa dessa iniciativa, a qual estaria visando "resolver" uma situação de fato instalada: a ausência de professores das salas de aula, uma vez deflagrada a greve dos funcionários da UFPB.

Frente a essa argumentação, a última reunião da ADUFPB-JP realizada no CCS, em 05 de maio, definiu a necessidade de que se aprofundassem os elementos presentes, hoje, no trabalho docente, não só em tempos de greve, mas também, e principalmente, em tempos de "normalidade", quando tudo parece correr satisfatoriamente, embora essa impressão se apoie mais no mundo das aparências, que no cotidiano real que estudantes e professores se vêem obrigados a enfrentar.

Creemos ser importante ressaltar que se trata de uma iniciativa que nos dá a oportunidade de refletir sobre o trabalho docente, sobre o sentido do mesmo e sobre o seu papel, partindo das dificuldades que hoje são vivenciadas por todos.

Trata-se de tomar iniciativas que reflitam o momento nacional, em que se detecta uma disposição de mobilizar-se para enfrentar os problemas do país e das regiões, materializando-se, por exemplo, no "Movimento da Cidadania", nos trabalhos autônomos com menores carentes, entre outros.

Tais ações refletem a disposição de enfrentar aqui e agora esses problemas, os quais vinham sendo ignorados ou minimizados até agora.

Voltemos à área da saúde: neste momento, vive-se uma situação caótica, que, por um lado manifesta-se na crise dos serviços de saúde, e por outro é assumido como um fato consumado, tomado com suma indiferença pelo conjunto dos professores, que é a péssima qualidade do ensino que damos aos profissionais que estamos formando.

Já é tempo de que comecemos a perguntar-nos sobre todas as implicações éticas que advêm dessa situação. Até quando vamos suportar a diferença de tratamento entre pacientes? Até

quando vamos estar submetidos à lógica de regular nossa prática pela capacidade de pagamento dos indivíduos? Até quando vamos permitir que nossos alunos exerçam suas funções sem a nossa orientação?

Não podemos seguir modelando a atenção dada à comunidade, na dependência do serviço em que esta ocorre, perdendo toda perspectiva de dignidade do nosso trabalho.

Hoje fala-se muito de projetos alternativos para o país, de movimentos pela ética na política, na vida, de ações da cidadania para combater a miséria, etc.

Assim, há que se fazer a pergunta sobre qual é a nossa parte no resgate daquilo que temos de melhor: a crença e o respeito pela vida, e como vamos fazer para que o nosso ensino/assistência possa ocorrer dentro de um clima de dignidade para os alunos e a comunidade que dele participam.

Tal construção deverá passar pelas discussões, é verdade, mas também - e principalmente - pela implementação de ações que visem recuperar o valor do nosso tempo docente. Que mostrem que o tempo utilizado com o aluno e na Universidade (no sentido amplo) são valiosos e não devem ser desperdiçados e nem tornados de forma pouco séria, tornando a sala de aula algo supérfluo e descartável.

Frente a essas questões, discutidas no dia 05 de maio, propôs-se que essas ações se configurassem na elaboração de propostas de resgate da vocação docente-assistencial do CCS, pela construção de um projeto alternativo de ensino-pesquisa-extensão que possa trazer para uma mesma frente, todos aqueles interessados em transformar esta Universidade em um polo avançado de saber. Partindo de uma vontade coletiva e de um adequado processo de articulação, podemos conferir viabilidade a esse trabalho e às transformações que se fizerem necessárias.

Nesse momento, já não estaremos buscando soluções paliativas para um paciente terminal, nem estaremos bailando um tango argentino em tom de farsa, mas sim teremos em nossas mãos, a responsabilidade e o projeto de uma nova forma de ensinar e de ser docentes, na estrutura universitária brasileira.

(*) Texto produzido a partir das discussões ocorrida na reunião, convocada pela ADUFPB-JP/SSind, dos professores do CCS no dia 05.05.94.

(06/1994)



Publicamos, como ENCARTE ESPECIAL, o Calendário Escolar da UFPB - Campus I, período 94.1.

A LUTA CONTINUA!

O encerramento da greve dos docentes do Campus I da UFPB no dia 31 de maio passado caracteriza, com certeza, um novo momento das lutas desenvolvidas pela categoria e por sua entidade representativa, a ADUFPB-JP/SSind.

Em que pese a ausência até o presente momento de conquistas efetivas relativas à nossa pauta de reivindicações, é preciso que sejamos capazes de fazer uma avaliação que também contemple os seus desdobramentos a médio e longo prazos. Esta é uma tarefa que se coloca para todos nós professores e que exigirá, ainda que às custas de um redobrado esforço, nossa mobilização para acompanharmos com atenção a evolução da conjuntura.

Nesse quadro, nosso entendimento, enquanto direção política do

movimento, é de que nos cabe encaminhar com competência e agilidade as ações necessárias ao desenvolvimento de nossa luta nas suas diversas frentes. Desse modo, por exemplo, na esfera jurídica, como pode ser visto neste boletim, reafirmamos a continuidade dos procedimentos que a entidade vem adotando e nossa convicção de sua plena pertinência.

Finalmente, gostaríamos de ressaltar a importância da participação da categoria nas atividades promovidas por nossa AD/SSind como forma de manter aceso o essencial debate político no seio do nosso movimento.

Diretoria Executiva
ADUFPB-JP/SSind

Ações Judiciais

A Diretoria da ADUFPB-JP, comunica aos sindicalizados que o NPD/UFPB finalizou os cálculos de todas as ações ganhas até o presente (84,32%; 26,05%; 26,06% e 16,19%). Estes cálculos corrigem os atrasados destas ações até março de 1994 e serão encaminhados conjuntamente com a Procuradoria Jurídica da UFPB às Juntas de Conciliação e Julgamento respectivas para que estas encaminhem ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região. Nas mãos deste, o mesmo procederá o envio do precatório para inclusão dos valores no Orçamento da União.

84,32%

A Assessoria Jurídica da ADUFPB-JP informou (06.06.94) que a ação rescisória relativa aos 84,32% ainda encontra-se no Gabinete do Juiz Relator Armando de Brito.

AVALIAÇÃO DO CNG/ANDES-SN

Após mais de quarenta dias em greve, o movimento atinge um ponto de inflexão, para além do qual o seu prosseguimento nesta forma de luta encontra dificuldades. Conforme expresso no documento do CNUG do dia 02.06.94, a greve se restringe, atualmente, a FENASPS, que tem indicativo de saída para o dia 06.06/94, à ANDES-SN e à FASUBRA-Sindical.

O movimento percorreu, fundamentalmente, duas etapas: a luta contra a MP 482, através da inserção de emendas de interesse do movimento sindical, e a luta pela isonomia entre os Três Poderes da União.

Durante a tramitação da MP do Plano Econômico no Congresso Nacional o governo foi obrigado a editar três vezes a Medida Provisória e a fazer concessões a setores das elites para a sua aprovação. A greve dos SPFs cumpriu, naquele momento, um papel importante. O movimento tinha clareza que a luta contra a MP significava, para o conjunto dos trabalhadores em geral e para os SPFs em particular, a perspectiva da recuperação das perdas salariais e da definição de uma política salarial. Somos a categoria mais prejudicada com o Plano.

Nesta fase o governo não reconheceu a greve que já atingia 53% dos SPFs e não abriu negociações com o CNUG. O STF, posicionando-se sobre o mandato de injunção da CSPB, abriu espaço para o governo ameaçar o movimento com punições. A partir daí, a mídia, que até então ignorava a greve, passou a destacar a sua "ilegalidade", contribuindo para a formação de opinião contra a greve, confirmando a intenção governista de desmobilização do movimento.

Após a aprovação da MP, a greve dos SPFs se coloca em outro contexto. O governo inicia uma série de manobras protelatórias com relação às reivindicações do movimento. A greve é reconhecida. Consegue espaço na mídia e se mantém apesar das ameaças, mas não se amplia.

Com a greve, a questão da isonomia que estava sendo protelada há mais de um ano, se recoloca com a ativação da Comissão de Isonomia entre os Três Poderes no âmbito da SAF.

Preocupado em garantir o sucesso do Plano FHC, o governo insiste nas ameaças, aposta no desgaste do movimento e condiciona a implantação da isonomia à disponibilidade de recursos.

A pressão das caravanas e a presença da CUT, através do Presidente Vicentinho, junto com as

entidades sindicais e o CNUG, em audiência com o Presidente da República, foram fundamentais para que se obtivesse do governo o compromisso público de negociações e de aceitação da substituição do corte de ponto pela compensação dos dias parados.

No entanto, as negociações que aconteciam na SAF passam a ser mediadas pela Fazenda, que expressa a não disponibilidade de recursos utilizando como base de cálculo a receita tributária líquida ao invés da receita global.

O movimento passa então a ter embates sucessivos no sentido de desmascarar a metodologia utilizada pelo governo para omitir a existência de recursos para implantar a primeira fase da isonomia.

Embora este momento coincida com o descenso da mobilização, com a greve restrita praticamente à ANDES-SN e à FASUBRA-Sindical, o movimento resistiu e ninguém do governo foi capaz de contestar a justiça da metodologia por nós utilizada na definição das possibilidades dos recursos disponíveis para a implantação da isonomia.

Este embate é de fundamental importância pois permite trazer à tona o grau de manipulação em torno das questões orçamentárias, cujo objetivo é, da parte do governo, ter o controle sobre os recursos públicos visando garantir o sucesso de uma organização de um Estado mínimo, privatizado e de interesse de setores minoritários da sociedade. Ao mesmo tempo em que responsabiliza o setor público e os gastos com o funcionalismo pela desorganização do Estado, omite o significado dos gastos públicos com os serviços das dívidas interna e externa.

A assinatura do relatório da isonomia é uma conquista do movimento dos SPFs e expressa que o governo reconhece a necessidade de serem tomadas medidas concretas para que se atinja a isonomia. A greve colocou na ordem do dia esta antiga reivindicação e obrigou o governo a retomar sua discussão e seu encaminhamento. Também o recuo do governo quanto às punições, suspendendo o corte de ponto, constitui-se em uma vitória da greve que se legitima enquanto instrumento de luta à despeito da decisão do STF.

O relatório prevê, numa primeira etapa, a extensão dos 28,86% ao poder executivo, a unificação das tabelas um e dois e a passagem da GAE para 170%. Numa segunda etapa, a construção de uma matriz isonômica entre os Três Poderes e a incorporação das gratificações.

Embora o relatório coloque no horizonte a isonomia desejada pelos SPFs, duas questões permanecem pendentes. A primeira diz respeito aos prazos de sua implantação, não definidos no relatório. A segunda, se refere às alegações por parte da área econômica do governo acerca da não disponibilidade de recursos, o que já foi contestado pelos estudos realizados pelo movimento grevista e apresentados à Comissão de acompanhamento da receita.

Estas questões, por si só, poderiam justificar a necessidade de continuidade da greve. Entretanto, seria necessário que a greve dos SPFs estivesse num nível de mobilização maior do que o que apresenta neste momento.

A dificuldade deste quadro de mobilização demonstrada pelo fato da maioria das entidades nacionais terem se retirado do movimento, aponta para o término da greve dos SPFs.

A perspectiva de encaminhamento de uma greve específica das IFES proposta por algumas ADs, foi discutida pelo CNG-ANDES-SN. Majoritariamente o CNG-ANDES-SN decidiu não indicá-la ao movimento. Isto por considerá-la inviável em função do nível de adesão dos docentes à greve dos SPFs e pela própria necessidade de se construir no interior das IFES uma discussão mais ampla sobre esta questão que possa oferecer perspectivas de êxito. Além disso, verifica-se que as pautas comum e específica estão intimamente ligadas no que diz respeito às perdas e à isonomia.

Deve permanecer, entretanto, que a conjuntura que se coloca para os trabalhadores em geral e para os SPFs em particular é a do enfrentamento: *perdas salariais, calote da inflação de 15 a 20 dias na implantação do real, arrocho salarial, cortes dos gastos públicos, privatização e implantação do projeto político neoliberal em curso*. Além disso, devemos manter a luta por nossas reivindicações como *DPC, Seguridade, Aposentadoria Integral* etc.

É fundamental ainda ter em mente que as negociações em torno da implantação da isonomia que defendemos não se esgota com a greve. Isto requer, de nossa parte, um atuação firme e continuada em relação às ações do governo e no Congresso Nacional.

CNG-ANDES-SN

**Comando Nacional Unificado de Greve
(CNUG/SPFs)**

O PRESIDENTE ITAMAR CUMPRIRÁ SEU COMPROMISSO?

Em 25 de maio/94 houve uma audiência do Comando de Greve dos Servidores Públicos e do Presidente da CUT, Vicentinho, com o Presidente Itamar Franco. O Presidente da República assumiu o compromisso de que, se houver recursos, implantará imediatamente a 1ª etapa da proposta de isonomia salarial entre os servidores públicos da União. Essa proposta foi definida por uma comissão composta por representantes do governo e dos servidores públicos, prevendo, inicialmente, a definição de uma tabela única de vencimentos para os servidores do executivo, a extensão a todos do reajuste de 28,86% que vem sendo pagos ao legislativo e judiciário e a unificação da GAE (ou gratificação análoga) no valor que já vem sendo pago a alguns setores (170%).

O GRÁFICO-I mostra a redução drástica da participação das despesas de pessoal nas receitas correntes da União. Isso reflete, essencialmente, o grave arrocho salarial vivido pelos servidores nos últimos anos (GRÁFICO II), especialmente durante o governo Collor. Esse é o retrato da degradação dos serviços públicos essenciais para a população ou da desestruturação das atividades estratégicas para o desenvolvimento auto-sustentado do país.

A luta do servidor para reverter este quadro tem sido intensa e neste momento esperamos que o governo Itamar cumpra com o compromisso assumido. Os Balanços Orçamentários da União, publicados no Diário Oficial da União, evidenciam um crescimento real das suas Receitas Correntes, resultado de um necessário mas ainda insuficiente combate à sonegação fiscal (GRÁFICO III). Projeções sobre esses dados apontam que neste ano estas receitas deverão atingir um patamar de US\$ 107 bilhões, cerca de US\$ 13 bilhões acima do que está previsto

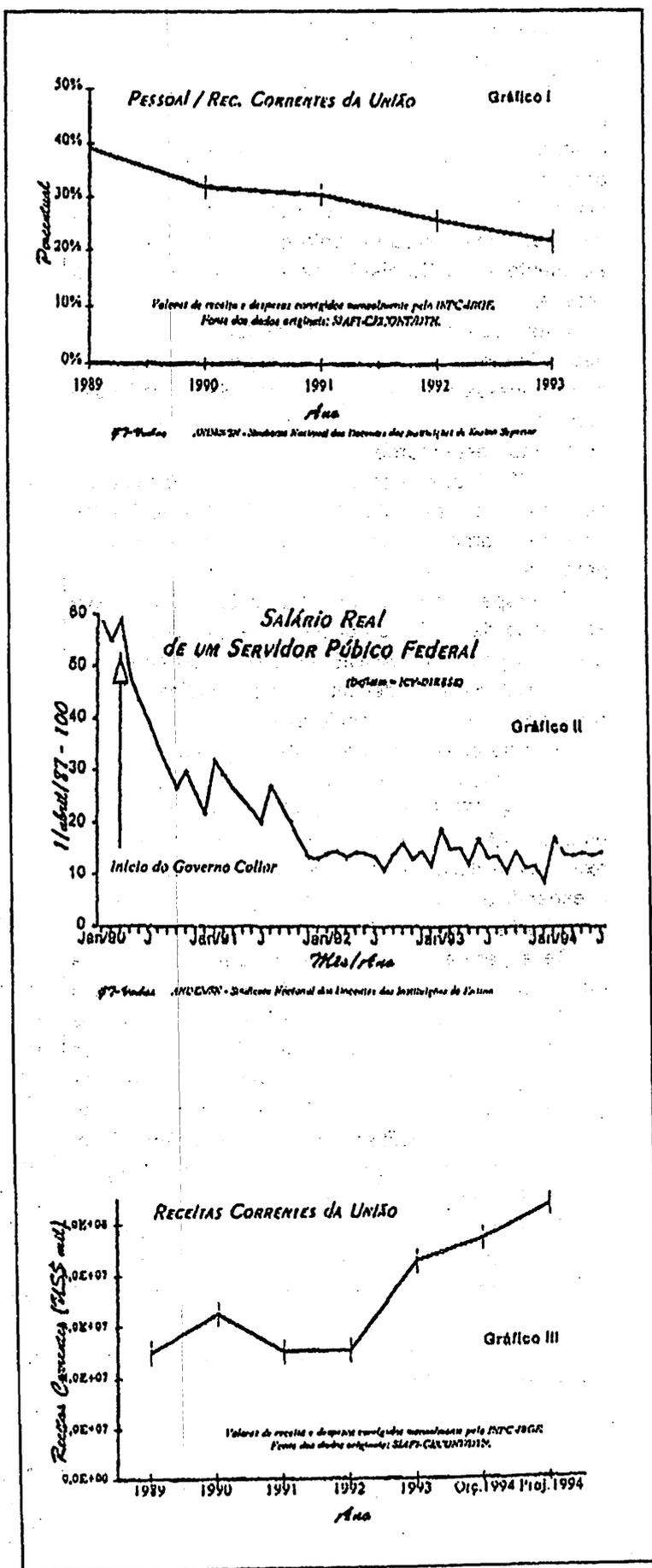
na última versão do Orçamento/94. Fica claro, portanto, que o governo dispõe de recursos mais que suficientes para implementar a 1ª etapa da isonomia, o que diminuiria as distorções salariais vigentes no interior dos serviços públicos e aliviaria um pouco a grave situação de penúria vivida pela maior parte dos servidores.

Entretanto, o desenvolver dos fatos não são alentadores. A área econômica do governo quer que a comissão que está sendo formada para apurar a disponibilidade de recursos, limite seu espaço de análise às receitas tributárias líquidas. Isso inviabilizaria qualquer reajuste pois essas receitas raramente têm sido suficientes para o pagamento completo das despesas de pessoal. Configura-se uma manobra que, mais uma vez, visa penalizar aos servidores e aos serviços públicos, enquanto recursos volumosos são desviados para pagamento de juros escorchantes aos especuladores do sistema financeiro.

Reiteramos nossa expectativa de que o governo Itamar cumpra com o compromisso público assumido e utilize parte do incontestável crescimento das receitas da União para o atendimento desta demanda.

PROFESSOR SINDICALIZADO

Solicitamos ao professor sindicalizado procurar a sede da ADUFPB-JP, falar com NANA, o mais breve possível, para atualizar seu endereço (residencial). Dessa forma as correspondências da AD chegarão com maior brevidade em sua casa.



CALENDÁRIO ESCOLAR DO PERÍODO 94.1

A reunião do CONSEPE, realizada no dia 07.06.94, aprovou os calendários de aulas para os 7 *campis* da UFPB.

Aqui em João Pessoa, as aulas do Período 94.1 serão encerradas no dia 16.09. Veja a seguir como ficou o calendário.

D A T A S		E V E N T O S
ABRIL 1994		
04 a 08	2a. a 6a.	Matrículas em disciplinas do período 94.1
11	2a. feira	INÍCIO DO PERÍODO 94.1
11 e 12	2a. e 3a.	Ajustamento de matrícula
19	3a. feira	INTERRUPÇÃO DO PERÍODO 94.1
JUNHO 1994		
06	2a. feira	REINÍCIO DO PERÍODO 94.1
23 e 24	5a. e 6a.	São João - feriado escolar
JULHO 1994		
22	6a. feira	Último dia para trancamento de matrícula
AGOSTO 1994		
05	6a. feira	N.S. das Neves - Padroeira da Cidade de João Pessoa - Feriado Municipal
22 a 26	2a. a 6a.	Período para solicitar a dilatação do prazo para conclusão do curso.
SETEMBRO 1994		
07	4a. feira	Independência do Brasil - Feriado Nacional
16	6a. feira	TÉRMINO DO PERÍODO 94.1
17 a 22	sáb. a 5a.	EXAMES FINAIS
23	6a. feira	Último dia para entrega dos relatórios de notas à CODESC
30	6a. feira	Início das solenidades de Colação de Grau do período 94.1
OUTUBRO 1994		
15	sábado	Término das solenidades de Colação de Grau do período 94.1.

CALENDÁRIO DE AULAS DO PERÍODO 94.1 - UFPB - CAMPUS I

2a. FEIRA	3a. FEIRA	4a. FEIRA	5a. FEIRA	6a. FEIRA	SÁBADO	DIAS LETIVOS
ABRIL/94 4 11(I) 18	12	13	14	15	16	07
JUN/94 06(R) 13 20 27	07 14 21 28	08 15 22 29	09 16 23(F) 30	10 17 24(F)	11 18 25	20
JUL/94 04 11 18 25	05 12 19 26	06 13 20 27	07 14 21 28	01 08 15 22 29	02 09 16 23 30	26
AGO/94 01 08 15 22 29	02 09 16 23 30	03 10 17 24 31	04 11 18 25	05(F) 12 19 26	06 13 20 27	26
SET/94 05 12 19(E)	06 13 20(E)	07(F) 14 21(E)	01 08 15 22(E)	02 09 16(T)	03 10 17(E)	13
DIAS 17	LETIVOS 16	15	15	14	15	92

Convenção:

- (I) - Início do período letivo
- (R) - Reinício do período letivo
- (T) - Término do período letivo
- (E) - Exames Finais
- (F) - Feriado

(07/1994)



**CURSO:
SINDICALISMO E SOCIEDADE**

Profª Graziela de Oliveira

(Deptº Economia/CCSA)

A partir do dia 02.08.94

SÓ PARA SINDICALIZADOS

Inscrições abertas na ADUF PB-JP

**CARTA DO XXVIII CONAD SOBRE
A QUESTÃO ELEITORAL**

A ANDES-SINDICATO NACIONAL, reunida no seu XXVIII CONAD, na cidade do Recife, nos dias 30 de junho a 4 de julho de 1994, dirige-se ao conjunto da sociedade para expressar a necessidade da construção de um Projeto Alternativo Democrático-Popular. A estruturação do poder público em nossa sociedade sempre foi marcada pela abusiva privatização. Hoje mais do que nunca, se amplia este processo, com a conseqüente ampliação, entre outros, da fome, da miséria, do controle ideológico sobre os meios de comunicação de massa e da amplificação da exclusão social.

O projeto neoliberal, implementado no país por Collor e continuado pelo governo Itamar, não apenas tentou destruir os serviços públicos fundamentais para o conjunto da sociedade, mas também tratou de impedir a resistência da população. Pelo uso abusivo da comunicação de massa, o governo e os setores privatistas procuraram caracterizar os setores democráticos que atuam no sentido de tornar público o Estado, como inimigos da sociedade, interessados apenas na manutenção de seus "privilégios". Os dominantes tentaram, sem sucesso, via revisão constitucional, ampliar essa privatização.

O processo eleitoral, ora em andamento, mantidas as práticas políticas dominantes, deverá transcorrer sob o signo da despolíticação e da deseducação do conjunto da sociedade. E atuará no sentido de legitimação dessa privatização e exclusão. A manipulação ideológica e a sonegação de informações deverão ser as formas de sua realização. O processo objetivo de exclusão social atuará no sentido do maniqueísmo político.

A lei eleitoral, aprovada pelo Congresso, é objetivamente uma condição de conformação da opinião pública. Acoplada à legalização do abuso do poder econômico, essa conformação centra-se na manipulação ideológica e na sonegação das informações. Nesse sentido, a ANDES-SINDICATO NACIONAL se associa ao conjunto das entidades que colocam a necessidade de um "Ombudsman" como instrumento democrático de controle da ação da mídia.

O conjunto do Movimento Social Organizado, na perspectiva de ampliar a possibilidade de eleições democráticas, deve:

- reafirmar a democracia social como condição de criação da oportunidade de reverter a enorme injustiça social e econômica do país;
- exigir a lisura, a ética e a democracia nas eleições;
- denunciar e atuar contra toda e qualquer possibilidade de violência, manipulação e sonegação das informações e sabotagens ao processo.

Democracia, educação e cidadania, na perspectiva de fortalecer o público e reverter a apropriação privada do Estado, será o eixo norteador da construção de um projeto que permitirá amplificar e potencializar nossa linha de intervenção na complexa conjuntura nacional. Mais do que nunca, trata-se de ampliar a luta pela desprivatização do público; pela construção coletiva da educação, da saúde, da ciência e tecnologia, pela construção da democracia real e de uma cidadania das mais amplas camadas da sociedade brasileira.

ASSEMBLÉIA GERAL, 20 JULHO 1994, 9:00H, AUD. 411 CCHLA

ADINFORMA Nº 10 - ADUF PB-JP/SSind - Filial da CUT - 20/07/1994

Caixa Postal 5001 Centro de Vivência UFPB - 58.051-970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil (083) 224.3801

CARTA DE RECIFE - XXVIII CONAD

O XXVIII CONAD reuniu-se na cidade de Recife, no período de 30 de junho a 04 de julho de 1994. Neste CONAD a nova Diretoria da ANDES-SN (1994/1996) tomou posse. Estiveram presentes 58 ADs/SSind, 48 delegados, 116 observadores, 4 ex-diretores convidados e outros 3 convidados.

Analisando a conjuntura brasileira, o CONAD reafirmou a centralidade do momento eleitoral como sendo aquele em que dois projetos de sociedade estão em confronto. Por um lado, se percebe a necessidade de por fim ao quadro de brutalidade e violência no campo e na cidade, à extrema concentração de renda e à conseqüente exclusão social da imensa maioria da população e por outro, à tentativa de fortalecer ainda mais esse quadro. A construção do Projeto Alternativo Democrático e Popular foi o tema central deste CONAD e tem seu fundamento os eixos de Democracia, Educação e Cidadania, na perspectiva de fortalecer o espaço do público e reverter a apropriação privada do Estado. Para tal, a ANDES-SN, as ADs/SSind e os GTs devem organizar materiais que consubstanciem o esboço da conceituação e articulação daqueles eixos básicos. É preciso mobilizar todos os setores em defesa do ensino público e gratuito e contra a intervenção do projeto neoliberal em nosso país.

O XXVIII CONAD, tendo essa perspectiva, a partir das resoluções de Viçosa, deliberou que a ANDES-SN, suas ADs/SSind e seus GTs deverão elaborar propostas setoriais (Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia, por exemplo). Tais propostas depois de aprovadas pelo XXIX CONAD deverão ser apresentadas à Direção da CUT, discutindo-se a necessidade de constituição de um Fórum, para a efetivação do Projeto Democrático-Popular. Propomos que a CUT encaminhe o Projeto a seus Departamentos e Confederações. A posição da CUT poderá ser tomada em uma Plenária Nacional específica para este tema. Definida a posição da CUT, esta deverá ser encaminhada ao Fórum proposto para debate com outras entidades democráticas e com o movimento social organizado.

O CONAD aprovou uma moção (Carta do XXVIII CONAD) sobre a questão das eleições e a ANDES-SINDICATO NACIONAL apóia e faz sua a iniciativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas da criação de um OMBUSDMAN NA MÍDIA durante o processo eleitoral e expressa sua reafirmação da democracia social como valor capaz de criar a oportunidade de reverter a enorme injustiça social e econômica do país, o que exige lisura, ética e democracia nas eleições, e condena a tolerância em relação à violência, a manipulação e às tentativas de sabotar o processo eleitoral.

Continua cada vez mais premente a efetivação do nosso Projeto de Universidade e nesse sentido, recolocou-se a necessidade de efetivar ações concretas no sentido de impedir que propostas contrárias a seus princípios sejam incluídas no Projeto de Lei que regulamentará a autonomia de gestão financeira e patrimonial nas IFES (art. 165 da Constituição Federal), e de envidar todos os esforços para aprovação, em caráter de urgência, da LDB. Também no referente à questão da Avaliação Institucional deverão ser realizadas ações visando a garantir um processo definido pelo XII Congresso (Viçosa). Tudo isto na perspectiva da qualificação dos docentes e da implementação de uma carreira que potencialize essa qualificação.

O Sindicato aprofunda o debate sobre diretrizes para a elaboração e concretização de um Plano Nacional de Educação. E, na perspectiva da construção de um Projeto Alternativo Democrático e Popular, realizará um ampla campanha nacional em defesa da escola pública, em articulação com entidades representativas dos movimentos sociais organizados, nacionais e internacionais.

O Sindicato deve atuar junto ao CRUB, MEC e Congresso Nacional, visando a comprometé-los com a implantação da carreira e do projeto de Universidade. No referente a Ciência e Tecnologia, dar-se-á continuidade aos esforços para estabelecer e consolidar Fórum de C&T e Desenvolvimento, instância concebida como democrática e socialmente representativa da elaboração e controle das políticas de desenvolvimento científico e tecnológico, definição de princípios a serem observados na elaboração de um modelo de financiamento para a pesquisa científica e tecnológica; e encaminhamentos de ações, destacando-se o estreitamento de relações com a CUT sobre C&T.

Quanto à Questão Agrária, a ANDES-SN intensificará sua participação nos fóruns já constituídos para traduzir em políticas socialmente necessárias a solução do problema agrário. No mesmo sentido, face à brutal situação agrária e a necessidade de aprofundar o conhecimento e a busca de soluções se coloca a necessidade de repensar os currículos universitários, tanto nos cursos de Agronomia quanto nos currículos de Ciências Sociais e Economia no referente à questão agrária.

A ANDES-SN denuncia o brutal recrudescimento da violência no campo e afirma a vinculação existente entre a questão indígena e a questão agrária.

Nosso Sindicato tem como elemento central de política de Seguridade Social, a defesa do SUS, na perspectiva de construção de uma proposta de

atenção à saúde não excludente, resolutive e de qualidade. A ANDES-SN entende como necessidade urgente a deflagração de campanha voltada para o esclarecimento da população sobre a saúde como direito de cidadania, de responsabilidade do Estado e sob controle social, sem fins mercantis. Para tanto, nossa inserção na CUT permitirá uma maior eficácia.

No quadro internacional, devemos fortalecer a Confederação de Educadores Americanos (CEA) visando ao aprofundamento da constituição de uma perspectiva sindical classista em nível continental. Nesse sentido, realizar, em conjunto com as regionais Cone Sul e Andina da CEA seminários sobre organização sindical daqueles países e ações comuns na região.

Devemos intensificar nosso processo de inserção na CUT. Trata-se não apenas de regularizar a situação financeira com as CUTs estaduais - tarefa política urgente e necessária - mas também de construir em conjunto com os diferentes departamentos e confederações da Central, propostas que respondam ao conjunto dos problemas sociais, na perspectiva dos movimentos sociais organizados. Nesse sentido, participar das campanhas propostas pela Central de denúncia e esclarecimento sobre a continuidade da implementação do projeto neoliberal, em especial o chamado plano de ajuste econômico.

Sobre o Setor dos Docentes das Universidades Estaduais, nosso Sindicato deverá construir uma maior organicidade e uma maior periodicidade de reuniões do setor buscando construir uma pauta nacional unificada, carreira única a partir do projeto da ANDES-SN, piso salarial unificado. Lutar pela construção de mecanismos de formação de assessorias no interior do movimento que possam analisar os Orçamentos Estaduais e municiar o movimento nas Campanhas Salariais, além de defender o financiamento público daquelas instituições. Nesse sentido, devem ser criados

Fóruns Estaduais. O Sindicato, no seu conjunto, tem como tarefa fundamental a expansão do setor.

No referente ao Setor dos Docentes das Instituições Privadas de Ensino Superior (IPES), a ANDES-SN deverá produzir um diagnóstico sobre o setor que aponte quantas e quais são as IEES privadas no país, as condições de funcionamento, as relações sociais de trabalho e organizações docentes. Intensificar a nossa participação no Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação da CUT e buscar construir os Departamentos Estaduais. Manter sistematicamente, audiências com o MEC, questionando o papel deste no que tange às práticas vigentes e contrárias à posição do MD, em relação à transferência de recursos públicos para universidades privadas, às concessões para funcionamento de novas IPES, e retomar a fiscalização das já existentes. Dado o crescente uso do conceito de universidade comunitária é absolutamente necessário aprofundar sua análise como forma de garantir o princípio da escola pública e gratuita.

O CONAD verificou a ampliação do número de Seções Sindicais da ANDES-SN, com a homologação da Associação de Docentes da Faculdade de Educação - ADFAED/UEDESC/SSind (Universidade do Estado de Santa Catarina - Campus de Florianópolis) e da Associação de Professores da Faculdade de Engenharia de Joinville - APROJEF/UEDESC/SSind (Universidade do Estado de Santa Catarina - Campus de Joinville). O CONAD se pronunciou pela necessidade de negociar com a Reitoria da Universidade Católica de Recife a cessão de espaço para a sede da ADUCAPE e tratamento democrático daquela autoridade universitária em relação ao movimento sindical docente. *Reativação do Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte da ANDES-SN e de História do Movimento Docente. Além disso, todos os GTs foram fortalecidos com a ampliação de participantes.*

XXVIII CONAD E A PARTICIPAÇÃO DA ADUFPB-JP

Apesar do esforço de realização de Assembléia Geral para escolha do delegado e observadores da ADUFPB-JP/SSind ao XXVIII CONAD (2 AGs convocadas - 21 e 28/06/94) por falta de quorum nossa AD não teve direito a eleger DELEGADO para o referido evento. Preocupados com a participação, a Diretoria Executiva, em reunião no dia 28.06.94, deliberou por indicar como OBSERVADORA da ADUFPB-JP/SSind, a Pro^{fa} Vera Amaral, presidente da entidade e, na perspectiva de possibilitar a participação dos sindicalizados da ADUFPB-JP/SSind, definiu que seriam credenciados, sem ônus para a entidade e de acordo com o regimento do XXVIII CONAD, todos aqueles que assim solicitassem.

Prestação de contas:

Despesa com Rateio*	R\$	2.041,81
Despesa com diárias (6 diárias)	R\$	161,71
Despesa com hospedagem	R\$	74,12
TOTAL.....	R\$.....	2.277,64

(*) Do Rateio, segundo Estatuto da ANDES-SN, participa 1 (um) observador caso a AD não tenha delegado, razão pela qual fomos incluídos no rateio. As diárias incluíam traslado João Pessoa/Recife/João Pessoa.

ADINFORMA Nº 10 - ADUFPB-JP/SSind - Filiada à CUT- 20/07/1994

Caixa Postal 5001 Centro de Vivência UFPB - 58.051-970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil (083) 224.3801

PRESTANDO CONTAS

Vera Lúcia do Amaral e Silva*

Como observadora designada pela Diretoria da ADUFPB-JP/SSind, participei do XXVIII CONAD, em Recife/PE, durante os dias 30 de junho a 04 de julho de 1994. Estiveram presentes no referido evento 58 ADs/SSind, 48 delegados e 116 observadores. A ADUFPB-JP/SSind participou com 3 observadores (1 (um) credenciado pela entidade e 2 (dois) credenciados sem ônus para a ADUFPB-JP/SSind (Maria do Socorro Xavier Batista e Maria Regina de V. Barbosa). Participamos, também, enquanto Diretoria, do GT de Seguridade Social (Prof. Severino Ramos) GT Sindical (Vera Amaral) e o Prof. Alexandre Náder e Lindemberg Medeiros como diretores da Regional Nordeste II da ANDES-SN.

Neste AD/INFORMA queremos divulgar para a categoria o relato da nossa participação:

Dia 30 de junho - Reunião do GT Sindical. **Pauta:** Situação Internacional; Plano de Lutas; V CONUT; Tarefas próximo período; Formação Sindical; Cronograma reuniões. **Discussão e deliberações:** O GT fez uma análise do biênio 92/94, cuja diretoria encerrava seu mandato naquele CONAD, avaliando o crescimento da ANDES-SN e a participação da mesma nos principais momentos da política nacional. Avaliou a necessidade da EXPANSÃO SINDICAL; sobre a situação internacional devemos fortalecer a CEA e trabalhar as divergências existentes entre propostas de modelos de universidade. Haverá um seminário em Santa Catarina na 3ª semana de outubro, cujo temário será a Defesa da Escola Pública. Discutiuse também a questão da Organicidade ANDES-SN/Entidades Internacionais. Avaliou-se como pequena a participação da ANDES-SN no V CON-CUT. Os outros temas foram remetidos para as duas reuniões do GT que ficaram assim agendadas: a 1ª, 6 e 7/08/94 e a 2ª, 3 e 4 de setembro. **REUNIÃO DO SETOR DAS FEDERAIS - Dia 01/07/94**

A reunião tratou basicamente da avaliação da última greve do setor. Reafirmou a necessidade da unidade com o conjunto dos SPFs e de intensificar a mobilização e o combate ao projeto neoliberal.

TEMÁTICA DO XXVIII CONAD

No tema I - Conjuntura e Movimento Docente -, a principal discussão e deliberação do CONAD foi a construção do Projeto Alternativo Democrático e Popular que segundo deliberação deve ser

fundamentado em três eixos: Democracia, Educação e Cidadania.

Reafirmou-se a necessidade da defesa do ensino público e gratuito.

No tema II - Projeto de Universidade -, foi discutida a política educacional, a questão da carreira e a proposta do GT de Ciência e Tecnologia. Reafirmou-se, neste tema, entre outros, o princípio da Isonomia salarial e de carreira.

O Tema III - Políticas Sociais -, abrangeu a questão da Reforma Agrária e Movimento Docente sendo aprovado que a ANDES-SN deve estimular debates com o objetivo de propor reformulações no interior das ciências agrárias, tendo em vista a discussão da questão agrária no conjunto das disciplinas, conteúdos, objetivos, bibliografia etc..., bem como participar da I Conferência Nacional sobre Política de Segurança Alimentar, em Brasília, 27/30 de julho/94.

Sobre Política de Seguridade Social foi aprovado o lançamento da campanha em defesa do SUS, bem como a necessidade da criação/reforço de GTs locais de Seguridade Social.

O texto do tema IV também foi aprovado com ligeiras modificações e acréscimos. Entre estes: "Aprofundar o conceito de Universidade Comunitária, desmascarando sua utilização pelas Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES) interessadas nos subsídios e isenções decorrentes do seu estatuto."

A Plenária do tema V - Questões Organizativas e Financeiras -, aprovou o Relatório financeiro do período de 1993 a maio de 1994, apresentado pela direção que terminava o mandato. Rejeitou o texto "Proposta para debate no MD" (Caderno de Textos, pg. 35 - Contribuição da ADUFPB/SSind.

Foram aprovados ainda os documentos Carta do Recife - XXVIII CONAD e a Carta do XXVIII CONAD sobre a questão eleitoral (Eleições Gerais de 1994), que reproduzimos, na íntegra, neste AD/INFORMA.

(*) Profª Deptª Nutrição/CCS; Presidente da ADUFPB-JP/SSind; Observadora designada pela DE da ADUFPB-JP/SSind no XXVIII CONAD.

Debate: SINDICALISMO E A NOVA ORDEM MUNDIAL

Data: 27 JULHO 96, 19:00h, Aud. CEF/Ag. Cabo Branco (Centro)

Debatedores: Dr. José Luis Coraggio (Inst. Fronesis); Dr. Marco Raul Mefia (CNEP/Colombia)

Promoção: UFPB, DETE/CUT, ADUFPB/JP, ADUEPB, SINTEP, SINTESPB, SINTEEMP, SNTAB SINTEM.

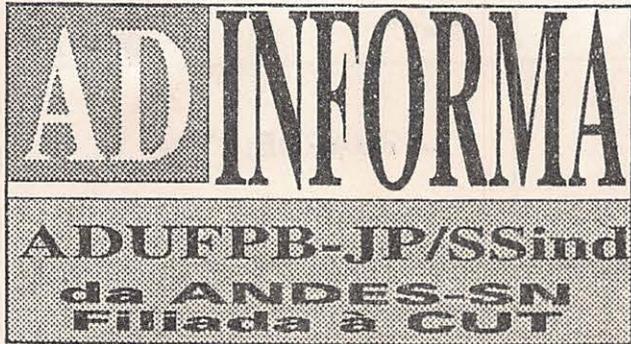
AD/INFORMA Nº 10 - ADUFPB-JP/SSind - Filiada à CUT- 20/07/1994
Caixa Postal 5001 Centro de Vivência UFPB - 58.051-970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil (083) 224.3801

Fax 2211358

Jose Carlos dos Anjos

Concio

(08/1994)



ABATE TETO DE MINISTRO

Professor que tem desconto no contracheque de abate teto de ministro ainda está em tempo de entrar com Mandado de Segurança. Procure a secretaria da ADUFPB-JP para maiores informações.

EDITORIAL

ISONOMIA: A LUTA CONTINUA...

Em 19 de abril, servidores públicos federais deflagram greve lutando para restabelecer um direito conquistado na Constituição de 88, a ISONOMIA SALARIAL ENTRE OS PODERES.

Nós, professores das Universidades Federais paralisamos nossas atividades por cerca de 30 dias em aproximadamente 50% das IFES.

A greve, se não trouxe ganhos imediatos, serviu para trazer para a ordem do dia a questão da isonomia. Foi então instalada uma comissão encarregada de estudar a "disponibilidade" financeira para a concessão da isonomia. A ANDES-SN participou desta comissão através do professor Américo Keer. Identificada a "disponibilidade" a área econômica do governo logo a questionou: os números, extraídos de documentos oficiais do próprio governo, foram contestados. Inicia-se então um longo processo de negociações e assistimos a imprensa noticiar com a maior "isenção" a posição/estratégia do governo no sentido de nos conceder o menor índice possível. Enquanto isso, instala-se o REAL e o PESADELO: perdemos com a inflação pré-real (25%) e com o não cumprimento da correção inflacionária do quadrimestre (o filme Collor se repete: até hoje estamos na justiça pelos 84,32%).

Finalmente, 4 meses depois, 17 de agosto de 1994, sai a Medida Provisória (MP) do Itamar com o que eles consideram a 1ª parcela da ISONOMIA.

Enquanto isso, estamos em pleno processo eleitoral. Dia 3 de outubro inicia-se o processo de eleição do novo presidente do Brasil.

É preciso que estejamos atentos para os "prazos" (veja na MP publicada neste ADINFORMA) governamentais para a implantação das próximas etapas: coincidentemente estão coladas aos prazos/resultados eleitorais. Estejamos atentos: a ISONOMIA é um DIREITO mas, a depender dos "ventos", só será implantada após muita luta.

Afinal, na queda de braço entre o governo neoliberal, o Plano FHC e os SPFs, a única garantia é a força, organização e vitalidade do nosso movimento. Você é parte dele. É preciso mobilizar: o neoliberalismo reduz a intervenção do Estado e nós, servidores do público, trabalhadores das universidades federais, temos muito a perder com a sua instalação no País. O nosso emprego e a Universidade pública brasileira estão ameaçados.

**A LUTA CONTINUA PARA
ALÉM DA ISONOMIA.
ISONOMIA JÁ!**

25 AGOSTO
DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO.
UFPB: ASSEMBLÉIA GERAL DOS DOCENTES
10:00H - AUD CENTRO DE EDUCAÇÃO

VIOLÊNCIA I

A ADUFPB-JP/SSind enviou um ofício a Secretária de Segurança Pública do Estado de São Paulo protestando contra o assassinato de dois dirigentes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), na Cidade de São Carlos, interior de São Paulo, na madrugada de 12 de junho.

VIOLÊNCIA II

O casal assassinado militava em diversos movimentos sociais e no sindicalismo, José Luis Sundermann e Rosa Hernandez foram barbaramente assassinados. A ADUFPB-JP/SSind está recolhendo assinaturas para um abaixo-assinado que será enviado ao Governador Fleury exigindo a apuração do caso.

COMUNICAÇÃO

Durante o período de 7 a 9 de setembro, estará sendo realizado o Seminário sobre Comunicação Social que a ANDES-SN promove em Salvador/BA. Este será o primeiro evento que irá reativar o Grupo de Trabalho (GT) sobre Comunicação e Arte, deliberado no XXVIII CONAD.

CENSO

A Superintendência de Recursos Humanos da UFPB ainda não concluiu o CENSO DOS SERVIDORES. Francisco de Assis Bezerra de Melo, Superintendente, informou à ADUFPB-JP/SSind que o censo está em fase de revisão dos formulários digitados.

APOSENTADORIAS

Encontra-se na ADUFPB-JP/SSind um parecer da Assessoria Jurídica Nacional sobre a contagem de tempo de serviço para aposentadoria de professores que exercem atividades extra-magistério. Procurar a Secretaria da entidade.

AGUARDE:

Um dos prazeres desta academia
é sair com você... por aí...e,
no final da tarde, às quintas-feiras, ir ao

AULA EXTRA,

junto à sede da ADUFPB-JP
...altas confidências...
altas articulações...

Um encontro. Um canto. Um
reencontro.

ASSEMBLÉIA GERAL**DIA 25 AGOSTO 94****10:00H - AUD DO CE**

MEDIDA PROVISÓRIA

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de Lei:

Art. 1º - Esta Medida Provisória dispõe sobre o processo de implantação da isonomia de vencimentos dos servidores do Poder Executivo com os dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público da União.

Art. 2º - A equiparação dos vencimentos básico dos servidores do Poder Executivo aos dos poderes Legislativo e Judiciário, bem como do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público da União, far-se-á de forma gradativa e nos limites das disponibilidades financeiras e orçamentárias da União, mediante a concessão das diferenças pagas, separadamente ou já incorporadas.

§ 1º - Para fins previstos no caput deste artigo, as tabelas de vencimento básico, assim definido na Alínea "A" do Inciso I do art. 1º da Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994, passam a vigorar, nos meses de setembro, outubro e novembro de 1994, na conformidade do disposto nos anexos I, II e III desta Medida Provisória.

§ 2º - A aplicação do disposto neste artigo, aos servidores civis que, por força de decisão judicial ou administrativa, já estejam percebendo vencimento básico equiparado aos das tabelas vigentes para o Poder Legislativo, far-se-á mediante compensação de valores, sem redução do valor do vencimento.

Art. 3º - Os percentuais da gratificação de Habilitação Militar, da indenização de Representação pelo exercício de posto ou graduação em situações normais e os do adicional de inatividades a que se refere o Anexo II da Lei nº 3.237, de 30 de setembro de 1991, para os meses de setembro, outubro e

novembro de 1994, passam a ser os constantes do Anexo IV desta Medida Provisória.

Art. 4º - No mês de novembro do corrente ano, o Presidente da República, ouvidos os órgãos competentes, adotará medidas legais necessárias à continuidade do processo de implementação da isonomia de vencimentos.

Art. 5º - Fica reconstituída a comissão a que se refere o Art. 6º da Lei nº 8.852, de 1994, com a composição e as atribuições nela previstas, cabendo-lhe promover estudos que objetivem, especialmente:

I - O agrupamento de cargos com atribuições iguais ou semelhantes, observando-se, ainda, a complexidade das tarefas, critérios de desenvolvimento, promoção, progressão e qualificação.

II - A implementação do disposto no Inciso I do Art. 3º da Lei nº 8.448, de 21 de julho de 1992.

III - O estabelecimento de critérios para incorporação ou alteração dos percentuais de gratificações, vantagens e adicionais.

IV - A elaboração da matriz de vencimentos.

Art. 6º - O disposto nesta Medida Provisória aplica-se, ao que couber, aos proventos da inatividade e às pensões decorrentes do falecimento de servidor público federal.

Art. 7º - As despesas decorrentes desta Medida Provisória correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 8º - Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Fica revogado o disposto ao § 1º do art. 1º da Lei Delegada nº 12, de 7 de agosto de 1992, com a redação dada pelo Art. 42, da Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994, e demais disposições em contrário.

Assistência à Saúde

A ADUFPB-JP/SSind promove junto com outras ADs e o SINTESPB a discussão do direito a assistência à Saúde. Conheça o Sistema Único de Saúde(SUS). Aguarde debate.

ANÁLISE PRELIMINAR DA MP NO QUE SE REFERE AOS DOCENTES

1. DOCENTES:

⊕ Reajuste de 12,98%;

⊕ Mantidos os STEPs;

⊕ Relação com servidores Técnico-Administrativos.

a) Piso Anterior: Auxillar 40h graduado: R\$ 162,00 - valor situado entre servidor Técnico-Administrativo de nível superior (Tab. II) D-V (R\$ 164,71) e D-IV (R\$ 158,96);

b) Piso da MP: Auxillar 40h graduado: R\$ 183,04 - valor situado entre servidor Técnico-Administrativo de nível superior (Tab. II) D-IV (R\$ 187,41) e D III (R\$ 181,14);

c) Teto da MP Idêntico ao anterior.

i - Anterior Tit. 40 Grad. R\$ 380,14 - corresponde ao Técnico nível superior (Tab. I) A-III (R\$ 380,14);

ii - MP Tit. 40h graduado - R\$ 429,50- corresponde ao Técnico nível superior (Tab. I) A-III R\$ 429,51 - diferença de R\$ 0,01.

Esta mesma análise se aplica à Tabela de Docentes de 1º e 2º graus.

A GAE não foi implantada nesta MP.

Uma avaliação será hoje realizada pela Coordenação das Entidades dos SPFs. Solicitamos que aguardem, pois a enviaremos junto com o relatório da referida reunião.

ANDES-SN, Brasília, 17 de agosto de 1994.

84,32% - COMO ANDA...

Até o dia 17 de agosto de 1994, quarta-feira, segundo relatório do TST, o processo dos professores que tem o ganho judicial dos 84,32% (Plano Collor) ainda estava no gabinete do Ministro Armando de Brito. Qualquer outra notícia estaremos imediatamente comunicando à categoria.

SEPROD - TST

17/08/94

ROAR - 105570/94.0

DATA DE INÍCIO DO PROCESSO: 14/08/94

PROCESSO TRT 13ª. REG. AR

** RECORRENTE (S)

CR 001J MPT13R

** RECORRIDO (S)

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL

EM 17.08.94

ORIGEM: 2 - NOVO C/ORIGEM NUM TRT

000062/92 REMETIDO 19/11/93

APE503 APL409

PAGINA 1

EM ANDAMENTO

, MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

, SIND NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE

ENSINO SUPERIOR - ANDES

DATA	SETOR	ANDAMENTO
14/03/94	SCA	2VOLS
23/03/94	AD	2 VOLS
05/04/94	GMAB	2 VOLS RELATOR
13/05/94	STP	SPRO
14/04/94	PGT	2 VOLS
18/05/94	STP	SPRO
20/05/94	GMAB	2 VOLS
06/06/94	GMAB	P22168/94.9 PROCURAÇÃO (ALVARO
08/06/94	SDI	SPUB/VISTA CONCEDIDA AO ADV.
04/07/94	SDI	P 027231/94.9 JUNTA PROCURAÇÃO
04/07/94	SDI	(VERA)
09/08/94	GMAB	CONCLUSÃO AO RELATOR P/ ESTUDO.

A seguir, publicamos: **GRÁFICO com a EVOLUÇÃO DO SALÁRIO REAL e as TABELAS SALARIAIS, para setembro, conforme Medida Provisória de 17.08.94, professores de 1º, 2º e 3º Graus.**

ADINFORMA Nº 11 - ADUFPB-JP/SSind - Filiada à CUT - 19 AGOSTO 1994

Caixa Postal 5001 Centro de Vivência UFPB - 58.051-970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil (083) 224.3801

Tabela de Remuneração Aplicáveis aos Professores de 1º e 2º Graus					
Classe	nível	20 horas		40 horas	
		Graduado		Graduado	
A	1	60,78		121,56	
	2	63,82		127,64	
	3	67,01		134,02	
	4	70,36		140,72	
B	1	74,58		149,16	
	2	78,31		156,62	
	3	82,23		164,45	
	4	86,34		172,68	
C	1	91,52		183,04	
	2	96,09		192,19	
	3	100,90		201,80	
	4	105,94		211,89	
D	1	112,30		224,60	
	2	117,92		235,83	
	3	123,81		247,62	
	4	130,00		260,00	
E	1	143,00		286,00	
	2	150,15		300,30	
	3	157,66		315,32	
	4	165,54		331,09	
Titular	U	198,65		397,30	

EVOLUCAO DO SALARIO REAL: JAN-JUL/1994

SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS

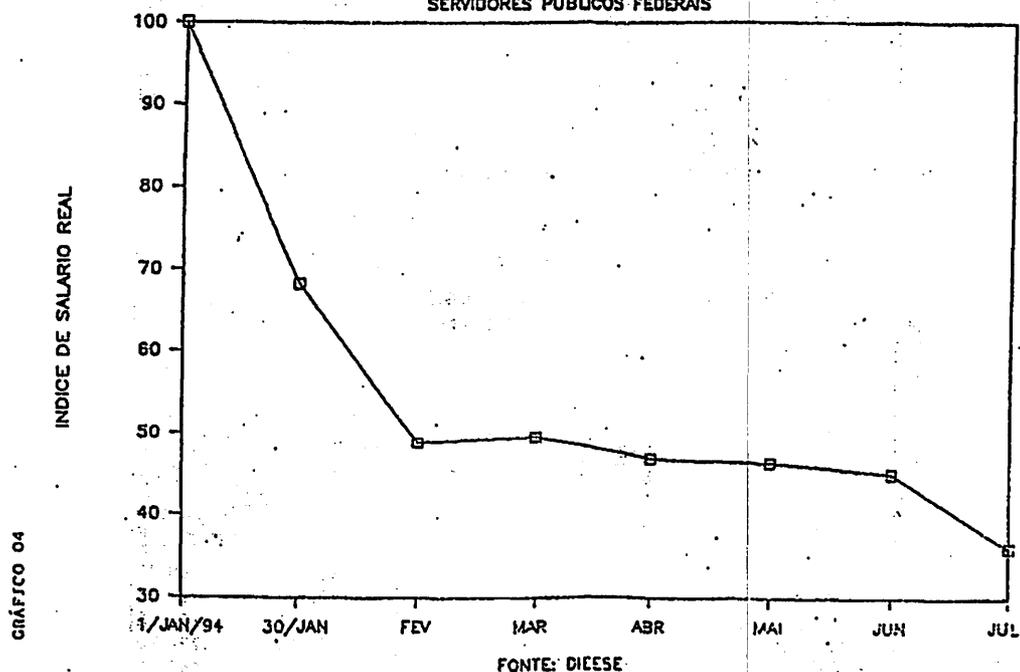


Tabela de Remuneração aplicáveis ao Magistério Superior - R\$						
20 horas						
classe	nível	graduado	c/aperfeiçoamento	c/especialização	c/mestrado	c/doutorado
%		100	105	112	125	150
Auxiliar	1	91,52	96,10	102,50		
	2	96,10	100,90	107,63		
	3	100,90	105,95	113,01		
	4	105,95	111,24	118,66		
Assistente	1	116,54	122,37	130,53	145,68	
	2	122,37	128,49	137,05	152,96	
	3	128,49	134,91	143,90	160,61	
	4	134,91	141,66	151,10	168,64	
Adjunto	1	148,40	155,82	166,21	185,50	222,60
	2	155,82	163,61	174,52	194,78	233,73
	3	163,61	171,79	183,25	204,52	245,42
	4	171,79	180,38	192,41	214,74	257,69
Titular		214,74	225,48	240,51	268,43	322,11

Observações: 1 - Os valores indicados na linha % indicam os percentuais com relação à coluna graduados. Por exemplo, um docente com mestrado recebe 25% a mais que outro, da mesma classe e nível, que tenha apenas a graduação.

2 - A diferença entre um nível e o imediatamente anterior, dentro de uma mesma classe, é de 5%.

3 - A diferença entre o nível 1 de uma classe e o nível 4 da classe mediante anterior, quando existir, é 10%.

Tabela de Remuneração aplicáveis ao Magistério Superior - R\$						
20 horas + GAE(160%) *						
classe	nível	graduado	c/aperfeiçoamento	c/especialização	c/mestrado	c/doutorado
%		100	105	112	125	150
Auxiliar	1	237,95	249,85	266,51		
	2	249,85	262,34	279,83		
	3	262,34	275,46	293,82		
	4	275,46	289,23	308,51		
Assistente	1	303,01	318,16	339,37	378,76	
	2	318,16	334,06	356,33	397,69	
	3	334,06	350,77	374,15	417,58	
	4	350,77	368,30	392,86	438,46	
Adjunto	1	385,84	405,14	432,14	482,30	578,76
	2	405,14	425,39	453,75	506,42	607,70
	3	425,39	446,66	476,44	531,74	638,09
	4	446,66	468,99	500,26	558,33	669,99
Titular		558,33	586,24	625,33	697,91	837,49

* - A Gratificação de Atividade Executiva (GAE), a partir de Junho/94, corresponde a 160%. Esse percentual incide sobre a rubrica VENCIMENTOS.

Tabela de Remuneração aplicáveis ao Magistério Superior - R\$						
20 horas + GAE(160%) + 84,32% **						
classe	nível	graduado	c/aperfeiçoamento	c/especialização	c/mestrado	c/doutorado
%		100	105	112	125	150
Auxiliar	1	438,59	460,52	491,22		
	2	460,52	483,55	515,79		
	3	483,55	507,73	541,57		
	4	507,73	533,11	568,65		
Assistente	1	558,50	586,42	625,52	698,12	
	2	586,42	615,75	656,79	733,03	
	3	615,75	646,53	689,63	769,68	
	4	646,53	678,86	724,12	808,17	
Adjunto	1	711,19	748,74	796,53	888,98	1.066,78
	2	748,74	784,08	836,35	933,43	1.120,12
	3	784,08	823,29	878,17	980,10	1.176,12
	4	823,29	864,45	922,08	1.029,11	1.234,93
Titular		1.029,11	1.080,58	1.152,60	1.286,38	1.543,66

** - O percentual de 84,32% incide sobre (GAE + VENCIMENTOS).

Tabela de Remuneração aplicáveis ao Magistério Superior - R\$						
40 horas						
classe	nível	graduado	c/aperfeiçoamento	c/especialização	c/mestrado	c/doutorado
%		100	105	112	125	150
Auxiliar	1	183,04	192,19	205,00		
	2	192,19	201,80	215,26		
	3	201,80	211,89	226,02		
	4	211,89	222,49	237,32		
Assistente	1	233,08	244,73	261,05	291,35	
	2	244,73	256,97	274,10	305,92	
	3	256,97	269,82	287,81	321,21	
	4	269,82	283,31	302,20	337,28	
Adjunto	1	296,80	311,64	332,42	371,00	445,20
	2	311,64	327,22	349,04	389,55	467,46
	3	327,22	343,59	366,49	409,03	490,84
	4	343,59	360,76	384,82	429,48	515,38
Titular		429,48	450,96	481,02	536,85	644,22

Tabela de Remuneração aplicáveis ao Magistério Superior - R\$						
40 horas + GAE(160%)						
classe	nível	graduado	c/aperfeiçoamento	c/especialização	c/mestrado	c/doutorado
%		100	105	112	125	150
Auxiliar	1	475,90	499,70	533,01		
	2	499,70	524,68	559,66		
	3	524,68	550,92	587,65		
	4	550,92	578,46	617,03		
Assistente	1	606,01	636,31	678,73	757,51	
	2	636,31	668,13	712,67	795,39	
	3	668,13	701,53	748,30	835,16	
	4	701,53	736,61	785,72	876,92	
Adjunto	1	771,69	810,27	864,29	964,61	1.157,53
	2	810,27	850,78	907,50	1.012,84	1.215,41
	3	850,78	893,32	952,88	1.063,48	1.276,18
	4	893,32	937,99	1.000,52	1.116,65	1.339,98
Titular		1.116,65	1.172,49	1.250,65	1.395,82	1.674,98

Tabela de Remuneração aplicáveis ao Magistério Superior - R\$						
40 horas + GAE(160%) + 84,32 %						
classe	nível	graduado	c/aperfeiçoamento	c/especialização	c/mestrado	c/doutorado
%		100	105	112	125	150
Auxiliar	1	877,19	921,05	982,45		
	2	921,05	967,10	1.031,57		
	3	967,10	1.015,45	1.083,15		
	4	1.015,45	1.066,23	1.137,31		
Assistente	1	1.117,00	1.172,85	1.251,04	1.396,25	
	2	1.172,85	1.231,49	1.313,59	1.466,06	
	3	1.231,49	1.293,06	1.379,27	1.539,36	
	4	1.293,06	1.357,72	1.448,23	1.616,33	
Adjunto	1	1.422,37	1.493,49	1.593,06	1.777,96	2.133,56
	2	1.493,49	1.568,16	1.672,71	1.866,86	2.240,23
	3	1.568,16	1.646,57	1.756,34	1.960,21	2.352,25
	4	1.646,57	1.728,90	1.844,16	2.058,22	2.469,86
Titular		2.058,22	2.161,13	2.305,20	2.572,77	3.087,32

Tabela de Remuneração aplicáveis ao Magistério Superior - R\$						
RETIDE						
classe	nível	graduado	c/aperfeiçoamento	c/especialização	c/mestrado	c/doutorado
%		100	105	112	125	150
Auxiliar	1	283,71	297,90	317,76		
	2	297,90	312,79	333,65		
	3	312,79	328,43	350,33		
	4	328,43	344,85	367,84		
Assistente	1	361,28	379,34	404,63	451,59	
	2	379,34	398,31	424,86	474,17	
	3	398,31	418,22	446,10	497,88	
	4	418,22	439,13	468,41	522,78	
Adjunto	1	460,04	483,05	515,25	575,05	690,07
	2	483,05	507,20	541,01	603,81	724,57
	3	507,20	532,56	568,06	634,00	760,80
	4	532,56	559,19	596,46	665,70	798,84
Titular		665,70	698,98	745,58	832,12	998,55

Tabela de Remuneração aplicáveis ao Magistério Superior - R\$						
RETIDE + GAE(160%)						
classe	nível	graduado	c/aperfeiçoamento	c/especialização	c/mestrado	c/doutorado
%		100	105	112	125	150
Auxiliar	1	737,65	774,53	826,17		
	2	774,53	813,26	867,48		
	3	813,26	853,92	910,85		
	4	853,92	896,62	956,39		
Assistente	1	939,32	986,28	1.052,03	1.174,14	
	2	986,28	1.035,60	1.104,64	1.232,85	
	3	1.035,60	1.087,38	1.159,87	1.294,49	
	4	1.087,38	1.141,74	1.217,86	1.359,22	
Adjunto	1	1.196,11	1.255,92	1.339,65	1.495,14	1.794,17
	2	1.255,92	1.318,71	1.406,63	1.569,90	1.883,88
	3	1.318,71	1.384,65	1.476,96	1.648,39	1.978,07
	4	1.384,65	1.453,88	1.550,81	1.730,81	2.076,98
Titular		1.730,81	1.817,35	1.938,51	2.163,52	2.596,22

Tabela de Remuneração aplicáveis ao Magistério Superior - R\$						
RETIDE + GAE (160%) + 84,32%						
classe	nível	graduado	c/aperfeiçoamento	c/especialização	c/mestrado	c/doutorado
%		100	105	112	125	150
Auxiliar	1	1.359,64	1.427,62	1.522,80		
	2	1.427,62	1.499,00	1.598,94		
	3	1.499,00	1.573,95	1.678,88		
	4	1.573,95	1.652,65	1.762,83		
Assistente	1	1.731,35	1.817,91	1.939,11	2.164,18	
	2	1.817,91	1.908,81	2.036,06	2.272,39	
	3	1.908,81	2.004,25	2.137,87	2.386,01	
	4	2.004,25	2.104,46	2.244,76	2.505,31	
Adjunto	1	2.204,68	2.314,91	2.469,24	2.755,84	3.307,01
	2	2.314,91	2.430,65	2.592,70	2.893,64	3.472,36
	3	2.430,65	2.552,19	2.722,33	3.038,32	3.645,98
	4	2.552,19	2.679,80	2.858,45	3.190,23	3.828,28
Titular		3.190,23	3.349,75	3.573,06	3.987,79	4.785,35

057/94

PROPOSTA DE PAUTA PLENÁRIA DOS SPF



EIXOS REIVINDICATÓRIOS

- \\ RECUPERAÇÃO DAS PERDAS
- \\ ISONOMIA
- \\ POLÍTICA SALARIAL PARA OS SPF
- \\ VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO
- \\ GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS
- \\ CONTRA DEMISSÕES ARBITRÁRIAS
- \\ IMEDIATA REINTEGRAÇÃO DOS
DEMITIDOS

Divulgação: ADUFPB-JP/SSind da ANDES-SN

II - PAUTA REIVINDICATÓRIA

II.1 - QUESTÃO SALARIAL

Política salarial que assegure a recuperação e manutenção dos vencimentos dos servidores públicos federais através da:

- a) reposição imediata de % em 01 de janeiro de 1995, referente a inflação ocorrida no período de janeiro a dezembro de 1994, calculada pelo ICV/DIEESE;
- b) reposição imediata de 583,18% relativo as perdas decorrentes da inflação no período de 01 de março de 1990 a 31 de dezembro de 1993.
- c) reajustes mensais de acordo com o índice de inflação, calculado pelo DIEESE. para todos os trabalhadores do serviço público federal;
- d) mudança da data-base dos SPF de 01 de janeiro de 1995 para 01 de maio de 1995.

II.2 - QUESTÃO ISONOMIA

1) REVISÃO DA ISONOMIA

- a) equiparação da remuneração dos membros dos três Poderes da União (ministro de Estado = membros do Congresso Nacional = ministro do STF);
- b) teto de vencimentos (vencimento básico + gratificações e vantagens de caráter permanente) para os três Poderes, de acordo com o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal;
- c) piso de vencimento-básico calculado na fração de 1/20 do teto, definido na letra "b", não inferior a 1 salário mínimo do DIEESE;
- d) adoção de tabela única de vencimentos-básicos para todos os servidores públicos federais, independentemente dos Planos de Carreira a que pertençam;
- e) unificação das Gratificações de Atividade (GAE, GAL etc) em 170% sobre o maior vencimento e imediata incorporação à tabela única de vencimentos-básicos;

f) adoção de critérios isonômicos para enquadramento de servidores de diferentes níveis (NA, N1, NS) de uma mesma instituição ou de instituições e órgãos de natureza assemelhadas;

- g) isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas, entre os servidores dos três Poderes;
- h) ajuste das curvas de vencimentos de acordo com os princípios acima.

2) PASSIVOS TRABALHISTAS

Abertura imediata de um processo de negociação com vistas:

- a) ao pagamento das perdas decorrentes do Plano Bresser (26,06%, de julho de 1987); do Plano Verão (26,05%, fevereiro de 1989) e do Plano Collor (84,32%, de março de 1990));
- b) a extensão dos reajustes de 45% (outubro/91) e de 28,86% (janeiro/93), concedidos aos militares, retroativo a data da concessão;
- c) a incorporação imediata dos percentuais referidos nas letras "a" e "b" aos vencimentos-básicos e proventos de aposentadoria e pensão, com todos os reflexos previstos em lei, inclusive com a correção dos saldos do FGTS;
- d) ao pagamento imediato das ações judiciais trabalhistas transitadas em julgado ou em julgamento.

II.3 - QUESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A rubrica do orçamento de 1995 "Dotação para Pessoa e Encargos sociais" deverá assegurar:

- a) a efetivação da isonomia no âmbito do Executivo e entre os três Poderes;
- b) a extensão das vantagens decorrentes do processo de isonomia aos proventos de aposentadoria e pensões;

- c) a manutenção do pagamento das aposentadorias e pensões com encargos exclusivos do Tesouro Nacional;
- d) as reposições e os reajustes mensais previstos nas letras "a" a "c" do item II.1(Questão Salarial);
- e) o pagamento dos passivos trabalhistas; e
- f) o pagamento dos precatórios.

II.4 - OUTRAS QUESTÕES ECONÔMICAS

- a) Desconto do adiantamento de férias em 12 parcelas iguais e sem correção;
- b) elevação do valor do auxílio-creche para 2 (dois) salários mínimos calculados pelo ICV/DIEESE;
- c) unificação dos valores das diárias pagas no Serviço Público Federal, tomando-se como parâmetro o maior valor;
- d) imediata implantação de mecanismos, visando aplicar tratamento isonômico aos servidores dos ex-territórios quanto a data do pagamento, a concessão dos benefícios percebidos pelos servidores públicos federais (auxílio-creche, auxílio-alimentação, vale-transporte etc);
- e) elevação do salário-família para, no mínimo, o instituído pela CLT;
- f) revisão do critério de concessão do adicional de localidade especial (Lei nº 8.270/91), visando atender outras demandas;
- g) instituição do auxílio-estudante aos servidores públicos federais e seus dependentes;
- h) computação do tempo de serviço público federal prestado pelos servidores ex-celetistas para efeitos de anuênio e licença-prêmio.

II.5 - PUNIÇÕES, DIREITOS SINDICAIS E ACORDOS

1) PUNIÇÕES

- a) revisão de todas as punições aplicadas aos servidores públicos federais em decorrência de participação em movimentos grevistas ou reivindicatórios, ocorridos a partir de 6 de outubro de 1988, assegurando:
 - a retirada das ocorrências registradas nas respectivas fichas funcionais, garantindo assim que não ocorra nenhum prejuízo de qualquer natureza sobre direitos e vantagens previstos na Lei nº 8.112/90;
 - a reintegração de todos os demitidos em decorrência de tais movimentos.
- b) ressarcimento dos prejuízos causados aos servidores colocados em disponibilidade;
- c) reintegração de todos os demitidos e considerados prescindíveis pela Reforma Administrativa do Governo Collor, ressarcindo aos mesmos os prejuízos financeiros decorrentes da demissão, em valores atualizados.

2) ACORDOS E DIREITOS SINDICAIS

- a) Estabelecimento do processo de negociação coletiva, adotando-se o contrato coletivo de trabalho, com vigência a partir de 1º de maio de 1995, negociando com o Ministério do Trabalho;
- b) retorno ao Ministério do Trabalho de todas as atividades desenvolvidas pela SAF, atinentes aos servidores públicos federais;
- c) cumprimento dos acordos firmados entre o governo e as entidades sindicais representativas dos servidores públicos federais;
- d) revogação imediata das Instruções Normativas nº 5.93, da SAF e nºs 3/94 e 4/94 do Ministério do Trabalho;
- e) ampliação do número de dirigentes sindicais liberados por entidades (centrais sindicais, confederações, federações e sindicatos), tomando como parâmetro a quantidade de trabalhadores na base, assegurando

quantitativo mínimo por entidades nacionais, estaduais e seções sindicais;

- f) implantação de comissões internas de prevenção de acidentes de trabalho (CIPAS) e/ou comissões de saúde por local de trabalho, com inspeção entre os trabalhadores e a direção dos órgãos a que estejam vinculados;
- g) aprovação Projeto de Lei 4.407/94 (DPC);
- h) instituição, no prazo máximo de 90 dias, do Plano de Seguridade Social previsto nos artigos 183 a 185 da Lei nº 8.112/90(RJU), com a participação das entidades representativas dos servidores públicos federais na elaboração do projeto de Lei;
- i) fixação de um cronograma de negociação com vistas a regulamentação e/ou implementação de dispositivos do RJU e demais leis de interesse dos servidores públicos, ainda não regulamentados e/ou implementados, assegurando a participação paritária no processo entre os representantes do governo e das entidades representativas dos SPF.

II.6 - QUESTÕES POLÍTICAS

- a) Revogação da Lei 8.031/ que trata das privatizações;
- b) revogação imediata de todas as regulamentações das fundações apensas;
- c) não aprovação do PL 4.460/94 que trata da seguridade social dos servidores públicos;
- d) retirada de todos os projetos que privatizem ou destruam o serviço público;
- e) retirada de todos os projetos que ataquem os direitos dos servidores públicos;
- f) fim da locação de mão-de-obra de pessoa física e jurídica, bem como das diversas formas de contratação anômalas e estranhas ao serviço público;
- g) ocupação de cargos comissionados por servidores do quadro permanente.

I ENCONTRO DE DOCENTES APOSENTADOS DO CAMPUS I DA UFPB,

A ADUFPB-JP/SSind convida os docentes aposentados a participarem do *I ENCONTRO DE DOCENTES APOSENTADOS DO CAMPUS I DA UFPB*, a realizar-se nos dias 3 e 4 de novembro de 1994, no Litoral Hotel. Este evento tem como objetivos:

- 1 - congregar os docentes aposentados do Campus I;
- 2 - conhecer as suas expectativas em relação à representação da ANDES-SN na defesa dos seus interesses;
- 3 - discutir formas de participação do aposentado nas atividades da nossa Seção Sindical (ADUFPB-JP/SSind).

Para melhor programarmos as atividades, *solicitamos que sua participação seja confirmada, até o dia 28/10/94*, pelos telefones: (083) 224.3801 e 224.6587, com Liliane.

ASSEMBLÉIA GERAL

**INFORMES; CAMPANHA
SALARIAL; AUTORIZAÇÃO P/
AQUISIÇÃO DE PATRIMÔNIO;
PROCESSO SUCESSÓRIO.
Dia 26 out. 94 - (4ª feira)
Aud. CT, às 9:00h**

Divulgação: ADUFPB-JP/SSind da ANDES-SN

(11/1994)

AD INFORMA

Filiada à CUT

Informativo da ADUFPB-JP/SSind da ANDES-SN
Ano 15 - Nº 15 - 09 de novembro de 1994.

Salários dos SPF estão ameaçados

A Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais se reuniu, dia 1º, com Wilson Calvo, coordenador de Recursos Humanos da SAF, em Brasília. A reunião foi agendada para que fosse feita uma discussão sobre a pauta emergencial dos SPF. Os servidores colocaram ao senhor Calvo questões como isonomia, política salarial e demitidos. O coordenador de RH, sobre o primeiro item, disse que o governo "quer fechar a primeira parte da isonomia até o final de novembro" e propõe a elevação da GAE para 170%.

Quanto à política salarial, os servidores foram informados de que será previsto, para a data-base (janeiro), apenas o que dispõe a Medida Provisória do Real, ou seja, um reajuste em torno de 15%.

Sobre a possibilidade de haver alguma antecipação salarial nos meses de novembro e dezembro, o senhor Calvo informou não haver a menor possibilidade e ainda mais "Caso não haja possibilidade de remanejamento de recursos não haverá disponibilidade de dinheiro para o pagamento da folha dos servidores dos meses de novembro, dezembro e 13º salário". O remanejamento seria necessário, segundo ele, porque os recursos para pessoal, no Orçamento deste ano, já haviam se esgotado.

Ao final do encontro, foi proposto um cronograma de reuniões para tratar, inicialmente, da pauta emergencial. Foram estabelecidos os dias 9, 16 e 23 de novembro.

(EMDIA, InformANDES-SN nº 11, 8.11.94)

EDITAL

A ADUFPB-JP/Seção Sindical da ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-Sindicato Nacional

Ref.: ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convocamos todos os integrantes da categoria representados por esta entidade para comparecerem à **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** a realizar-se no Auditório do Centro de Tecnologia (CT)/UFPB, no dia 11 de novembro de 1994, a instalar-se em primeira convocação às 9:00 horas e, em segunda convocação, às 9:30h, tendo a seguinte ordem do dia:

- 1) Adoção de medidas administrativas e judiciais, inclusive Mandados de Segurança Coletivos, visando a garantir o recebimento não só das contribuições sindicais para as Seções Sindicais, como também da remuneração da categoria no mês de novembro de 1994.
- 2) Adoção de medidas administrativas e judiciais, inclusive Ação Ordinária de Cobrança, para reaver o valor da correção monetária a ser aplicada, bem como a aplicação de juros de mora, durante os dias em que o MEC permaneceu em falta com as Seções Sindicais, que não puderam dispor de seu numerário livremente.
- 3) Autorização para contratar advogados e efetuar as despesas necessárias, bem como para proceder a desconto em folha de pagamento ou em conta judicial em que seja depositado o valor a título de taxa assistencial, em nome da Seção Sindical, para custear as despesas com o processo.
- 4) Assuntos Gerais.

João Pessoa, 08 de novembro de 1994
Vera Lúcia do Amaral e Silva - Presidente

**AGUARDE:
AULA EXTRA
NA ADUF**

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS DOCENTES DAS IFES

1) ISONOMIA

- 1.1. Isonomia entre os três poderes;
- 1.2. Isonomia nas IFES;

Para solucionar o problema da isonomia reivindica-se:

1.2.1. Extensão administrativa em todas as IFES dos seguintes índices:

- 26,06% referente ao Plano Bresser (1987);
- 26,05% referente ao Plano Verão (1989);
- 84,32% referente ao Plano Collor (1990);
- 28,86% concedido aos militares, legislativo e judiciário (1993).

1.2.2. Negociação do pagamento dos atrasados referentes a cada um dos índices acima;

1.2.3. Projeto de Lei revogando os dispositivos legais que permitem a incorporação de quintos de funções gratificadas e cargos de direção;

2) SALÁRIOS

2.1. Política salarial de reajuste mensal, de acordo com os índices do ICV-DIEESE;

2.2. Reajuste salarial que recomponha pelo menos o poder aquisitivo dos salários recebidos pelos docentes das IFES em 1º de janeiro de 1990, recompondo as perdas até 31 de dezembro de 1993;

2.3. Reajuste salarial que recomponha as perdas salariais do período de 1º de janeiro de 1994 a 31 de dezembro de 1993;

2.4. Estabelecimento entre MEC e ANDES-SN de um amplo processo de discussão com vistas à definição de Piso Salarial nos termos dos artigos 7º, inciso V, e 206, inciso V, da Constituição Federal.

A definição do Piso Salarial deverá ser levar em consideração as perdas históricas referenciadas nas categorias de Aux. I e C I sem titulação e em regime de tempo parcial. Definir o piso salarial da categoria, referencialmente, através de comparações com outras categorias profissionais com requisitos de escolaridade e regime de trabalho semelhantes.

3) CARREIRAS E CAPACITAÇÃO DOCENTE

Implementação da proposta de Anteprojeto de Carreira Única para o Magistério das Instituições de Ensino Superior que inclui o anexo com Título de Capacitação Docente, aprovado pelo XIII Congresso da ANDES-SN, realizado em Viçosa, fevereiro de 1994.

4) POLÍTICA DE PESSOAL

4.1. Realização de concurso público para docentes, nas IFES, repondo-se integralmente as vagas geradas por aposentadorias, mortes, demissões, exonerações e transferência.

4.2. Atendimento das necessidades de expansão de se quadro de pessoal. Imediata contratação dos candidatos selecionados.

4.3. Nomeação imediata de todos os professores concursados e aprovados nas IFES; realização de concurso público e contratação imediata para o preenchimento de todas as vagas existentes.

4.4. Realização, nas IFES, de concurso público para Professor Titular.

4.5. Garantia de gozo das licenças previstas no PUCRCE (Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987).

5) ORÇAMENTO E VERBAS

5.1. Que o orçamento das IFES na sua totalidade contemple:

- a) Uma política salarial de reajustes mensais, e acordo com os índices do ICV-DIEESE;
- b) Recuperação do poder aquisitivo real dos salários;
- c) Garantia de isonomia salarial das IFES;
- d) Garantia de recursos para OCC, conforme os itens anteriores;

5.2. Assegurar o cumprimento das deliberações da IX Conferência Nacional de Saúde, garantindo o pleno financiamento dos Hospitais Universitários, para que cumpram sua finalidade de hospital-escola, respeitada a autonomia universitária.

5.3. Não contingenciamento das verbas, repassando regularmente às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) os recursos do orçamento, preservando-se os valores reais.

6. DEMOCRACIA E AUTONOMIA

6.1. Respeito aos resultados dos processos eleitorais em que a comunidade universitária escolhe os dirigentes das IFES;

6.2. Autonomia das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em relação a utilização do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE para o cadastro e pagamento de seus servidores;

XXIX CONAD

O XXIX CONAD, a realizar-se em Niterói/RJ, no período de 29/11 a 03/12/94, terá como tema:

"AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E O PROJETO DEMOCRÁTICO E POPULAR".

Na tarde do dia 29.11 está programado o seminário **"Perfil da Categoria Docente"**.

(12/1994)

AD INFORMA

Filiada a CUT

Informativo da ADUFPB-JP/SSind da ANDES-SN

Ano 16 - Nº 17 06 de dezembro de 1994.

PLANO DE LUTAS DOS DOCENTES DO SETOR DAS IFES

O Setor dos Docentes das IFES reunido durante o XXIX CONAD considerando:

- 1) a exclusão dos docentes das IFES dos reajustes definidos para algumas categorias de SPFs e militares conforme MP assinada no dia 1.12.94;
- 2) o não cumprimento da 1ª etapa de isonomia, conforme acordo de greve de junho de 94 (28,87% dos militares, incorporação da GAE em 170% e unificação da tabela I e II;
- 3) a concessão de gratificações que está sendo proposta (excluindo os docentes das IFES) que inviabiliza a implantação da isonomia entre os três Poderes;
- 4) as perdas salariais dos docentes das IFES, que somente no período de jan-dez/94 alcançam aproximadamente 49,32%, exigindo um reajuste de 97,34% para a sua recuperação;
- 5) a perspectiva de reforma constitucional, destruindo conquista sociais históricas (por exemplo: estabilidade, aposentadoria integral, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão);
- 6) a implementação de ações rescisórias sobre o Plano Econômico pelas Administrações das IFES, sobre ações transitadas em julgado e em execução a menos de 24 meses (URP, Plano Verão, Plano Collor);
- 7) as verbas para OCC constantes da Proposta Orçamentária para 1995, embora correspondentes na média a 18,59% do total dos recursos previstos para as IFES, não se configuram como melhoria no quadro historicamente existente. No processo de efetiva liberação de recursos de OCC tem se verificado que, na média, o percentual sempre fica significativamente abaixo do previsto;
- 8) a forma de distribuição de verbas proposta na Matriz de Alocação de Recursos para as IFES (ANDIFES) e referendada pelo MEC, introduz elementos (OCC-OUTPUT) que apontam na direção da implementação da

sistemática inicialmente proposta pelo ex-ministro Goldemberg induzindo as IFES a se adaptarem ao modelo de "Centros de Excelência", historicamente defendidos pelas elites brasileiras para a educação superior pública;

- 9) a possibilidade de divisão do MEC remetendo-se as IFES para o Ministério de Ciência e Tecnologia, provocando uma ruptura do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão,

propõe os seguintes encaminhamentos para mobilização e plano de lutas:

- 1) **Articulação e ampliação do arco de alianças**
 - 1.1. **ANDIFES, FASUBRA, UNE**
 - a) cobrar da ANDIFES um posicionamento claro e inequívoco em defesa da Universidade Pública, incluindo o endosso imediato, pela ANDIFES, da proposta de suspensão de aplicação da Matriz de Alocação de Recursos, recém aprovada pelo MEC.
 - b) manifesto público, assinado pela ANDES-SN, FASUBRA e UNE, em defesa da Universidade Pública, denunciando a situação atual e o conteúdo das declarações de responsáveis do futuro governo. Manifesto deverá ser publicado no dia de posse do novo Presidente, e concluirá declarando o ano de 1995 como **ANO DE DEFESA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS**, com as três entidades comprometendo-se a desenvolver atividades (seminários, manifestações públicas, mesas redondas, divulgação de dados e informações etc), que mostrem a real situação das IFES, sua utilidade para o país e o conteúdo anti-nacional e anti-popular das iniciativas governamentais;
 - c) deliberar sobre uma ação organizada com os estudantes:
 - na matrícula - distribuição de texto sobre a situação da Universidade e distribuição de cartazes nas Unidades;
 - nas primeiras semanas de aula - debate entre professores e estudantes nas salas de aula (para tanto, deve-se

convidar colegas dispostos a esse trabalho e organizar intervenções com textos próprios);

- em casa - enviar o manifesto aos pais dos alunos, relatando o quadro político nacional, a situação das IFES e as perspectivas sobre o novo governo. Entrega do manifesto também aos vestibulandos, por ocasião do concurso vestibular.

1.2 CUT/Movimentos Sociais

- a) agendar reuniões de articulação com a CUT, Ação da Cidadania, Fórum das Estatais e outros movimentos sociais expressivos, no sentido de elaborar um plano de ação conjunto, privilegiando, especialmente, com a CUT, a discussão sobre a situação da educação pública nela inserindo a Universidade a partir do entendimento que esta é uma luta do conjunto dos trabalhadores;

1.3. Partidos Políticos

- a) realizar encontros com os partidos políticos, para discutir postura sobre a reforma constitucional, o Orçamento/95 e outras medidas de caráter econômico-social cuja aprovação já está sendo articulada no Congresso;

1.4. recomendar a participação da ANDES-SN e das AD/SSind na "Conferência Preparatória", no dia 17.12.94, em São Paulo. A Conferência Preparatória objetiva discutir o temário da Cúpula Social (ONU/COPENHAGUE) e escolher delegado para participação da Conferência Operária Independente que ocorrerá em Copenhague em março/95. A ANDES-SN deve também acompanhar a Cúpula Social, seus temários, suas reuniões e suas deliberações. No caso de haver uma delegação para Copenhague, está deve acompanhar outras reuniões paralelas que ocorrerem, além da Conferência Operária Independente e da própria Cúpula Social

2. Campanha de Mídia/Massa

2.1. a construção do Projeto Alternativo Democrático e Popular dentro dos eixos: Democracia, Educação e Cidadania, deve envolver uma campanha de esclarecimentos e mobilização da sociedade em geral, através da articulação com o movimento social organizado, expressando-se nas seguintes frentes de lutas:

- defesa do ensino público, gratuito, de qualidade em todos os níveis;
- defesa do Sistema Único de Saúde;
- defesa do serviço público de qualidade;
- garantia de emprego e salários dignos.

Para tanto, o XXIX CONAD deve dar início imediato a organização de um "Fundo de Mobilização", visando ações estratégicas de ocupação da mídia e realização de eventos para a divulgação de nossas propostas.

3. Pressão em Brasília e nos Estados

3.1. exigir dos parlamentares, principalmente os recém eleitos, uma posição pública sobre a questão da universidade pública e divulgação pública de suas posições.

4. Organização do MD e do Setor

4.1. participação no 1º Fórum sobre Relações de Trabalho e Negociação Coletiva nas IFES que se realiza em Brasília, entre 12 e 15 de dezembro de 1995. Aproveitar o Fórum para expor a nossa preocupação sobre a questão de política educacional dos governos presente e futuro, reforçando o número de representantes das ADs e verificar a possibilidade de realizar um manifesto público.

4.2. ampliar nossa articulação com os servidores públicos federais aprofundando o debate sobre as relações entre a ANDES-SN e a Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais, o que inclui uma avaliação crítica das últimas greves, a construção da unidade e da identidade da ANDES-SN dentro do movimento dos SPFs.

5. Mobilização e indicativo de greve

5.1. que o setor dos docentes das IFES defina, de forma clara, qual será a nossa reação imediata face a nossa exclusão da política de reajustes definidos conforme MP assinada no dia 1.12.94;

5.2. elaborar boletim de denúncia sobre a política do governo sobre a seguinte pauta:

- questão dos salários;
- verbas/repasse para as universidades;
- fim da estabilidade;
- fim da aposentadoria integral;
- fim da isonomia;
- questão da seguridade;
- privatização das IFES

5.3. Intensificar a mobilização nas AD/SSind no sentido de socializar ao máximo, no interior das entidades, os encaminhamentos deste Plano de Lutas. O XXIX CONAD recomenda às ADs que coloquem em suas pautas a discussão e a possibilidade, face a conjuntura, de radicalização do MD.

5.4. que a ANDES-SN, repudiando a exclusão dos docentes das IFES da MP de 1.12.94, encaminhe para ser discutido nas AG das ADs, durante a semana de 5 a 8.12.94, o indicativo de greve dos docentes aprovado no XXIX CONAD. O resultado das AGs será avaliado na reunião do setor no dia 10.12.94;

5.5. que seja discutido também nessa rodada de AGs e trazida para a reunião do setor do dia 10.12.94 a inviabilização, de todas as formas possíveis, do encerramento do semestre em curso, através da não publicação/conceitos, fechamento de diários/cadernos de classe;

5.6. que estes docentes não participem de qualquer atividade que viabilizem a execução de concursos de vestibulares e de colação de grau;

5.7 estas ações encerrar-se-ão quando o governo cumprir com o acordo firmado por ocasião da greve de junho/94, descumprido através da MP de 1.1.2.94.

**Dia 20 de dezembro: eleições para
escolha da nova diretoria da ADUFPB-
JP/SSind. Participe. Compareça.**

(12/1994)

AD INFORMA

Filiada à CUT

Informativo da ADUFPB-JP/SSind da ANDES-SN
Ano 16 - Nº 18 07 de dezembro de 1994.

Chegou despacho sobre Medida Cautelar: SUSPENSO PAGAMENTO DE 84,32% já em dezembro

DEZ 07 '94 11:41 TST/SEC.FLENO.BSB 061 3217481



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Brasília, 07 de dezembro de 1994.

DA : Diretora da Secretaria da Seção Especializada em Dissídios Individuais

AO : Universidade Federal da Paraíba

Assunto: Comunicação de Despacho

De ordem do Exmo. Sr. Ministro Armando de Brito, relator do processo nº MC - 154.816/94.3, entre partes: Ministério Público do Trabalho e Universidade Federal da Paraíba e Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES, transmito, via fac simila, o inteiro teor do despacho exarado no referido processo.

Dejanira Greff Teixeira
Diretora da Secretaria da Seção Especializada em Dissídios Individuais

LEZ 07 '94 11:41 TST/SEC.FLEN).ESB 061 3217481



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO



PROC. Nº TST-MC-154.816/94.3

Requerente : MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradores: Dr. João Pedro Ferraz dos Passos e João Batista Brito
Pereira
Requeridos : UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA E SINDICATO NACIONAL DOS
DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES
13ª Região

D E S P A C H O

O Ministério Público do Trabalho da 13ª Região ajuíza a presente Medida Cautelar Inominada Incidental visando a suspensão da execução do julgado que se processa perante a MM 4ª JCY de João Pessoa (Processo nº 1.155/91) que concedeu o reajuste salarial de 84,32% (oitenta e quatro vírgula trinta e dois por cento) relativo ao IPC de março/90 e sobre a qual foi ajuizada a Ação Rescisória TRT nº 062/92, julgada improcedente pelo Eg. TRT da 13ª Região. Contra o v. acórdão regional foi interposto Recurso Ordinário, também pelo Ministério Público do Trabalho, uma vez que a parte diretamente interessada, a Universidade Federal da Paraíba, não recorreu voluntariamente. O Recurso Ordinário foi remetido a esta Eg. Corte e autuado sob o nº 105.570/94.0, a mim distribuído.

Na qualidade de defensor da ordem jurídica e do interesse público, o Ministério Público do Trabalho pretende a concessão de Medida Liminar inaudita altera parte para a suspensão da execução da sentença rescindenda até o trânsito em julgado da Ação Rescisória.

Alega estarem presentes o periculum in mora e o fumus boni juris. O prosseguimento da execução poderia ocasionar grave lesão ao patrimônio público, deferindo um reajuste salarial indevido aos servidores autárquicos substituídos. O atraso na inclusão em pauta de julgamento do processo principal também poderia implicar na possibilidade real de a sentença confirmada pelo acórdão rescindendo merecer integral execução, tornando ineficaz o provável provimento do Recurso Ordinário, cujo resultado é a rescisão do mencionado julgado.

Sustenta, outrossim, que a aparência do bom direito de sua pretensão reside nos dois principais fundamentos da ação rescisória, ou seja, na violação do artigo 134, inciso I, do CPC, uma vez que teria participado do julgamento do v. acórdão de segundo grau que deferiu o IPC de março/90, na qualidade de presidente do órgão Colegiado, com direito de voz e voto, juiz que era parte interessada na lide; e o próprio descabimento do reajuste de 84,32% decorrente do IPC de março/90.

Com fulcro no artigo 127 da Constituição da República, em se tratando de preservação da ordem jurídica, o Ministério Público do Trabalho é parte legítima para atuar no feito.

A petição inicial, a princípio, mostra-se apta, subscrita pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. João Pedro Ferraz dos Passos, e pelo Subprocurador-Geral do Trabalho, Dr. João Batista Brito Pereira. Está devidamente instruída e à fl. 31 é demonstrada a tempestividade do Recurso Ordinário em Ação Rescisória, ao qual pretende emprestar efeito suspensivo.

Apesar de o artigo 489 do CPC preceituar que "a ação rescisória não suspende a execução da sentença rescindenda", a jurisprudência e a doutrina vêm admitindo a suspensão da execução, caso presentes o fumus boni juri e o periculum in mora. Vale citar os seguintes precedentes desta Eg. Corte: TST-MC-110.723/94.9 da lavra do Exmº Sr. Ministro José Francisco da Silva; TST-MC-115.557/94.3 - relator Exmº Sr. Ministro Ney Doyle; TST-M-98.834/93.3 - Relatora Exmº Srª Ministra Cnéa Moreira; e TST-MC-100.720/93.1 e TST-M-116.167/94.3 - Relator Exmº Sr. Ministro Luiz José Guimarães Falcão.

EX. S. FRANCISCO (DESPACHO) 1548167.DAM



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

PROC. Nº TST-MC-154.816/94.3



anulada devido a vício insanável, é real, concreta e iminente, compelindo, assim, o deferimento do pedido liminar para suspender a execução definitiva da Sentença até o julgamento final da Ação Rescisória, imprimindo efeito suspensivo ao Recurso Ordinário interposto contra o v. Acórdão proferido pelo Eg. TRT da 13ª Região nos autos da Ação Rescisória nº 062/93, autuado nesta Corte sob o nº TST-RO-AR-105.570/94.0.

Comunique-se, via telex, ao Exmº Sr. Juiz-Presidente da MM. 4ª JCM de João Pessoa/PB, ao Ministério Público do Trabalho (Procuradoria-Geral) e a Universidade Federal da Paraíba a concessão desta liminar.

Notifique-se o Sindicato-requerido para, assim desejando, contestar a presente Ação Cautelar, no prazo de cinco dias.

Publique-se.

Brasília, 07 de dezembro de 1994.

ARMANDO DE BRITO
Ministro Relator

Chegou despacho sobre Medida Cautelar: **SUSPENSO PAGAMENTO** **DE 84,32% - já em dezembro**

Amanhã, 8.12.94, viajam para Brasília os Drs. José Mário Porto e Paulo Guedes, assessores jurídicos da ADUFPB-JP/SSind, bem como a Profª Vera Amaral, presidente da entidade, para ingressar com AGRAVO DE INSTRUMENTO, tentando reverter o resultado do referido despacho.

DEZ 07 '94 11:42 TST/SEC.PLENO.ESB 061 3217481



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

PROC. Nº TST-MC-154.816/94.3



In casu, o periculum in mora é patente. A uma porque a definitiva execução do julgado acarretará irreversíveis prejuízos ao Erário, que encontrará grandes dificuldades em ser ressarcido caso a Ação Rescisória seja julgada procedente. A duas, porque em virtude de dois pedidos de vista ao processo, efetuados por um substituído e pela União Federal, retardou-se sobremaneira a regular tramitação do feito principal, que no ensejo em que voltar à minha conclusão, poderá imediatamente reecontrar seu célere e ordinário trâmite.

A fumaça do bom direito também é evidenciada, tanto com base no inciso II, quanto no inciso V do artigo 485 do CPC.

Com efeito, o Exmº Sr. Dr. Juiz Geraldo Teixeira de Carvalho que presidiu o julgamento do v. acórdão rescindendo era parte interessada, uma vez que figurava como parte substituída processualmente, conforme demonstra o rol de substituídos, apresentado às fls. 37/70. Por si, este fato revelaria o malferimento do artigo 134, inciso I, do CPC, e o cabimento da rescisória com base no inciso II do artigo 485 do CPC.

O impedimento do julgador se constitui em um veto legal absoluto à atuação do juiz no processo ("É defeso", declara o art. 134, caput, do CPC), e se destina a preservar o seu dever de imparcialidade na solução dos conflitos de interesses (art. 125, I).

Não importa que um juiz impedido seja rigorosamente imparcial, justo, equânime: a lei não foi feita apenas para esta ou para aquele juiz, se não para a universalidade dos julgadores. Por esse motivo, a norma legal presume a parcialidade do juiz impedido; essa presunção não é relativa (iuris tantum) e sim absoluta (iure et de iure), motivo por que não há como elidi-la; ela constitui, mesmo, um dos instrumentos de garantia do devido processo legal (due process of law) - um dos traços marcantes dos Estados democráticos; mais do que isso, um seu sustentáculo.

Trata-se, pois, de um vício subjetivo que a lei atribui àquele que detenha a capacidade de julgar.

A fim de evitar controvérsias de ordem prática, doutrinária e jurisprudencial, o legislador procurou relacionar os casos de impedimento e dentre eles está a expressa vedação de o julgador atuar em processo que for parte (art. 134 do CPC).

Ademais, o Eg. TRT da 13ª Região julgou improcedente a Ação Rescisória com fulcro no Enunciado nº 83/TST e na Súmula nº 343 do Excelso STF e no fato de que o julgador dado como impedido não teria influenciado o resultado da decisão rescindenda. Contudo, a discussão concernente ao IPC de março/90 diz respeito à constitucionalidade dos artigos 1º, 2º e 14 da Lei nº 8.030/90, remetendo a questão quanto à existência ou não de violação ao artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição da República.

Em decorrência da natureza constitucional da matéria em debate, este Eg. TST tem decidido pela inaplicabilidade do Enunciado nº 83/TST. Tanto é assim que a Eg. SDI, nos processos TST-RO-AR-67.979/93, Relatora Ministra Cnéa Moreira e TST-RO-AR-50.752/92.3, Relator Ministro Luiz José Guimarães Falcão, reconhecendo a vulneração do artigo 5º, inciso XXXVI, da Carta Magna rescindiu decisões que haviam concedido o reajuste salarial relativo ao IPC de março/90. Também o Excelso STF decidiu pelo descabimento do reajuste de 84,32%, constituindo mera expectativa de direito. No mesmo sentido a uníssona jurisprudência desta Eg. Corte, cristalizada no Enunciado nº 315/TST.

A questão jurís dos autos é a mesma, emergindo tanto a fumaça do bom direito quanto o periculum in mora, pois a Fazenda Pública está sendo executada de modo definitivo com o risco de jamais conseguir ser ressarcido, junto aos substituídos processuais. Ainda, há probabilidade de a Sentença condenatória, após o julgamento do Recurso Ordinário em Ação rescisória interposto, ser substituída por outra reconhecendo a absoluta improcedência do pedido, ou ao menos ser

11/12/94 11:42 TST/SEC.PLENO.ESB 061 3217481

(12/1994)

AD INFORMA

Filiada à CUT

Informativo da ADUFPB-JP/SSind da ANDES-SN

Ano 16 - Nº 19 13 de dezembro de 1994.

NOTA DE ESCLARECIMENTO AOS PROFESSORES DA UFPB - CAMPUS I

A Diretoria da ADUFPB-JP/SSind, vem a público esclarecer os trâmites executados até o dia 11.12.94 acerca de Medida Cautelar com pedido de liminar de suspensão do pagamento dos 84,32% até julgamento do Recurso Ordinário, interposto pelos Procuradores do Trabalho da 13ª Região, Dr. Antonio Xavier da Costa e Dr. José Neto da Silva.

A Medida Cautelar foi interposta pelo Procurador Geral da Justiça do Trabalho, em Brasília, Dr. João Pedro Ferraz dos Passos.

- 1) a ADUFPB-JP/SSind foi informada através da CEDUF Santa Maria da existência da referida cautelar, no dia 5 do mês em curso;
- 2) Imediatamente acionou a Assessoria Jurídica da AD e da ANDES-SN para ter em mãos a Cautelar e o despacho do Ministro Armando de Brito, instrumentos necessários a qualquer ação que desejasse executar;
- 3) Concomitantemente foi à Reitoria para saber do Reitor da UFPB se a Universidade tinha conhecimento de tal Medida. O Prof. Neroaldo Pontes informou não haver ingressado com tal Medida, solicitando da Procuradoria Jurídica da UFPB que verificasse a veracidade da informação;
- 4) Esta Diretoria convocou Assembléia Geral para o dia 6.12 para cientificar a categoria e decidir quais os encaminhamentos. Tal Assembléia foi suspensa por solicitação de contagem de quorum;
- 5) Em 7.12.94, recebeu telefonema do Ministério Público solicitando o nº do fax da AD para notificar a entidade sobre o referido despacho;
- 6) Após receber o documento, convocamos nova reunião com o escritório de Advocacia (Dr. José Mário Porto Júnior e Dr. Paulo Guedes Pereira, nossos Assessores Jurídicos) para apreciar o despacho e ver quais as medidas cabíveis, concluindo que no momento cabiam as seguintes ações:
 - a) Ingressar imediatamente com AGRAVO REGIMENTAL contra despacho do Juiz Dr. Armando de Brito;

b) Ida imediata a Brasília do Assessor Jurídico Dr. Paulo Guedes e da Presidente da AD para:

b.1. efetuar contato com o Gabinete do Ministro Relator Dr. Armando de Brito, o que foi efetuado pelo Dr. Paulo Guedes Pereira para:

- solicitar cópia da Medida Cautelar;
- Colocar para o Gabinete os primeiros elementos de defesa da manutenção dos 84,32%.

b.2. discutir com a Assessoria Jurídica da ANDES-SN (Escritório do Dr. Roberto Caldas em Brasília) quais as medidas cabíveis bem como o acesso ao relator Dr. Armando de Brito (Dr. Paulo Guedes Pereira e Vera Amaral, presidente da AD);

b.3. ingressar no TST com o AGRAVO REGIMENTAL o que foi feito em 9.12.94;

b.4. participar da reunião dos Assessores Jurídicos da ANDES-SN (8 e 9) e da reunião do Setor das IFES do nosso Sindicato (10 e 11).

7. Reunião da Diretoria em 12.12. com o Dr. José Mário Porto Júnior, para decidir sobre ingresso de Mandado de Segurança contra Medida Cautelar.

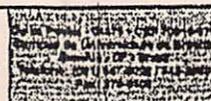
Cabe ainda informar que a tramitação dos procedimentos acima elencados estará condicionada à ocorrência do Recesso Judiciário que terá início em 20.12.94, estendendo-se até final de janeiro de 1995.

Desse modo, a Diretoria da ADUFPB-JP/SSind entende estar desenvolvendo todas as ações necessárias a preservação e extensão de um direito da classe trabalhadora brasileira e assim conclamamos a categoria a manter-se unida na defesa dos seus direitos e do seu Sindicato e a participar de **ASSEMBLÉIA GERAL, 4ª feira, 14.12.94, às 15:00h, no Auditório da CT/UFPB, com a seguinte pauta: 1) 84,32%; 2) Campanha Salarial/95 (MP 746 e Data-Base); 3) Plano de Lutas do Setor das IFES.**

Diretoria Executiva da ADUFPB-JP/SSind.

SINDICATO
ANDES
NACIONAL
Ficou à CIA

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior



GOVERNO UTILIZA ISONOMIA PARA IMPOR RESTRUTURAÇÃO DAS IFES

Dia 2 de dezembro último, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 746 concedendo reajustes diferenciados à várias categorias de servidores públicos federais, pretensamente correspondentes à continuidade da construção da Isonomia salarial entre elas, conforme acordo firmado com o próprio governo ao final da greve de maio/junho últimos. Acordo este que motivou a formação de uma comissão de negociação composta por representantes da CNESF e do próprio governo federal.

O encaminhamento da primeira etapa da Isonomia, no entanto, através da Medida Provisória 583, de 16/08/94, significou um desrespeito ao acordo por parte do governo uma vez que os reajustes concedidos ficaram muito abaixo dos mínimos definidos ao final da greve. Imediatamente a ANDES-SN e a Coordenação dos SPF iniciaram um exaustivo trabalho junto à Secretaria de Administração Federal visando garantir a complementação da 1ª etapa da Isonomia ainda este ano, como forma de assegurar aquele mínimo acordado. Tais esforços resultaram na MP 746, de 02/12/94. Em relação a ela duas críticas se impõe: 1ª) não contempla dois dos elementos presentes na proposta para a primeira etapa da Isonomia qual sejam: a incorporação da GAE em 170% e a extensão dos 28,87% anteriormente concedidos aos militares; 2ª) exclui os docentes da correção salarial decorrentes da unificação das Tabelas I e II, sem que os representantes da ANDES-SN, que participaram de todas as etapas da "negociação", tendo inclusive participado da iniciativa que a gerou, tivessem sido informados de qualquer intenção do governo de tratá-los excludentemente. Embora já tivéssemos uma avaliação sobre o pequeno significado financeiro que este item pudesse ter para os docentes e, mesmo dos problemas que poderia remeter para as regras até então vigentes de correlação entre salário dos docentes e dos servidores técnico-administrativos, preocupação manifesta inclusive ao Secretário Executivo do MEC por ocasião da audiência realizada no dia 9/11/94, o Ineditismo e o absurdo de tal procedimento, para o qual não obtivemos até agora qualquer justificativa, tem causado constrangimentos inclusive em algumas áreas do próprio governo até então envolvidas na negociação, notadamente no MEC.

O que isto significa?

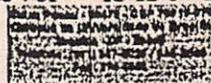
MAIS DO QUE UM ATAQUE AOS SALÁRIOS, UM ATENTADO ÀS UNIVERSIDADES FEDERAIS

A análise das informações até agora obtidas pela ANDES-SN aponta para uma conclusão inequívoca: a exclusão dos docentes federais da Isonomia entre os servidores da União resultou de uma imposição da equipe que prepara o futuro governo FHC, que não vê razões para "queimar" recursos num quadro funcional que, ao seu ver, está em extinção. De fato, tal exclusão - que agrava perdas salariais históricas e que exige uma reposição de 97,34% para repor somente as perdas de janeiro à dezembro deste ano! - é o primeiro passo, inequívoco e sem rodeios, para o desmonte do atual sistema de ensino superior federal, e sua transformação num sistema híbrido e pretensamente racionalizador, desvinculado do Ministério da Educação, tal como querem os ideólogos do futuro governo. Trata-se, na verdade, da tentativa de ressurreição do famigerado Projeto GERES (do "Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior", criado pelo então Ministro da Educação Marco Maciel no início do Governo Sarney, cujos pressupostos vinham sendo elaborados desde o Governo Figueiredo, e que foi então rechaçado pela comunidade universitária.

Tal projeto parte do pressuposto de que as universidades brasileiras não têm vocação para a pesquisa, devendo portanto limitar suas atividades ao ensino e à formação profissional. Nesta ótica, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é uma artificialidade criada pelo movimento docente, que dificulta o investimento de recursos nos verdadeiros "centros de excelência". Tais centros, localizados nas principais universidades das regiões economicamente mais desenvolvidas, a que deveriam se ocupar da pesquisa e da produção de conhecimento, devendo as demais se contentar na condição de "colégios de terceiro grau", como o são hoje a imensa maioria das instituições privadas de ensino superior.

0812316060 ANDES-SN
 SINDICATO NACIONAL dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

805 P01 12/12/94 17:31



Assim, ao invés de ampliar esforços às inúmeras tentativas da comunidade universitária no sentido de superar os entraves que ainda dificultam o cumprimento dos postulados constitucionais que garantem a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como o desenvolvimento de seu padrão unitário de qualidade para a Universidade Brasileira, o governo recusa-se a potencializar o sistema universitário público que é responsável por cerca de 80% de toda a produção de conhecimentos que se realiza no país, o futuro governo estará empenhado em congelar a situação atual, aprofundando as diferenças e os desequilíbrios entre as várias instituições, fruto dos próprios desequilíbrios que caracterizam a sociedade brasileira.

Para tanto será necessário quebrar o atual estatuto dos docentes da rede federal de ensino superior assim como seu Plano de Cargos e Salários. Segundo os tecnocratas que articulam as políticas setoriais de educação, ciência e tecnologia do futuro governo, os docentes passariam a fazer parte de um quadro especial, cujo estatuto comportará desigualdades funcionais e salariais, permitindo administrações de pessoal ao sabor de conveniências locais. Os salários serão reduzidos a um patamar irrisório, complementados ou não segundo as possibilidades de cada instituição, ou mesmo de cada unidade ou instituto que compõem as universidades.

Em suma: através da exclusão dos docentes federais da isonomia entre os servidores da União, o que está sendo articulado é a maior ofensa contra as universidades públicas federais, desde a tentativa de privatização pura e simples proposta pela então Ministra Esther Figueiredo Ferraz durante o Governo Figueiredo, até a tentativa de imposição do Projeto GERES, ambas abortadas pelo movimento de docentes e dos demais segmentos da comunidade universitária.

A DEFESA DOS NOSSOS SALÁRIOS PASSA PELA DEFESA DO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICO FEDERAL

As vinte e quatro assembleias gerais realizadas no período de 5 a 9 de dezembro, assim como o significativo número de assembleias marcadas para a próxima semana, a partir do indicativo de greve nacional aprovado no XXIX CONAD, mostram que houve uma retomada da mobilização do movimento docente. As discussões havidas nas várias assembleias mostram também que alastra-se na categoria a consciência de que a deterioração dos nossos salários é parte de um plano maior de deterioração do próprio ensino superior, tal como aconteceu com os sistemas estaduais de ensino básico e fundamental de vários Estados da Federação. É evidente, portanto, que a defesa de um e de outro devem ser articuladas, e que a nossa estratégia deve buscar o apoio dos setores da opinião pública que se sentem comprometidos com a Educação pública. Os ataques às IFES se configuram em vários níveis, além dos já indicados. Segundo informações prestadas pelo deputado federal Sérgio Miranda (PC do B - MG) membro da Comissão do Orçamento da Câmara Federal, o projeto de reformulação do Orçamento de 1995, ora em tramitação na Câmara Federal, prevê a redução de 30% (cerca de 17 bilhões de reais) do montante da proposta inicial para as IFES.

Face a esta situação de crise e de ameaças, cabe ao movimento docente a tarefa de unir em torno de si os vários segmentos da comunidade universitária visando mobilizar a sociedade em defesa das universidades federais, tal como já o fez afirmativamente em outras ocasiões. Além das propostas de ação unitária a nível nacional, devemos desenvolver o maior número possível de atividades a nível local, com o objetivo de esclarecer e mobilizar lideranças políticas, sociais, comunitárias e sindicais que possam resistir aos projetos de desmonte que estão sendo encaminhados.

A reunião do setor das IFES realizada em Brasília nos dias 10 e 11 de dezembro considerou as dificuldades de mobilização imediata decorrentes do final do semestre letivo na maioria das universidades, nas quais a maioria dos docentes já encaminhou inclusive os cancelos finais, dando por encerrada as atividades normais do semestre. Tais dificuldades foram assinaladas pela maioria das assembleias realizadas, que reafirmaram no entanto sua disposição de luta e de resistência, levando em conta, inclusive, que o relativo esvaziamento das IFES decorrente das férias de grande número de docentes aumenta os riscos de imposição de reformas em profundidade no sentido indicado, com a possibilidade de reinício

0812316060 ANDES-SN

806 P01

12/12/94 17:33



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior



do próximo semestre sob os resultados catastróficos de uma política de fatos consumados por parte dos futuros responsáveis pelas áreas de educação, ciência e tecnologia. A nossa tarefa imediata, portanto, será a de vencer os riscos de tal esvaziamento, e a realização do próximo Congresso Nacional da ANDES-SN em Brasília, coincidindo com a posse dos novos Senadores e Deputados Federais, certamente será um momento privilegiado para a realização de eventos que ampliem nossa capacidade de manifestação junto à opinião pública.

Caso seja efetivada a alteração da MP 746 incluindo os docentes, a partir de gestões da ANDES-SN no MEC, a proposta que a SAF comprometeu-se a enviar não atende as reivindicações da nossa categoria seja pelo Irregular Índice de 9,47%, seja pela distorção que acarretará na passagem da classe de professor adjunto para a de titular.

Além da questão salarial, o Movimento Docente deve estar mobilizado para se contrapor a quaisquer propostas que visem a destruição da universidade pública.

Faca a esta situação, a reunião do Setor dos Docentes das IFES da ANDES-SN, tendo como parâmetro o Plano de Lutas para o setor aprovado no XXIX CONAD, encaminha as seguintes deliberações:

1- Manutenção do indicativo de greve nacional aprovado pelo CONAD, tendo como reivindicações principais:

a) cumprimento do acordo negociado ao final da última greve que previa: unificação das tabelas I e II; incorporação da GAE em 170%; e incorporação dos 28,87% concedido aos militares em fevereiro de 1995;

b) abertura de negociação sobre a pauta para a data-base de janeiro de 1995;

c) explicitação e discussão imediata da proposta do novo governo para a Universidade brasileira.

2- Indicação de nova rodada de assembleias gerais, tendo como pauta:

2.1 - avaliação da conjuntura;

2.2 - apreciação do indicativo de greve;

2.3 - execução do plano de lutas dos docentes federais aprovado no XXIX CONAD;

2.4 - reativar o Fundo Nacional de Mobilização, devendo as ADs SSind do Setor encaminharem à próxima reunião do setor sugestão sobre os valores da contribuição;

2.5 - criar Comissão de Mobilização Nacional e Locais, cuja principal tarefa é a elaboração de Calendário de atividades que contemplem as ações definidas no Plano de Lutas e ocupe espaço no período de recesso escolar;

2.6 - indicar a data de 15 de fevereiro de 1995 como Dia Nacional de Luta em busca de apoio parlamentar em defesa da universidade pública, tendo como eixos:

- aprovação da LDB;

- implementação do Plano de Carreira Docente da ANDES-SN;

- mais verbas para a universidade pública.

Aproveitar a realização do XIV Congresso da ANDES-SN (14 a 18/02/95) para realizar manifestação pública em Brasília, devendo as ADs SSind trabalharem na perspectiva de enviar o maior número possível de participantes (delegados e observadores) no mencionado Congresso.

2.7 - incluir nas atividades ampla divulgação do Projeto de Carreira Docente da ANDES-SN;

2.8 - realização de rodada nacional de Assembleias Gerais no período de 12 a 16 de dezembro/94;

2.9 - reunião do Setor dias 17 e 18 de dezembro/94, a ser realizada em São Paulo, na Sede da ADUSP SSind a partir das 14 horas.

Brasília, 11 de dezembro de 1994
Reunião do Setor das Federais da ANDES-SN

(12/1994)



INFORMA

Informativo da ADUFPB-JP/SSind da ANDES-SN
Ano 16 - Nº 20 15 de dezembro de 1994.

Of. Nº 457/ANDES-SN/94 Brasília, 14.12.1994
Excelentíssimo Senhor
Prof. MURÍLIO DE AVELLAR HINGEL
DD. Ministro de Estado da Educação e do Desporto
BRASÍLIA - DF

Senhor Ministro,

Considerando o curso da reunião ocorrida no dia 13 de dezembro, com o professor Jocelino na SESU/MEC, para a qual a ANDES-SN foi convidada a título de discutir o posicionamento de tabelas salariais, torna-se indispensável que reafirmemos algumas posições deste sindicato, já apresentadas ao Ministro da Educação, em diferentes momentos.

1. A ANDES-SN sempre tem pautado a sua atuação sindical a partir de um projeto de universidade e de uma concepção de serviço público socialmente responsáveis.
2. A estrutura salarial correspondente a atual carreira docente das IFES, incluindo os degraus entre níveis e entre classes, foi conquistada pelo movimento docente depois de muita luta, por acordo de greve, e sua preservação é imperiosa.
3. O piso gerador da tabela é o valor atribuído ao salário do professor Auxiliar I em regime de trabalho de 20 horas semanais, ainda estacionado em míseros R\$ 91,52. Os valores associados aos regimes de trabalho de quarenta horas e dedicação exclusiva são igualmente salário, da mesma forma que os valores atribuídos aos diferentes níveis, classes e titulações.
4. Os docentes de todo país em uma ação organizada pela ANDES-SN, que evoluiu por mais de três anos, aprovaram uma proposta para carreira docente, publicada no CADERNOS ANDES Nº 14. Ao apresentar formalmente o resultado deste trabalho ao Ministério da Educação, propusemos a criação de instrumentos para sua implantação, o mais breve possível, de forma indissociável de um plano nacional de capacitação docente. É a partir desse referencial que a ANDES-SN tem se empenhado em obter espaços para negociações que inexoravelmente culminarão na elaboração de novas tabelas salariais.
5. A ANDES-SN tem defendido com veemência a equivalência hierárquica entre categorias onde sejam

coincidentes os valores salariais referentes ao NSI ao AUX I 40h e ao CI 40h. Esta posição tem tal significado que, a pretensão de desconhecê-la nestes últimos dias, quando da unificação das tabelas 1 e 2, gerou imensa perplexidade. Somando-se este a outros ataques que as IFES vêm sofrendo, a categoria reunida foi levada a aprovar indicativo de greve.

6. Não aceitamos nas negociações desenvolvidas durante o movimento de greve, ocorrido no primeiro semestre deste ano, como não aceitamos agora que, sob a falácia de um teto intransponível, se tente jogar a contradição do achatamento salarial para dentro da lógica das matrizes salariais ou para a relação entre as tabelas. Assim, estamos propondo na pauta já protocolada no MEC, que o piso salarial dos docentes das IFES, constitucionalmente previsto, seja fixado recuperando as perdas salariais ocorridas entre janeiro/90 e dezembro/93, mantidas a atual estrutura salarial dos docentes e a relação entre as tabelas. Esta posição contém, implicitamente, um desatrelamento ao limite apresentado absurdamente como teto, tanto para os docentes como para os servidores técnico-administrativos.

7. Iniciativas oficiais têm sido eloqüentes em reforçar a percepção de que, sob a capa publicitária da isonomia, volta-se a aprofundar disparidades salariais através da construção de artifícios, os mais variados, especialmente gratificações, ao mesmo tempo em que o governo mantém a retórica de um pseudo-teto.

8. Por último, não é possível admitir que este conjunto de princípios afirmados e reafirmados pelo movimento docente, no momento em que o governo vê-se na contingência de dar solução salarial à categoria de servidores públicos das IFES, sejam desconsiderados. Além disso, cabe alertar que esse Sindicato não admitirá que contradições decorrentes de restrições impostas pelo próprio governo, venham a ser utilizadas para tentar jogar uma categoria contra a outra, gerando intranquilidade para o desenvolvimento das atividades da Universidade.

Sendo o que se apresenta para o momento, enviamos nossas

Saudações Sindicais e Universitárias

Prof. Luiz Henrique Schuch
Presidente da ANDES-SN

SINDICATO
ANDES
NACIONAL
filiação à CUT

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Endereço: Rua 147 - CEP 20070-070
Campus de Urubitinga de Brasília
Brasília - DF - Brasil
Telefone: (061) 247-2024 / 243-4830
Fax: 247-9000

FAX Nº 36/ANDES-SN/94

Brasília, 20 de dezembro de 1994

DA: ANDES SN

PARA: ADs SSIND e Diretores

ASSUNTO: Relato do Plantão na Sede da ANDES-SN

Presentes: Sérgio Guerra (Presidência); Edmundo (Secretaria); Maria Zoreide (Regional); Júlio (APUBH Plantão IFES)

Coordenação da CNESF - marcou-se reunião para as 14 horas do dia 19/12 porém a reunião não aconteceu por falta de quorum, Tentaram-se novas ações de caráter emergencial o a ANDES-SN está de plantão, para o que for necessário. Hoje (20/12) mantivemos contrato com FENASPS (Vladimir) e FASUBRA (Hilbert) e estamos aguardando retorno.

MP - Não foi publicada nos Diários Oficiais dos dias 19 e 20 do corrente.

Plantão - Além da Diretoria, estamos com a disponibilidade dos companheiros da ADUEFG, do GT Verbas, da Coordenação do Setor das IFES e do companheiro Júlio Maria da APUBH.

MEC - Foi feito contato com o Assessor do MEC - Jocelino, que tem discutido com a ANDES-SN a rehierarquização das tabelas (vide informes da Coordenação das IFES). O relato que ele nos passou foi de que nada foi adiantado, apesar das promessas da SAF tanto no sentido da rehierarquização das tabelas, (ele avalia que não há "avanço") como na MP incluindo os docentes que tem sido anunciada e não efetivada. Hoje às 15 horas estaremos no MEC, na posse do Reitor de Rondônia quando esperamos ter boas novas.

Mandado de Segurança - O pedido foi distribuído e o resultado da liminar deveria ter saído ontem (19/12) às 18 horas. Entretanto o Juiz responsável recebeu outros mandados e preferiu, mesmo considerando a gravidade do nosso, despachar outros, entrando em férias e passando para o Juiz plantonista. Este por ser professor da UnB se considerou impedido e remeteu para o plantonista subsequente que assume hoje as 12 horas. O Assessor Jurídico Nacional, Roberto Caldas, esteve ontem as 18 horas no plantão judicial e estará hoje as 12 horas no despacho do pedido.

Congresso Nacional - Os jornais falam (vide FSP 19/12 por exemplo) que a votação de suplementação no Senado está na dependência de aprovação na Câmara da "Lei Lucena". Recomendamos pressão sobre os deputados e senadores no Congresso.


Sérgio Guerra

2º Vice-Presidente da ANDES-SN

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADUFPB-JP/SSind

Conforme compromisso, estamos publicando a prestação de contas da entidade.

ACUMULADO DE JANEIRO A NOVEMBRO DE 1994	
	VALORES EXPRESSOS EM R\$
1 - PATRIMÔNIO SOCIAL	
RESERVAS DE SOBRAS ACUMULADAS.....	23.240,25
2 - RECEITAS	
CONTRIBUIÇÃO SÓCIO.....	346.097,10
REND.APLIC.FINANCEIRAS.....	324.538,26
REC. MAQUINA COPIADORA.....	2.285,48
IMP. SIND./DESCT. ASSISTENCIAL.....	148,90
RECEITAS DIVERSAS.....	4.245,18
TOTAL.....	677.314,92
3 - OBRIGAÇÕES	
SOCIAIS.....	2.585,95
TRIBUTARIAS.....	153,56
CHEQUES A COMPENSAR.....	597,24
TOTAL.....	3.336,75
4 - DESPESAS	
ADMINISTRATIVAS.....	160.350,75
C/ PESSOAL.....	55.368,86
C/ EVENTOS.....	2.459,43
FINANCEIRAS.....	2.142,81
TRIBUTARIAS.....	3,54
TOTAL.....	220.325,39
5 - PERMANENTE	
INVESTIMENTOS (AÇÕES TELEBRAS).....	140,92
IMOBILIZADO.....	35.852,92
TOTAL.....	35.993,84
SALDO ((1 + 2 + 3) - (4 + 5)).....	447.572,69
DETALHAMENTO DO SALDO:	
A - DISPONIBILIDADES	
EM CAIXA.....	63,40
EM CONTA CORRENTE.....	1,49
APLIC. MERCADO FINANCEIRO.....	445.570,68
SUBTOTAL.....	445.635,57
B - CONTAS A RECEBER	
ADIANTAMENTO 13º SALÁRIO.....	1.931,30
VALORES A RECUPERAR.....	5,38
DEPOSITO VINCULADO (R.A.L.P.).....	0,44
SUBTOTAL.....	1.937,12
TOTAL GERAL (A + B).....	447.572,69

JOÃO PESSOA, 19 DE DEZEMBRO DE 1994

Marcelo Soares
Contador - CRC-PB 4120
CPF 426.064.744-15

CONTIVE

A ADUFPB-JP/SSind convida os sindicalizados, a comunidade universitária e entidades a participarem da **ASSEMBLÉIA GERAL DE POSSE** da nova Diretoria Executiva, eleita no dia 20.12.94, Gestão 94/95, a realizar-se no **Auditório da Reitoria, às 15:00h, no dia 22 de dezembro de 1994.**

Deliberações aprovadas em Assembléia Geral

Deliberações aprovadas na Assembléia Geral do dia 14.12.94, realizada no Auditório do CT, às 15:00 horas, com a presença de 101 professores.

1. Manutenção do indicativo de greve nacional aprovado pelo CONAD, tendo como reivindicações principais:
 - a) cumprimento do acordo negociado ao final da última greve, que previa: unificação das tabelas I e II; incorporação
 - da GAE em 170%; e incorporação dos 28,87% concedido aos militares em fevereiro de 1994;
 - b) abertura de negociação sobre a pauta para a data-base de janeiro de 1995;
 - c) explicitação e discussão imediata de proposta do novo governo para a Universidade brasileira;
 2. Indicação de nova rodada de assembleias gerais, tendo como pauta:
 - 2.1. avaliação da conjuntura;
 - 2.2. apreciação do indicativo de greve;
 - 2.3. execução do plano de lutas dos docentes federais aprovado no XXIX CONAD;
 - 2.4. reativar o Fundo Nacional de Mobilização, devendo as ADs/SSind do Setor encaminharem à próxima reunião do setor sugestão sobre os valores da contribuição;
 - 2.5. criar Comissão de Mobilização Nacional e Locais, cuja principal tarefa é a elaboração de Calendário de atividades que contemplem as ações definidas no Plano de Lutas e ocupe espaços no período de recesso escolar;
 - 2.6. indicar a data de 15 de fevereiro de 1995 como DIA NACIONAL DE LUTA em busca de apoio parlamentar em DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA, tendo como eixos:
 - aprovação da LDB;
 - implementação do Plano de Carreira Docente da ANDES-SN;
 - mais verbas para a universidade pública.
- Aproveitar a realização do XIV Congresso da ANDES-SN (14 a 18.02.95) para realizar manifestação pública em Brasília, devendo as ADs/SSind trabalharem na perspectiva de enviar o maior número possível de participantes (delegados e observadores) ao mencionado Congresso.
- 2.7. Incluir, nas atividades, ampla divulgação do Projeto de Carreira Docente da ANDES-SN;
 - 2.8. realização de rodada nacional de Assembleias Gerais no período de 12 a 16 de dezembro/94;
 - 2.9. reunião do Setor dias 17 e 18 de dezembro/94, a ser realizada em São Paulo, na Sede da ADUSP/SSind, a partir das 14:00h.

MOÇÕES APROVADAS

- 1) Apoio ao movimento grevista dos trabalhadores dos Correios;
- 2) Repúdio à violência contra os trabalhadores rurais e auxílio ao movimento dos Sem Terra (MST).

EM RELAÇÃO AOS 84,32%

1. Substabelecer procuração para o Escritório "Alino da Costa Monteiro e Advogados Associados S/C com sede em Brasília, do qual fazem parte os Drs. ALINO DA COSTA MONTEIRO, ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS, PAULA FRASSINETTI VIANA ATTA, JOSÉ DA SILVA CALDAS, GLÁUCIA ALVES FONSECA PEIXOTO e CLÁUDIO SANTOS DA SILVA, para atuar no processo sob as seguintes condições de remuneração:

- 1) R\$ 6.000,00 como prolabore a ser pago no início da contratação pela ADUFPB-JP/SSind;
- 2) 3,75% do valor da causa, caso haja êxito, descontados dos 7,50% para pagamento dos honorários advocatícios, a serem descontados dos sindicalizados.

CONTRATO COM O ESCRITÓRIO DA PB

1. Conforme aprovado em Assembléia Geral, na gestão 90/91, foi autorizada contratação de Assessoria Jurídica para a ADUFPB-JP/SSind. Ficou acordado que qualquer ação ganha em 1ª Instância, o sindicalizado descontaria 2,5%, em 2ª Instância, 5% e em 3ª Instância, 7,50%, do total recebido, para pagar os honorários advocatícios, sendo que deste total, os advogados receberiam 50% e a ADUFPB-JP/SSind 50%. A ação dos 84,32% estaria então na 3ª Instância. A Assembléia Geral do dia 14.12.94, aprovou que os 50% (equivalente a 3,75%), que a ADUFPB-JP/SSind teria direito, serão repassados para o Escritório em Brasília.

Informe Jurídico sobre os 84,35%

O Advogado do Escritório de Brasília, Dr. Roberto Caldas informou, por telefone (19/12/94) que:

1. Teve audiência com Ministro Relator;
2. O mesmo (o Ministro) acha o processo rumoroso e que alguns advogados andaram procurando o processo o que pesa contra nós. O Ministro já enviou o Agravo Regimental à Procuradoria Jurídica (Agravo que impetramos contra a Liminar de cassação do recebimento);
3. O que será julgado primeiro será o Recurso Ordinário da Ação Rescisória;
4. O Ministro não se mostrou sensível a retirar o despacho (veja ponto 2 desta nota);
5. Para efeito dos próximos julgamentos o advogado avalia que a conversa com o Ministro foi razoável.

VAMOS AGUARDAR!